

ANEXOS

AO SUMÁRIO DO TRABALHO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) CENSOS 2021 – QUESTÕES “ÉTNICO-RACIAIS”

Índice de anexo

ANEXO 0. Despacho de criação do Grupo de Trabalho, Despacho n.º 7363/2018

ANEXO 1. Enquadramento legal internacional e nacional sobre recolha de dados pessoais

- 1.1. Parecer do INE de 25.06.2018: Serviço Jurídico e Contencioso do Instituto Nacional de Estatística sobre eventuais limitações legais à recolha de dados étnico-raciais
- 1.2. Apresentação CICDR: PowerPoint de jurista do Gabinete de Apoio à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) com o enquadramento legal internacional e nacional sobre a recolha de dados pessoais ou dados ‘sensíveis’

ANEXO 2. Estado da arte internacional sobre questões e categorias “étnico-raciais” por especialista internacional: PowerPoint do Professor Patrick Simon do Institut National d’Etudes Demographiques

ANEXO 3. Intervenções de membros do GT para o Estado da arte de Portugal

- 3.1. PowerPoint de Cristina Roldão, CIES e Instituto Politécnico de Setúbal, de 2.07.2018: “Recolha de Dados Étnico-Raciais em Portugal: práticas passadas, presentes e propostas para o futuro”
- 3.2. PowerPoint de Anabela Delgado, INE, de 17.9.2018: Cenários de recolha de dados étnico-raciais

**ANEXO 4. Modelos de categorias de “origens e/ou pertenças étnico-raciais do GT:
Modelo 1 e Modelo 2**

ANEXO 5. Sessões de *Focus Groups* promovidas pelo GT

- 5.1. Guião das sessões de Grupos Focais
- 5.2. Relatórios de sessões de Grupos Focais (total de 57 participantes):
 - 3 sessões com comunidades afrodescendentes (+1 sessão com ativistas ciganos)
 - 2 sessões com líderes e representantes de associações de imigrantes
 - 2 sessões com ativistas e líderes de associações ciganas

ANEXO 6. Sondagem nacional a residentes em Portugal promovida pelo GT

- 6.1. Inquérito por questionário
- 6.2. Resultados da sondagem aplicada pelo CESOP a uma amostra de 1906 inquiridos

ANEXOS

ANEXO 7. Cartas Abertas dos Coletivos Afrodescendentes e Antirracistas em Portugal

- 7.1. Carta Aberta de 22 Coletivos Afrodescendentes e Antirracistas ao Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD/ONU), 05/12/2017
- 7.2. Segunda Carta Aberta “Recolha de dados étnico-raciais sim, mas com quem, como e para quê?”, publicada no Jornal Público a 04/02/2018

ANEXO 8. Declaração dos Dirigentes Associativos e Ativistas Ciganos

ANEXO 9. Deliberação do GT de 26 de março de 2019

- membros que consideram haver **mais desvantagens e riscos** que vantagens e potencialidades na recolha de dados com categorias de “origens e/ou pertenças étnico-raciais”
- membros que consideram que a introdução de categorias de “origens e/ou pertenças étnico-raciais” nos Censos tem **mais vantagens e potencialidades** do que desvantagens e riscos

ANEXO 0.

**Despacho de criação do Grupo de Trabalho
Censos 2021 – Questões “Étnico-raciais”
Despacho n.º 7363/2018**

PROGRAMA

Este programa tiene como objetivo principal el desarrollo de las competencias de los estudiantes en el área de Matemática, a través de la resolución de problemas de la vida cotidiana, que permitan el uso de los conocimientos adquiridos en el aula.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E FINANÇAS

Gabinetes da Ministra da Presidência e da Modernização
Administrativa e do Ministro das Finanças

Despacho n.º 7363/2018

I — Tendo por base o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º da Constituição da República Portuguesa, bem como o disposto no artigo 6.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, que aprova a Lei de Proteção de Dados Pessoais, os dados pessoais dos cidadãos não têm sido objeto de recolha de informação, nomeadamente no que concerne à sua origem étnica ou racial.

II — Contudo, têm sido aduzidas recomendações internacionais, no contexto das Nações Unidas, relativas à necessidade de Portugal passar a dispor de informação referente à origem étnica e racial.

III — Assumindo-se que tal informação é passível de ser recolhida, desde que voluntariamente e em cumprimento do enquadramento legal português, o XXI Governo Constitucional considera relevante a reflexão sobre a matéria, tendo em vista a produção de resultados passíveis de serem vertidos nos Censos 2021.

IV — Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, bem como do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, na sua redação atual, constitui-se o Grupo de Trabalho Censos 2021 — Questões Étnico-Raciais, adiante designado por Grupo de Trabalho, com o objetivo de produzir recomendações que contribuam para os Censos de 2021, tendo em vista a incorporação, no questionário que lhe servirá de base, de uma formulação que caracterize a composição étnico-racial da população em Portugal.

V — O Grupo de Trabalho tem a seguinte composição:

a) Anabela Delgado, Coordenadora do Gabinete dos Censos 2021 no Instituto Nacional de Estatística;

b) Susana Clemente, Técnica Superior Especialista em Estatística no Departamento de Estatísticas Sociais do Instituto Nacional de Estatística;

c) Péricles Pina, Jurista da equipa de apoio à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.);

d) Catarina Reis Oliveira, Diretora do Observatório das Migrações (OM);

e) Maria José Casa-Nova, Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG);

f) Mamadou Ba, Presidente do SOS Racismo;

g) Cristina Roldão, Investigadora do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS);

h) João Peixoto, Investigador do SOCIUS/CSG — Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa;

i) Jorge Malheiros, Investigador do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa;

j) Jorge Vala, Investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa;

k) Marta Araújo, Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra;

l) Rui Pena Pires, Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL);

m) Anabela Rodrigues, Representante eleita pelos Movimentos e Coletivos Afrodescendentes;

n) José Semedo Fernandes, Representante eleito pelos Movimentos e Coletivos Afrodescendentes;

o) Beatriz Gomes, Representante eleita pelos Movimentos e Coletivos Afrodescendentes, na qualidade de suplente;

p) Joacine Moreira, Representante eleita pelos Movimentos e Coletivos Afrodescendentes, na qualidade de suplente.

VI — O Grupo de Trabalho tem uma duração de doze meses, findos os quais apresenta à Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade um relatório do qual constem as suas recomendações.

VII — As reuniões do Grupo de Trabalho são convocadas pelo Alto Comissariado para as Migrações, I. P., que fica responsável pela produção das respetivas atas e pela prestação de todo o apoio logístico e administrativo necessário.

VIII — Os membros do Grupo de Trabalho não auferem qualquer tipo de remuneração.

IX — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

12 de julho de 2018. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*.

311504327

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho n.º 7364/2018

Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2 de julho de 2018, e nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi autorizada a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Ilda Cristina Fernandes de Sousa Ferreira, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2018.

13 de julho de 2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

311507446

Despacho (extrato) n.º 7365/2018

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, de 3 de julho de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 e na alínea i) do n.º 4, ambos do artigo 4.º, no n.º 2 do artigo 6.º, no n.º 1 do artigo 9.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, conjugado com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho, e no uso de competências delegadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros conforme disposto na alínea a) do n.º 1.3 do Despacho n.º 8134/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, foi renovada, pelo período de três anos e sob proposta de S. Exa. o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a comissão de serviço de Luísa Maria da Silva Henriques dos Santos, no cargo de conselheira técnica na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 7 de setembro de 2018.

ANEXO

Nota curricular

Luísa Maria da Silva Henriques dos Santos é doutorada em Sócio-Economia da Inovação pela École National Supérieure des Mines de Paris, com distinção e louvor. É doutorada em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, e licenciada em Economia pela mesma universidade.

É autora de artigos em revistas científicas internacionais, relatórios nacionais e europeus e de capítulos em livros. Fez parte de várias comissões especializadas no âmbito do Espaço Europeu de Investigação, salientando-se o Grupo de Alto Nível que produziu o relatório 'Rationales for the European Research Area' (2007). Participou na avaliação da política de investigação e inovação da Bulgária, no âmbito da 'Policy Support Facility' da Direção-Geral de Investigação da Comissão Europeia (2014-2015).

Desde 2015 é Conselheira Técnica para os pelouros de Investigação e do Espaço na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia.

De 2012-2015 instalou e foi coordenadora do Gabinete de Estudos e Estratégia da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), onde foi responsável pela coordenação desta no Grupo de Trabalho para a Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente. Foi editora do relatório "Diagnóstico e Análise SWOT ao Sistema de Investigação e Inovação de Portugal". Foi delegada ao Comité de Política Científica e Tecnológica ao Comité das Políticas de Inovação Tecnológica da OCDE e ao Grupo de Políticas de Investigação e Avaliação de Programas da Science Europe. Foi membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Inovação.

Entre 2008 e 2012 foi investigadora na Unidade 'Knowledge for Growth' do Institute for Prospective and Technological Studies, do Joint Research Centre da Comissão Europeia. Foi membro da Rede de Excelência em Políticas Europeias de Investigação PRIME (2003-2009).

ANEXO 1.

Enquadramento legal internacional e nacional sobre recolha de dados pessoais

1.1. Parecer do INE de 25.06.2018: Serviço Jurídico e Contencioso do Instituto Nacional de Estatística sobre eventuais limitações legais à recolha de dados étnico-raciais

1.2. Apresentação CICDR: PowerPoint de jurista do Gabinete de Apoio à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) com o enquadramento legal internacional e nacional sobre a recolha de dados pessoais ou dados 'sensíveis'



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

PARECER

A. Questão

Pretende-se saber quais as limitações legais à recolha de dados étnico-raciais para a produção de estatísticas oficiais, nomeadamente no âmbito da realização dos Censos 2021.

B. Enquadramento

1. Em geral

O INE na qualidade autoridade estatística pode exigir, em regra, o fornecimento com carácter obrigatório e gratuito a todas a entidades públicas ou privadas, qualquer informação necessária à produção de estatísticas oficiais, nos termos do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 22/2008, de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional – SEN). Estão apenas excecionados desta obrigatoriedade os dados elencados no nº 3, seja por força do cumprimento dos princípios constitucionais sobre direitos, liberdades e garantias, seja por respeitarem ao cumprimento das funções securitárias do estado (*“Exceptuam-se do disposto no n.º 1 os dados objecto de classificação de segurança, de segredo de Estado, de segredo de justiça, dados conservados nos centros de dados dos serviços do Sistema de Informações da República Portuguesa, dados genéticos ou dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica e dados pessoais relativos à saúde e à vida sexual.”*).

Adicionalmente, e no âmbito das suas atribuições e para a prossecução da missão de interesse público, o INE está autorizado a efetuar o tratamento de dados pessoais, incluindo os sensíveis, de acordo com o artigo 18º da lei do SEN. Esta previsão concretiza o artigo 35º da Constituição da República Portuguesa, segundo a qual, a informática apenas pode ser utilizada nos dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, para o processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

No contexto do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais (RGPD), o seu artigo 6º identifica as várias causas de licitude possíveis sempre que é realizado um tratamento de dados pessoais

No caso do INE aplica-se o disposto na alínea e) do nº 1 e na alínea b) do nº 3, ou seja, deve considerar-se que este tratamento é necessário ao exercício de funções de interesse público sendo que esse interesse deve desdobrar-se na base legal específica de cada tratamento (no caso presente assenta na lei do SEN e Legislação Censos).

É portanto com este enquadramento, e tendo como base de licitude do seu tratamento o interesse público, que são tratados para fins estatísticos os dados pessoais, sendo pois de excluir como base de licitude, porque desnecessário e até incompatível, o consentimento.

Ainda de acordo com o RGPD, e embora se encontre prevista uma proibição genérica para o tratamento de categorias especiais de dados pessoais (*"...origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa*), está prevista uma exceção aplicável ao tratamento para fins estatísticos, desde que sejam garantidas as medidas técnicas e organizativas que assegurem o respeito pela proporcionalidade, minimização dos dados e a pseudonimização (artigos 9º nºs 1 e 2 alínea j) e 89º nº 1).

Esta exceção constitui uma novidade face à anterior legislação de proteção de dados pessoais e deve ser articulada e compreendida face ao novo modelo regulatório do RGPD, segundo o qual a autoridade nacional deixa de garantir o controlo prévio ao tratamento de dados, ficando esta responsabilidade a cargo, neste caso, do INE. Trata-se assim de uma alteração face àquilo que era a prática que resultava da Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP), artigo 7º, nº2, uma vez que os tratamentos de dados sensíveis eram obrigatoriamente sujeitos a autorização prévia da CNPD, mesmo nos casos em que existia um comprovado interesse público. Com o RGPD cabe agora aos responsáveis do tratamento verificar e fundamentar os respetivos tratamentos de dados de acordo com as regras e requisitos estabelecidos.

No presente caso há que atender aos requisitos de proporcionalidade e da minimização, ou seja, a recolha deste tipo de dados deve ser proporcional à finalidade estatística pretendida devendo no entanto ser ponderado qual o instrumento adequado para atingir esse fim, se através de inquérito ou do recenseamento e se as perguntas se podem circunscrever ao mínimo necessário para evitar uma recolha de dados excessiva e que não comporte um elevado risco para os direitos e garantias dos titulares dos dados.

A opção por recolher dados das categorias especiais do art. 9º nº 1 (dados sensíveis) implica a realização obrigatória de uma Avaliação de Impacto na Proteção de Dados, conforme estabelecido no art. 35º nº 3, alinea b).

2. Em especial

Ao nível europeu, a realização dos Censos 2021 é enquadrada pelo Regulamento (CE) nº 763/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho, relativo aos recenseamentos da população e da habitação, o qual identifica as variáveis a observar nos Recenseamentos da População e da Habitação realizados pelos Estados-Membros não se encontrando neste diploma o elenco das variáveis sensíveis, designadamente a respeitante a dados étnico-raciais.

Ao nível nacional, os Censos 2021 serão ainda objeto de legislação nacional específica (Lei de autorização legislativa e respetivo decreto-lei). A proposta foi discutida e apreciada pelo Conselho Superior de Estatística (CSE), em 5 de fevereiro de 2018 (2ª Deliberação da secção eventual para o acompanhamento dos Censos 2021), o qual emitiu parecer favorável. No CSE, e nesta secção em particular, a CNPD está institucionalmente representada tendo o seu representante participado, em articulação com o INE, na elaboração da referida proposta de legislação.

A referida proposta tem um artigo próprio relativo ao tratamento de dados pessoais, em conformidade com as regras previstas no RGPD, nomeadamente no que respeita aos direitos dos titulares dos dados, ao tratamento e segurança dos dados recolhidos e ao respeito pela respetiva pseudonimização como uma das formas privilegiadas de garantir a segurança dos dados. Nesta proposta as variáveis sensíveis não estão individualmente identificadas, como constava da legislação específica da anterior operação Censos (2011), considerando que foi entendimento do representante da CNPD que os artigos 9º nº 2 alínea j) (que permite o tratamento de outras categorias de dados pessoais – ou seja dados sensíveis) e 89º do RGPD (que prevê as garantias e derrogações para a estatística) constituíam base legal suficiente para o efeito.

Como tal, todas as variáveis sensíveis que forem inquiridas nos Censos 2021 embora mantenham o carácter facultativo não carecem do consentimento expresso do titular, mesmo que as variáveis não se encontram tipificadas na legislação Censos, diferentemente do ocorrido nos Censos 2011 (vg. autorização nº 1308/11 da CNPD).

C. Conclusão

Face ao enquadramento legal explanado:

- A base de licitude do tratamento de dados pessoais para a produção de estatísticas oficiais, não assenta no consentimento, mas sim no interesse público (artigo 6º nº 1 alínea e) do RGPD e artigo 18º da Lei do SEN;

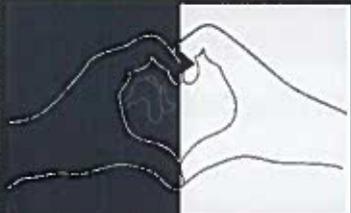
- A alteração de modelo regulatório preconizada pelo RGPD no que respeita ao regime de autorizações/notificações pela CNPD determina uma nova prática face ao modelo anterior estipulado na LPDP, devendo no entanto a operação de tratamento de dados inerente aos Censos 2021, para além de preencher todos os princípios relativos ao tratamento de dados e garantir os direitos dos titulares, preencher igualmente os princípios inerentes à segurança da informação, desde a conceção e por defeito (art. 25º), sendo objeto de uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados por preencher os pressupostos do artigo 35º nº 1 do RGPD;
- Com base nas premissas anteriores, a recolha de dados pessoais sensíveis, nomeadamente os que respeitam à origem étnico-racial, é permitida embora deva ser fundamentada, não obstante ter obviamente de satisfazer todos os requisitos de proporcionalidade e restantes princípios do RGPD, como a minimização, pois tem subjacente a causa de licitude interesse público. No entanto, apenas pode ser efetuada com carácter facultativo dado que a recolha de dados sensíveis foi rodeada pela CRP das maiores garantias (o que de resto coincide com a exceção à regra geral de obrigatoriedade que a Lei do SEN igualmente adota).
- O tratamento da categoria especial de dados mencionadas no art. 9º nº 1 implica obrigatoriamente à realização de uma Avaliação de Impacto na proteção de Dados, art. 35º nº 3, alinea b).

Por último, salienta-se que este entendimento foi confirmado pelo Encarregado de Proteção de Dados do INE.

25.06.2018

Diretora do Serviço Jurídico e de Contencioso

Fátima Neves



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE E
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

REUNIÃO GT CENSOS DE 19 DE JUNHO DE 2018 - 11:00H

REPÚBLICA PORTUGUESA   ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES I.P. | HIGH COMMISSION FOR MIGRATION
Rua Álvaro Coutinho 14 | 1150-021 Lisboa | T +351 218 166 169 F +351 218 166 117
www.acm.gov.pt



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

Legislação

INTERNACIONAL:

- Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 – revoga a Diretiva n.º 95/46/CE
- Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial

NACIONAL:

- Constituição da República Portuguesa (artº 35.º)
- Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro na redação dada pela última versão (Lei n.º 103/2015, de 24/08) transpõe a diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de outubro revogada pelo Regulamento supra mencionado.
- Lei n.º 41/2004 de 18 de agosto, na redação dada pela Lei 46/2012 de 29 de agosto, referente à recolha de dados pessoais aplicável às redes de serviços de comunicações eletrónicas.



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Recomendações Internacionais

CERD – Comité para a Eliminação da Discriminação Racial

ECRI - European Commission against Racism and Intolerance (ECRI)

As últimas recomendações destes organismos internacionais evidenciam a importância da recolha de dados para a definição e implementação de políticas públicas que permitam uma plena integração dos grupos suscetíveis de discriminação racial e étnica.



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Constituição da República Portuguesa

Art.º 35º

Em Portugal vigora o **princípio da proibição do tratamento de dados com base em convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica**. Este princípio está consagrado na primeira parte do n.º 3 do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa (e n.º7 para os dados pessoais constantes de ficheiros manuais). Porém, o mesmo normativo prevê 3 (três) exceções a este princípio:

- Consentimento expresso do titular;
- Autorização prevista por lei com garantias de não discriminação,
- ou,
- para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Constituição da República Portuguesa

Art.º 35º

- A Comissão Nacional de Proteção de Dados (35.º, n.º 2 CRP) é a autoridade nacional garante pelo respeito no tratamento dos dados pessoais, cabendo-lhe controlar e fiscalizar o processamento de dados pessoais, em estrito cumprimento dos direitos da pessoa humana e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei. As decisões da Comissão têm força obrigatória e são passíveis de reclamação e de recurso para o Tribunal Central Administrativo.



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

Art.º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular

1. Quando os dados pessoais forem recolhidos junto do titular, o responsável pelo tratamento faculta-lhe, aquando da recolha desses dados pessoais, as seguintes informações:

- a) A identidade e os contactos do responsável pelo tratamento e, se for caso disso, do seu representante;



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS

Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

- **Art.º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular**
- **b) Os contactos do encarregado da proteção de dados, se for caso disso;**
- **c) As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como o fundamento jurídico para o tratamento; 4.5.2016 L 119/40 Jornal Oficial da União Europeia PT.**
- **d) Se o tratamento dos dados se basear no artigo 6.o, n.o 1, alínea f), os interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de um terceiro;**
- **e) Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais, se os houver;**



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS

Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

- **Art.º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular**
- **f) Se for caso disso, o facto de o responsável pelo tratamento tencionar transferir dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou, no caso das transferências mencionadas nos artigos 46.o ou 47.o, ou no artigo 49.o, n.o 1, segundo parágrafo, a referência às garantias apropriadas ou adequadas e aos meios de obter cópia das mesmas, ou onde foram disponibilizadas.**



Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

- **Art .º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular**
- 2. Para além das informações referidas no n.º 1, aquando da recolha dos dados pessoais, o responsável pelo tratamento fornece ao titular as seguintes informações adicionais, necessárias para garantir um tratamento equitativo e transparente:
 - a) Prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para definir esse prazo;



Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

- **Art .º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular**
- b) A existência do direito de solicitar ao responsável pelo tratamento acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação ou o seu apagamento, e a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, ou do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados;



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

- **Art.º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular**
- c) Se o tratamento dos dados se basear no artigo 6.o, n.o 1, alínea a), ou no artigo 9.o, n.o 2, alínea a), a existência do direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- d) O direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo; e) Se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados;



CICDR
COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

- **Art.º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular**
- f) A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, referida no artigo 22.o, n.os 1 e 4, e, pelo menos nesses casos, informações úteis relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados.



CICDR
COMISSÃO EUROPEIA E CONSELHO DA EUROPA

Regulamento EU 2016/679 do PE e Do Conselho de 27 de abril de 2016

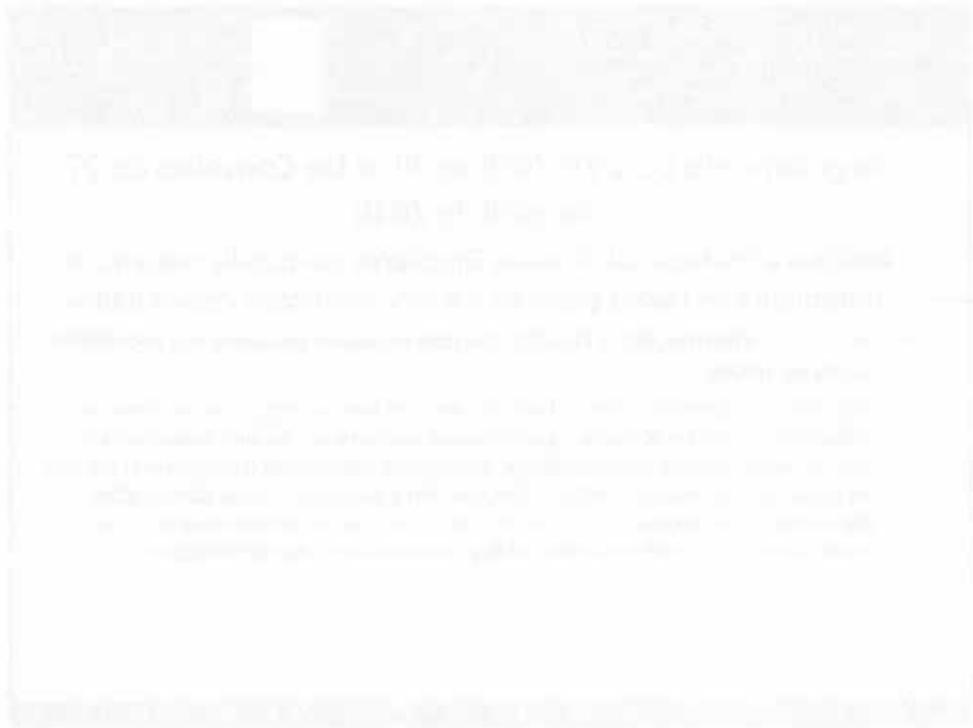
Relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados pessoais e á livre circulação desses dados

- **Art .º 13.º - Informações a facultar quando os dados pessoais são recolhidos junto do titular**
- 3.Quando o responsável pelo tratamento pessoais tiver a intenção de proceder ao tratamento posterior dos dados pessoais para um fim que não seja aquele para o qual os dados tenham sido recolhidos, antes desse tratamento o responsável fornece ao titular dos dados informações sobre esse fim e quaisquer outras informações pertinentes, nos termos do n.º 2. 4.Os n.os 1, 2 e 3 não se aplicam quando e na medida em que o titular dos dados já tiver conhecimento das informações.



CICDR
COMISSÃO EUROPEIA E CONSELHO DA EUROPA

Obrigada



ANEXO 2.

**Estado da arte internacional sobre questões e categorias “étnico-raciais” por
especialista internacional:**

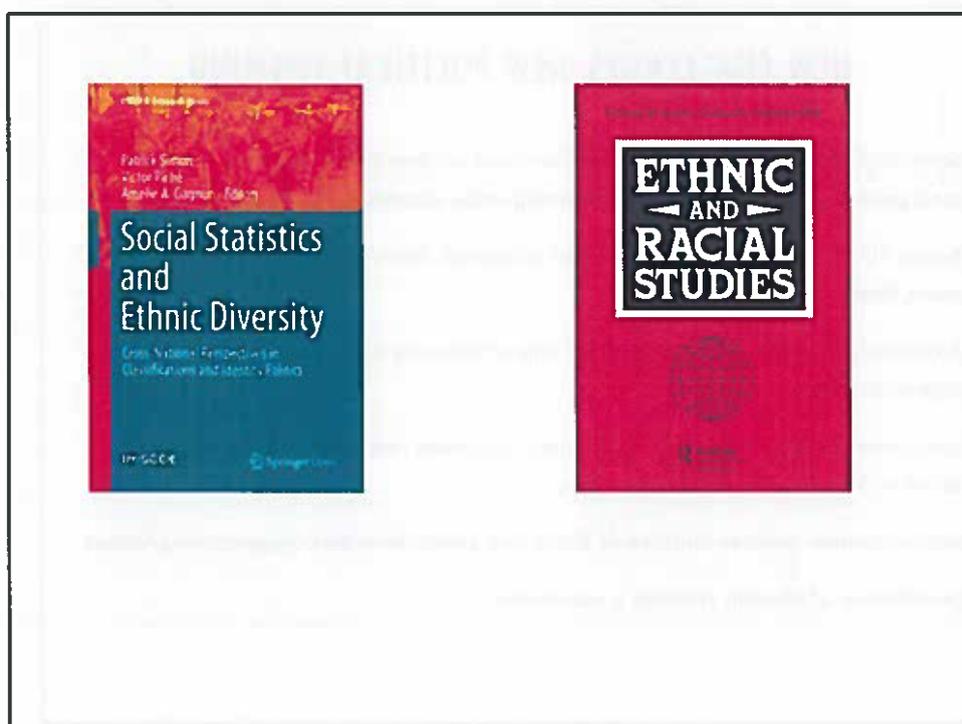
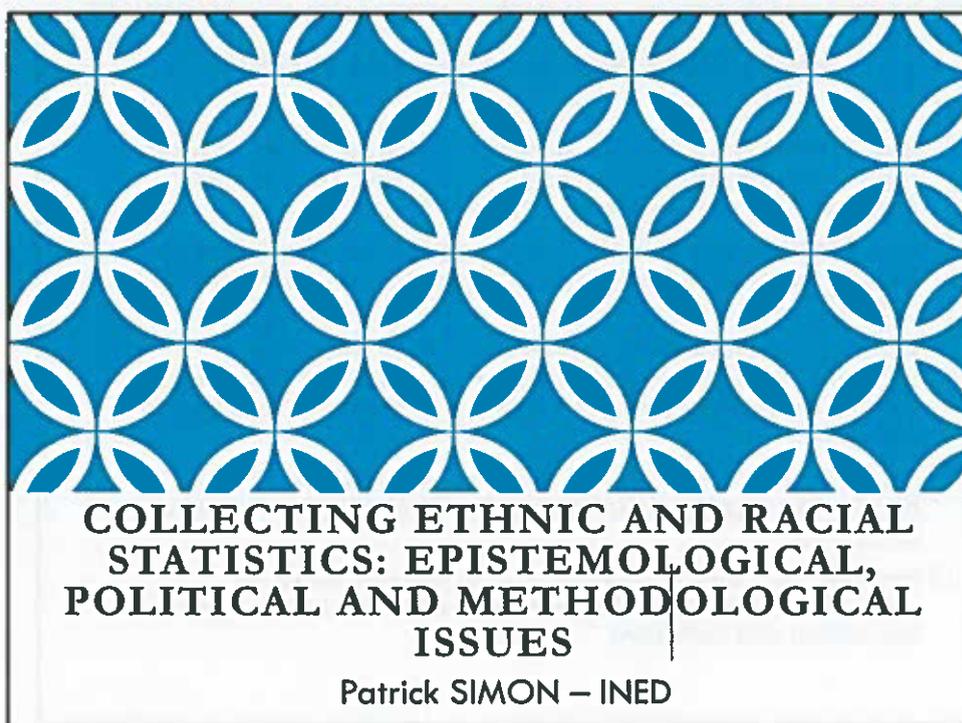
PowerPoint do Professor Patrick Simon do Institut National d’Etudes Demographiques

ANEXO 3

El presente anexo tiene como objetivo proporcionar información adicional sobre el proceso de selección de los candidatos para el cargo de

miembro del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación.

En el presente anexo se detallan los requisitos que deben cumplir los candidatos para el cargo de miembro del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación.



WHAT'S THE PROBLEM IN NAMING RACE IN EUROPE ?

- Sequences of exporting race during European expansion, building racial hierarchies during the second colonization with scientific racism and then de-racializing after WWII
- Post WWII strategy to consider that race is a scientific fallacy and ethnicity has been ill used: *semantic elusion* as a strategy [UNESCO (1950)]
- Race has been built as an « external reality »: whereas the unification of the nation was based on the divide between citizens and foreigners, the populations in the colonial empire were heavily racialized
- Concepts of race and ethnic affiliation are not legally defined, barely used in public debates as such: offensive and derogatory categories
- However, the "Empire strikes back": post-colonial migration reactivate racial imaginaries and categorizations, both in social interactions and institutions

NEW CHALLENGES, NEW POLITICAL FRAMING

Around 48,7 millions (9,7%) of foreign born and an average of 20% of first and second generations in most of past labor migration countries (NL, FR, D, SE, UK)

Between 40 and 50% of ethnic minorities in capital cities (Amsterdam, London, Paris, Brussels, Berlin...)

Post colonial migration: Ethnic and racial interactions are daily experience in most of European societies

Clash of strategies in post 1945 "colorblind" societies: revealing racial and ethnic divisions or keeping the veil of ignorance

Antidiscrimination policies and rise of Black and ethnic minorities organizations/voices

Stigmatization of Muslims reaches a momentum

THE INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS STRATEGY

- ❑ The international Human Rights bodies increasingly require collection of data broken down by ethnicity or race to account for racism and discrimination: OHCHR, CERD, ECRI, FRA
- ❑ However, no definition for ethnicity and race is given and there is no consensus on the legitimacy to collect data
- ❑ **The problem with categorization**



CHANGING THE WAY WE THINK ABOUT HUMAN RIGHTS

"Many States consider that, when conducting a census, they should not draw attention to factors like race, lest this reinforce divisions they wish to overcome or affect rules concerning the protection of personal data. If progress in eliminating discrimination based on race, colour, descent, or national or ethnic origin (hereinafter racial discrimination) is to be monitored, some indication is needed in the CERD-specific document of the number of persons who might be treated less favourably on the basis of these characteristics. **States that do not collect information on these characteristics in their censuses are therefore requested to provide information on mother tongues, languages commonly spoken, or other indicators of ethnic diversity, together with any information about race, colour, descent, or national or ethnic origins derived from social surveys.** In the absence of quantitative information, a qualitative description of the ethnic characteristics of the population should be supplied. States are advised and encouraged to develop appropriate methodologies for the collection of relevant information." (CERD, 2006)

THE EU RACE DIRECTIVE (2000/43) AND THE ANTIDISCRIMINATION AGENDA

Eu 2000 : "indirect discrimination shall be taken to occur where an apparently neutral provision, criterion or practice would put persons of a racial or ethnic origin at a particular disadvantage compared with other persons, unless that provision, criterion or practice is objectively justified by a legitimate aim and the means of achieving that aim are appropriate and necessary."

Moving from *formal equality* to *effective equality* or equity:
positive action as the second generation of rights

Transposed in all State members' domestic laws, but there are **large implementation gaps**

Statistics are not explicitly required to support positive action in the directives

THE USE OF ETHNIC MONITORING FOR ANTIDISCRIMINATION PURPOSE

Statistics provide facts on discrimination : they make visible the invisible

Awareness raising of public opinion and decision makers

Measuring the extent and impact of discrimination

Identifying targets, setting goals, evaluating policies

Legal requirements

Equality policies : monitoring is not only a tool, but the policy itself

Providing proofs in lawsuits

WHY DATA ON NATIONAL, RACIAL OR ETHNIC ORIGIN HAVE BEEN COLLECTED?

To describe groups of population in a substantive approach with different "regimes of identification" (Rallu, Piché, Simon, 2004):

- **Counting to dominate:** minorities have been identified in relation with a hierarchical stratification, data are used for subordination and segregation
- **Counting in a multinational/multiculturalists' design:** data are collected to acknowledge diversity within
- **Not counting for National integration:** unification of the population through assimilation requires invisibility of ethnic divisions in statistics
- **Counting for positive action:** a new regime with new data (although they look similar)

WHAT'S THE PROBLEM IN COLLECTING ETHNIC DATA ?

- Crude essentialization which conveys the legacy of scientific racism
- Ethnicity and race tend to replace class to understand social dynamics and inequalities
- Concepts of race and ethnic affiliation are not legally defined, in contrast with citizenship : fuzzy, inconsistent and fake categories
- A threat to the unity of the nations : politically irrelevant in « post-ethnic » Nation States
- Reification and stigmatization of (so called) minorities by imposing identities and making them categorically different
- BUT ...

WHAT'S THE PROBLEM IN NOT COLLECTING ETHNIC DATA ?

Identity politics can be observed **in full** by assigning ethnic and racial labels as well as **by default** by not recognizing these labels

Describing ethnic diversity as a threat against unity and cohesion is fuelling stereotyping and prejudices

Statistics are crucial to implement positive actions :
antidiscrimination laws and policies requires statistical monitoring

Inequalities and domination do not stem only from class: plurality of subordination and accounting for white privilege

ETHNIC AND RACIAL CLASSIFICATIONS

- For policy purpose, categories can be specified by laws and policies:
 - guidelines and standards, CRE, UK
 - standards of classification, OMB, US
 - list of visible minorities in the Employment equity law, Canada

- In censuses :
 - huge disparities of categorisation in a cross-national perspective
 - Ethnicity and race are optional topics
 - Each country have its own list of categories : a reflection of the history and of the political model of integration (slavery, colonisation, immigration, national minorities)
 - Census classification: a compromise between categorical distinctions (for policy uses) and identities (for representation and recognition)

ETHNICITY AND RACE IN CENSUS AROUND 2000

- 87 countries in 138 are collecting data on « ethnicity »
(A.Morning, 2005)
- Most common terminology (a selection) :
 - Ethnicity 49
 - Nationality 20
 - Race 13
 - Color 2
 - Ancestry/origin 6
- In 42 countries of the Council of Europe, ethnicity or nationality are collected in 22 countries, religion in 24 and country of birth of the parents in 6 (Simon, 2007 and 2012).

RECOMMANDATIONS OF UN FOR THE 2010 CENSUS ROUND (2ND REVISION 2006)

“Ethnicity can be measured using a variety of concepts, including ethnic ancestry or origin, ethnic identity, cultural origins, nationality, race, colour, minority status, tribe, language, religion or various combinations of these concepts.(...) The subjective nature of the term (not to mention increasing intermarriage among various groups in some countries, for example) requires that information on ethnicity be acquired through self-declaration of a respondent and also that respondents have the option of indicating multiple ethnic affiliations. “

METHODS OF COLLECTION

- ❑ **Self-declaration :**
 - ❑ Open-ended question
 - ❑ Pre-coded list of categories
- ❑ **Third party identification**
 - ❑ EEOC form in the US (until 2005)
 - ❑ Claims from Roma organizations in central and eastern Europe
- ❑ **Group recognition**
 - ❑ Aboriginal in Australia and Canada, American Indians in the US and Supreme court decision on race in the US (Mallone case)
- ❑ **By proxy**
 - ❑ Country of birth and citizenship of parents, spoken language or mother tongue, name and surname

PROCESSES OF CATEGORIZATION

- ❑ Tests and simulations to find the most sounding terminologies (UK, US)
- ❑ In between censuses revisions via representative organizations and public consultations (Canada, US, UK, Australia)
- ❑ Grass root organizations mobilization: case for Roma organizations in Balkan and central Europa
- ❑ In most European countries, the process is a technical decision stemming for Statistical institutes

DATA ON ETHNIC AND RACIAL MINORITIES IN 5 COUNTRIES

	Official statistics	Categories	Main minorities
Germany	Registers, Mikrozensus	Foreigners, Ausledler/Spätausledler, Migrationshintergrund	Turks, Poles, Romanian, Russian Germans
France	Census	Foreigners, French from overseas dept (Dom), immigrants, second generation, repatriates	North African, Sub-Saharan Africans, Asians, Turks, Dom
Sweden	Registers	Foreigners, immigrants, Foreign stock	Fins, Arabs (Middle-East), Somalians, Ex-Yugoslavia, Sami
The Netherlands	Registers	Immigrants, Non Western Allochton	Turks, Moroccans, Surinamese
UK	Census	Ethnic groups	South Asians (Indians, Pakistani, Bangladeshis), Black British, Irish

DATA BEHIND CLASSIFICATIONS

	Germany	France	Sweden	The Netherlands	UK
Place of birth	*	*	*	*	*
Citizenship	*	*	*	*	
Place of birth parents	* (surveys)	* (surveys)	* (two parents)	*	
Language	* (in schools)				
Religion	* (registration)		* (registration)	* (derived from ancestry)	*
Ethnicity					*
Race					*

16 What is your ethnic group?
 Choose one section from A to E. Even tick one box to best describe your ethnic group or background

A White

- English / Welsh / Scottish / Northern Irish / British
- Irish
- Gypsy or Irish Traveller
- Any other White background, write in: _____

B Mixed / multiple ethnic groups

- White and Black Caribbean
- White and Black African
- White and Asian
- Any other Mixed / multiple ethnic background, write in: _____

C Asian / Asian British

- Indian
- Pakistani
- Bangladeshi
- Chinese
- Any other Asian background, write in: _____

D Black / African / Caribbean / Black British

- African
- Caribbean
- Any other Black / African / Caribbean background, write in: _____

E Other ethnic group

- Arab
- Any other ethnic group, write in: _____

Ethnic group, UK, 2011

FRANCE CENSUS FORM 2010

1 Sexe Masculin 1 Féminin 2

2 Date et lieu de naissance

Né(e) le : _____ jour _____ mois _____ année

à : _____
commune (et arrondissement pour Paris, Lyon, Marseille)

_____ département n° DOM _____ pays pour l'étranger, territoire pour les TOM

Si vous êtes né(e) à l'étranger, en quelle année êtes-vous arrivé(e) en France ? _____ année

3 Quelle est votre nationalité ?

- Française
 - Vous êtes né(e) français(e)..... 1
 - Vous êtes devenu(e) français(e) (par exemple par naturalisation, par déclaration, à votre majorité)..... 2
 - ↳ Indiquez votre nationalité à la naissance : _____
- Étrangère
 - ↳ Indiquez votre nationalité : _____

HUNGARY, 2011

34. Which nationality do you feel you belong to?

Hungarian <input checked="" type="checkbox"/>	Armenian <input checked="" type="checkbox"/>	Arabian <input checked="" type="checkbox"/>
Bulgarian <input checked="" type="checkbox"/>	Romanian <input checked="" type="checkbox"/>	Chinese <input checked="" type="checkbox"/>
Gipsy (Roma) <input checked="" type="checkbox"/>	Ruthenian <input checked="" type="checkbox"/>	Russian <input checked="" type="checkbox"/>
Greek <input checked="" type="checkbox"/>	Serbian <input checked="" type="checkbox"/>	Vietnamese <input checked="" type="checkbox"/>
Croatian <input checked="" type="checkbox"/>	Slovakian <input checked="" type="checkbox"/>	
Polish <input checked="" type="checkbox"/>	Slovenian <input checked="" type="checkbox"/>	
German <input checked="" type="checkbox"/>	Ukrainian <input checked="" type="checkbox"/>	

other, namely: _____

do not wish to answer

35. Which religious community or denomination do you feel you belong to?

do not belong to any religious community or denomination atheist _____

do not wish to answer

36. What is your mother tongue? (Please mark two answers maximum!)

Hungarian <input checked="" type="checkbox"/>	Armenian <input checked="" type="checkbox"/>	Arabian <input checked="" type="checkbox"/>
Bulgarian <input checked="" type="checkbox"/>	Romanian <input checked="" type="checkbox"/>	Chinese <input checked="" type="checkbox"/>
Gipsy (Roma, Beas) <input checked="" type="checkbox"/>	Ruthenian <input checked="" type="checkbox"/>	Russian <input checked="" type="checkbox"/>
Greek <input checked="" type="checkbox"/>	Serbian <input checked="" type="checkbox"/>	Vietnamese <input checked="" type="checkbox"/>
Croatian <input checked="" type="checkbox"/>	Slovakian <input checked="" type="checkbox"/>	
Polish <input checked="" type="checkbox"/>	Slovenian <input checked="" type="checkbox"/>	
German <input checked="" type="checkbox"/>	Ukrainian <input checked="" type="checkbox"/>	

other, namely: _____

do not wish to answer

ALBANIA, 2011

39. To which ethno-cultural group do you belong?

Self-declaration, not obligatory

1 I belong to ethno-cultural group _____ Specify

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

2 Prefer not to answer

ALBANIA 2011: RAW DATA ON ETHNICITY HAD 430 DIFFERENT ANSWERS, REDUCED TO 16 CATEGORIES WHICH ENDED UP TO 8 MAIN GROUPS

1.1.13 Popullsia banuese sipas perkatesise etnike dhe kulturore
1.1.13 Resident population by ethnic and cultural affiliation

Perkatesia etnike dhe kulturore Ethnic and cultural affiliation	Popullsia banuese Resident population	Perqendja e popullise banuese Percentage of resident population
Gjithsej	3 000 138	100
Total		
Shqiptare Albanian	2 312 356	82,58
Greqe Greek	24 243	0,87
Macedonase Macedonian	5 512	0,20
Malazeze Montenegrin	366	0,01
Aromune Aromanian	8 266	0,30
Rome Roma	8 301	0,30
Egjiptiane Egyptian	3 368	0,12
Tjeter Other	2 644	0,09
Preferoj te mos pergjigjem Prefer not to answer	390 938	13,96
E parlefshme /e papercaktuar Not relevant/not stated	44 144	1,54

Reproduction of the Questions on Hispanic Origin and Race From the 2010 Census

→ NOTE: Please answer BOTH Question 5 about Hispanic origin and Question 6 about race. For this census, Hispanic origins are not races.

5. Is this person of Hispanic, Latino, or Spanish origin?

- No, not of Hispanic, Latino, or Spanish origin
- Yes, Mexican, Mexican Am., Chicano
- Yes, Puerto Rican
- Yes, Cuban
- Yes, another Hispanic, Latino, or Spanish origin — Print race, for example, Argentine, Colombian, Dominican, Nicaraguan, Salvadoran, and so on

6. What is this person's race? Mark one or more boxes.

- White
- Black, African Am., or Negro
- American Indian or Alaska Native — Print race of evolved or principal tribe
- Asian Indian
- Chinese
- Filipino
- Other Asian — Print race, for example, Hmong, Laotian, Thai, Pakistani, Cambodian, and so on
- Japanese
- Korean
- Vietnamese
- Native Hawaiian
- Guamanian or Chamorro
- Samoan
- Other Pacific Islander — Print race, for example, Fijian, Tongan, and so on
- Some other race — Print race

Source: U.S. Census Bureau, 2010 Census questionnaire.

REVISION OF THE RACE AND HISPANIC QUESTIONS IN THE US CENSUS

8. What is Person 1's race or origin? Mark one or more boxes AND write in the specific race(s) or origin(s).

White — *For census, to exclude Census Tract 1 census tracts and so on.*

Black, African Am., or Negro — *For census, to exclude African American, Indian American, and so on.*

Hispanic, Latino, or Spanish origin — *For census, to exclude Mexican American, Puerto Rican, Cuban American, Dominican, Nicaraguan, Salvadoran, Guatemalan, and so on.*

American Indian or Alaska Native — *For census, to exclude a person that, for census, Alaska Native, and so on.*

Asian — *For census, to exclude Asian Indian, Chinese, Filipino, Japanese, Korean, Vietnamese, Hmong, Laotian, Thai, Pakistani, Cambodian, and so on.*

Middle Eastern or North African — *For census, to exclude Middle Eastern, North African, and so on.*

Some other race or origin — *For census, to exclude.*

Reduction of misclassification

More details about ancestry: the search for the truth of identity

Introduction of a « MENA » category (Middle-Eastern and North African)

Process has been aborted by the Trump administration

Introduction of a citizenship question instead

CANADA, 2011 VISIBLE MINORITY

19. Is this person:

Mark more than one or specify, if applicable

This information is collected in accordance with the Employment Equity Act and its Regulations or Guidelines to support programs that promote equal opportunity for everyone to share in the social, cultural, and economic life of Canada.

- White
- South Asian (e.g. East Indian, Pakistani, Sri Lankan, etc.)
- Chinese
- Black
- Filipino
- Latin American
- Arab
- Southeast Asian (e.g. Vietnamese, Cambodian, Malaysian, Laotian, etc.)
- West Asian (e.g. Iranian, Afghan, etc.)
- Korean
- Japanese
- Other — Specify _____

PUBLIC DEBATES ON CATEGORIZATION: THE FRENCH CONTROVERSIES

Colorblind statistics, but an endless debate on the opportunity to develop alternative classifications

Confusions between administrative files, census and scientific survey

Racial categorization is perceived as an expression of racism in itself, independently of the context it is collected and used

Prohibition has been extended to a survey in social science on discrimination

CONTROVERSIES THAT HAVE AN IMPACT ON THE RESEARCH AGENDA

- The pilot of the TeO survey (2008-2009) faced a public campaign against questions related to religion and skin color
- Up to the Constitutional Council (11/2007) which has stated that collecting data on race or ethnicity is infringing article 1 of the Constitution
- Ambiguous decision which leads to interpretation and opens the door for “subjective” or third party racial classification
- Consequence on the survey design: 2 questions on skin color have been deleted

QUESTIONS ON SKIN COLOR TEO 2007

D 1 / **COULAUT** **Quand on vous rencontre, de quelle couleur pensez-vous que l'on vous voit ?**
(En clair, 100 caractères avec ne sait pas et refus)

Si refuse de répondre, cochez cette case :

Si ne sait pas, cochez cette case :

D 1 / **COULEU** **Et vous, de quelle(s) couleur(s) vous diriez-vous ?**
(En clair, 100 caractères avec ne sait pas et refus)

Si refuse de répondre, cochez cette case :

Si ne sait pas, cochez cette case :

THE BASIS FOR COLORBLINDNESS: ARTICLE 1 OF THE CONSTITUTION OF 1958

France shall be an indivisible, secular, democratic and social Republic. *It shall ensure the equality of all citizens before the law, without distinction of origin, race or religion.* It shall respect all beliefs. It shall be organised on a decentralised basis.

Statutes shall promote equal access by women and men to elective offices and posts as well as to professional and social positions.

WHAT'S BEHIND THE FEAR OF "ETHNIC STATISTICS"

Extract from the petition from SOS Racism

"I refuse to be asked about the color of my skin, my origin or my religion. (...) I refuse to have my identity reduced to criteria from bygone eras, eras like the French colonial period or Vichy. (...) I refuse that the attention and investigation be focused on the victims rather than the perpetrators of discrimination. The required knowledge of the reality of discrimination should be gathered by other means, for example, through individual in situ investigations of racist conduct."

THE STRATEGY OF PROXYS

To avoid self-identification in ethnoracial categories, functional equivalent are favored

Indirect identification of ethnicity or race via characteristics that are associated: language; first and/or last name; place of birth and/or nationality; religion; cultural identity/practices; place as a status

Identification in broad categories of experience: under-represented, stigmatized or discriminated minorities or groups

If self-identification requires that categories and concepts are meaningful for the respondents, proxys should be able to come as close as possible to the targeted population group

But do they do the job?

LOST IN TRANSLATION: THE PROBLEM WITH PROXYS

Language, culture: with acculturation and social mobility, racialized individuals change practices, but do not escape ascription
See Roma, Afro-descendants

First and second generation: reference to migration as a founding criteria, assimilation as a perspective, illegitimacy as full members of the society, poor quality of representation over time

Names: confusion between the signal and the meaning; correlation between naming and assimilation; poor quality over time

Place (neighbourhood) can be relevant when ethnoracial segregation is intense, but often it misses large part of minorities

In all cases, avoidance of naming ethnoracial minorities increase invisibility of domination and reinforce discrimination

A NEW REGIME OF CLASSIFICATION

- ❑ UNESCO post 1945's strategy to dismiss Race to erase racism has failed
- ❑ European countries are facing the "return of race" with migration from former colonial countries: can discrimination be tackled by ignoring race and ethnicity?
 - ❑ How to become post-racial without being racialized?
- ❑ A new design for statistics: reflexivity, subjectivity, constructivist approach
- ❑ 4 major issues:
 - ❑ Terminology (race and ethnicity simply don't fit in non English speaking language)
 - ❑ Data protection
 - ❑ Self-perception and ascription
 - ❑ Reflecting identities or categorical distinctions

ANEXO 3.

Intervenções de membros do GT para o Estado da arte de Portugal

3.1. PowerPoint de Cristina Roldão, CIES e Instituto Politécnico de Setúbal, de 2.07.2018: “Recolha de Dados Étnico-Raciais em Portugal: práticas passadas, presentes e propostas para o futuro”

3.2. PowerPoint de Anabela Delgado, INE, de 17.9.2018: Cenários de recolha de dados étnico-raciais

ANEXO 3

Intervenciones de desarrollo de capacidades en el sector agrícola

El presente anexo muestra los resultados de las intervenciones de desarrollo de capacidades en el sector agrícola, las cuales se realizaron en el marco del proyecto de desarrollo de capacidades en el sector agrícola, financiado por el Gobierno de Guatemala y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Las intervenciones se realizaron en el marco del proyecto de desarrollo de capacidades en el sector agrícola, financiado por el Gobierno de Guatemala y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).



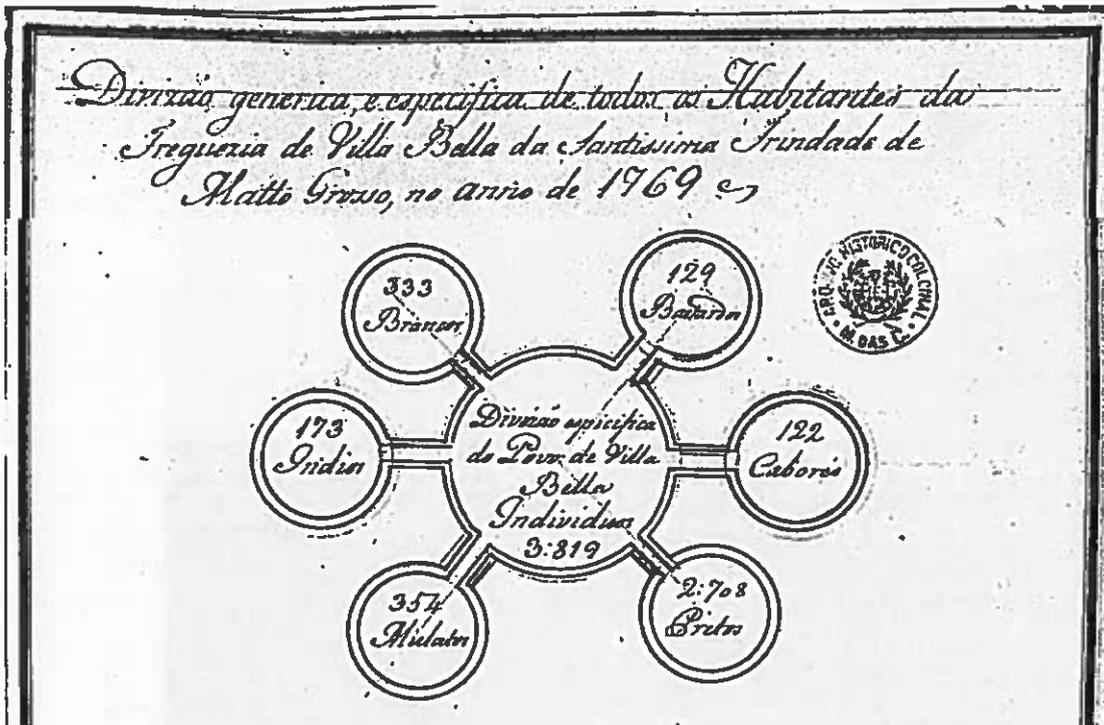
Recolha de Dados Étnico-Raciais em Portugal:
Práticas Passadas, Presentes e Propostas para o Futuro

Cristina Roldão (ESE-IPS e CIES-IUL)

Grupo de Trabalho Dados Étnico-Raciais nos Censos 2021
INE | Lisboa | 2 de Julho de 2018

Práticas Passadas

1700's



1800's

Mapia
Os Habitantes que existem na Povoação de Sao Mateus de Pangueia em o anno de 1810

Sexo	Brancos			Pretos						Mulatos					
				Luzos			Capeiros			Luzos			Capeiros		
	brancos	solteiros	casados	brancos	solteiros	casados	brancos	solteiros	casados	brancos	solteiros	casados	brancos	solteiros	casados
Masculino	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Feminino	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

1900's

QUADRO N.º 2.— Superfície do território; povoações; fogos; população de facto, por sexes, segundo a raça, nacionalidade o estado civil; densidade da população
Superficie du territoire; centres de population; feux; population de fait, par sexe, d'après la race, la nationalité et l'état civil; densité de la population

Recenseamento de 31 de dezembro de 1900
Recensement du 31 décembre 1900

Conceitos	População Populacion	Superfície — Kilómetros quadrados Superficie — Kilomètres carrés	Cidades Villes	Villas Villages	Aldeias Villages	Fogos Foyers	População de facto segundo Population de fait d'après													Densidade da população Densité de la population Habitants par kilomètre carré				
							População de facto na ocasião do recenseamento Population présente au moment du recensement			A raça La race			A nacionalidade La nationalité			O estado civil L'état civil								
							Total	Varões Hommes	Fomeas Femmes	Brancos Blancs	Negros Noirs	Pretos Métis	Portuguezes Portugais		Nacionais Nationaux		Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viúvos Veuves		Fomeas Femmes			
													De provincia De province	De outros povoações ultramarinas De autres localités ultramarines	Naturais Nés	Estrangeiros Étrangers								
Provincia	30	3,817,50	3	8	460	81,281	107,434	88,798	78,879	3,884	94,630	48,929	146,335	181	443	348	62,283	64,988	10,578	10,481	1,487	2,368	37,84	
Cidade da Praia (a).....	9	1,165,50	1	..	45	8,368	26,088	17,467	19,281	980	15,531	20,175	36,435	68	161	24	15,661	17,247	1,481	1,445	225	531	35,88	
Santa Catarina (a).....	3	3	6,333	30,171	14,561	15,670	131	10,768	19,589	30,133	90	27	3	11,399	13,009	2,179	2,076	435	291	33,24	
Illa do Fogo.....	4	530,00	1	3,714	17,600	8,868	9,598	206	14,868	5,146	17,693	..	9	2	7,079	8,488	700	811	158	393	33,24	
Illa Brava.....	3	56,50	63	1,944	9,283	3,923	5,300	1,598	7,243	388	9,093	37	55	38	2,673	3,633	1,145	1,153	165	312	163,94	
Illa de S. Vicente.....	1	193,00	23	1,898	8,780	4,399	4,488	678	7,187	865	8,081	18	127	163	3,631	3,819	597	561	64	135	43,28	
Illa de Santo Antão.....	6	784,50	131	6,196	29,888	13,927	15,961	138	25,881	3,919	29,800	12	56	6	10,815	12,321	2,365	2,070	216	720	38,10	
Illa de S. Nicolau.....	2	343,50	1	40	2,316	11,438	5,521	6,637	34	11,665	299	11,938	2	27	1	4,077	5,121	1,161	1,183	123	331	34,61
Illa de Boa Vista.....	2	613,00	10	719	8,423	1,118	1,493	511	1,741	800	2,597	2	7	7	1,074	280	283	31	133	133	4,26	
Illa do Sal.....	1	204,50	5	141	483	218	265	34	374	73	479	2	..	2	128	214	57	10	2,34	

— 374 —

(a) A superfície da Illa de S. Tiago é de 910 kilometros quadrados, e a sua população de 66.943 habitantes, com a densidade de 65,77; a superfície da illa do Maio é de 216,50 kilometros quadrados, e a sua população de 1.918 habitantes, com a densidade de 8,85.

Anuário Estatístico de 1903, Capítulo: Possessões Ultramarinas - Cabo Verde, pp.374

1920's

Mapa estatístico da população existente em todo o Território referido a 31 de Dezembro de 1924 e sua comparação com o ano de 1923

RAÇA BRANCA

SEXO	NACIONALIDADES														TOTALS		DIFERENÇA		
	Alcool	Americas	Espanha	Andaluzia	Italia	Braçaria	Internacionais	Independentes	Portuguezes	Em 1923	Em 1924	Para mais	Para menos						
Masculinos	45	5	1	1,744	1,976	232	..
Femininos	11	2	541	683	142	..
Total	56	7	1	2,285	2,659	374	..

OUTRAS RAÇAS

SEXO	ASIÁTICA				NESTICA				MEXICANA				TOTALS		DIFERENÇA		
	Chineses	Indios	Portuguezes	Sinhaleses	Portuguezes	Em 1923	Em 1924	Para mais									
Masculinos	253	439	82	4	841	215	112	2,252	2,348	96	..
Femininos	7	36	17	1	61	73	12	421	478	57	..
Total	260	475	99	5	902	288	124	2,673	2,826	153	..

Secretaria Geral do Governo do Território da Moçambique, na Beira, 10 de Novembro de 1925. — O Secretário Geral, interino, António Cardoso da Silva

Censo da População, 1924, Moçambique, pp. 14.

1940's

- 14 -

II. — De Demografia

A. — Estado da população

5. — População do Império Colonial segundo o sexo, o grau de civilização e o tipo somático

Population de l'Empire Colonial suivant le sexe, le degré de civilisation et le type somatique

(Censos 1940)

Grau de civilização Tipo somático	Cabo Verde		Gâmbia		S. Tomé e Príncipe		Angola	
	EM	II	MA	II	MA	II	MA	II
População total	10.210	10.210	521.000	170.000	81.000	27.000	2.700.200	2.700.000
Branca	1.200	2.577	1.000	600	900	300	4.000	30.000
Amarela	3	4	17	5
Indígena	66	4	22	22
Árabe	116.500	13.000	2.300	1.000	2.700	1.300	20.000	11.000
Negros	52.200	22.300	347.000	177.000	16.000	26.200	1.400.000	1.270.000
Outros e ignorados	1.000	600	60	60
População civilizada	81.000	60.000	6.000	5.000	22.000	10.000	11.000	40.000
Branca	1.200	2.577	1.000	600	900	300	4.000	20.000
Amarela	3	4	17	5
Indígena	66	4	22	22
Árabe	116.500	13.000	2.300	1.000	2.700	1.300	20.000	11.000
Negros	52.200	22.300	347.000	177.000	16.000	26.200	1.400.000	1.270.000
Outros e ignorados	1.000	600	60	60
População não civilizada	300.000	165.000	59.000	17.000	2.600.000	2.700.000
Negros	100	100	100	100	1.000	2.000
Negros	300.000	165.000	59.000	17.000	2.600.000	2.700.000

As estatísticas de 1940 — Estatísticas de 1940.
As estatísticas dos Negros — Estatísticas des Negres.

- 15 -

Demografia

da população

seco, o grau de civilização e o tipo somático

sex, le degré de civilisation et le type somatique

(1940)

Mozambique	Índia		Mocim		Timor	
	EM	II	MA	II	MA	II
1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
20.000	10.000	30.000	15.000	40.000	20.000	10.000
1.000	500	1.500	750	2.000	1.000	500
10.000	5.000	15.000	7.500	20.000	10.000	5.000
1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
..
60.000	30.000	90.000	45.000	120.000	60.000	30.000
20.000	10.000	30.000	15.000	40.000	20.000	10.000
1.000	500	1.500	750	2.000	1.000	500
10.000	5.000	15.000	7.500	20.000	10.000	5.000
1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
..
1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
..
1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
..
1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000

Anuário Estatístico do Império Colonial, 1943, pp. 14-15.

1950's

II. — Demografia — Démographie

A. — Estado da população — État de la population

6. — População do Ultramar, segundo o sexo, o grau de civilização e o tipo somático

(Censos de 1950 — Recensement 1950)

Grau de civilização Tipo somático	Cabo Verde		Gâmbia		S. Tomé e Príncipe		Angola		Mozambique		Índia		Mocim		Timor	
	EM	II	MA	II	MA	II	MA	II	MA	II	MA	II	MA	II	MA	II
População total	167.220	67.436	616.777	251.777	61.100	20.854	4.111.700	..	2.721.707	2.708.576	627.500	501.741	167.772	86.306	467.270	221.010
Branca	3.424	1.461	2.262	1.429	1.152	800	2.710	1.275	505	267
Amarela	5	1	153.105	96.003	3.720	1.704
Indígena	11	21	9	8	122	70	46	33
Árabe	161.726	66.620	4.362	2.242	4.200	2.062	1.785	894	2.022	1.063
Negros	42.472	18.310	161.825	295.027	34.697	11.162	10	7	24	47
Timores	3	3	436.446	228.750
Outros e ignorados	85	47	29	21	110	54
População civilizada	167.220	67.436	6.220	4.200	45.200	21.110	106.220	..	65.000	62.000	627.500	501.741	167.772	86.306	7.471	4.200
Branca	3.424	1.461	2.262	1.429	1.152	800	2.710	1.275	505	267
Amarela	5	1	153.105	96.003	3.720	1.704
Indígena	11	21	9	8	122	70	46	33
Árabe	161.726	66.620	4.362	2.242	4.200	2.062	1.785	894	2.022	1.063
Negros	42.472	18.310	161.825	295.027	34.697	11.162	10	7	24	47
Timores	3	3	436.446	228.750
Outros e ignorados	85	47	29	21	110	54
População não civilizada	300.000	200.000	16.000	14.000	3.000.000	..	2.000.000	2.000.000	400.000	217.000
Negros
Negros	300.000	200.000	16.000	14.000	3.000.000	..	2.000.000	2.000.000	400.000	217.000

Anuário Estatístico do Ultramar 1950-51, pp. 38-39.

1960's

I — População portuguesa e estrangeira, segundo o tipo somático e o sexo, por distritos de residência

População residente Censo de 1960

Distritos de residência, nacionalidades e naturalidades	Tipos somáticos e sexos		Branco		Mestiço		Pretos		Outros tipos	
	Total									
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
TOTAL DA PROVÍNCIA	4 830 449	2 459 015	172 529	96 374	53 392	26 058	4 684 362	2 336 450	166	133
Total	4 827 346	2 457 287	170 609	95 440	53 351	26 045	4 682 124	2 335 673	162	129
Portugueses {										
Naturais da Província de Angola	4 701 297	2 383 974	50 921	25 846	49 864	23 846	4 600 479	2 334 259	33	23
" " Metrópole	118 348	68 908	117 727	68 338	561	343	54	25	6	2
" " de outras Prov. Ultramarinas	6 226	3 616	1 282	713	3 624	1 808	2 003	995	117	100
" " do estrangeiro	1 475	789	779	343	102	48	588	394	6	4
Estrangeiros	3 103	1 728	1 820	934	41	13	1 238	777	4	4

3º Recenseamento Geral da População, 1960, Província de Angola, 2º Volume, pp. 13.

1970's

2ª REPARTIÇÃO - 8ª SECÇÃO
CENSO DA POPULAÇÃO

(às 0 horas do dia 13
de Setembro de 1970)

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE
DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA
BOLETIM DE RECENSEAMENTO

Oficet - D.P.S.E. - Modelo n.º 819

CONFIDENCIAL

OS ELEMENTOS RECOLHIDOS
SÃO ESTRITAMENTE CONFIDENCIAIS.
Decreto-Lei n.º 46 923, de 29 de Março de 1964.

A PREENCHER PELOS AGENTES RECENSEADORES

Nome do chefe de família ou convivente _____ Conselho ou Circunscrição _____ Distrito de _____
 Nome do agregado _____ Freguesia _____ Posto Administrativo _____
 Nº de polícia do posto _____ Andar _____ Urbano ou rural _____ Nº de quadra/casa _____
 Cidade _____ 2 Zona urbana _____ 4

Os espaços ocupados com o sinal não devem ser preenchidos pelos recenseados.

Nome (Nome próprio e apelido)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
P1 Para famílias monogâmicas:										
Indique a relação com o chefe de família, de acordo com o quadro seguinte:										
- Chefe de família	<input type="checkbox"/> 1									
- Mulher do chefe de família	<input type="checkbox"/> 2									
- Filhos solteiros	<input type="checkbox"/> 3									
- Filhos casados	<input type="checkbox"/> 4									
- Outros e semos	<input type="checkbox"/> 5									
- Herdeiro e herdeira	<input type="checkbox"/> 6									
- Pai do chefe ou chefe de família	<input type="checkbox"/> 7									
- Outros parentes do chefe ou de seu cônjuge	<input type="checkbox"/> 8									
- Pessoas não aparentadas	<input type="checkbox"/> 9									
P2 Indique a cor da pele, segundo o quadro seguinte:										
- Amarelo	<input type="checkbox"/> 1									
- Branco	<input type="checkbox"/> 2									
- Indiano	<input type="checkbox"/> 3									
- Negro	<input type="checkbox"/> 4									
- Misto	<input type="checkbox"/> 5									

Recenseamento Geral da População, 1970, Província de Moçambique, 2º Volume, pp. 13.

Práticas Presentes

A recolha de dados filiação religiosa:
Censos, Instituto Nacional de Estatística (INE)

População residente com 15 e mais anos de idade por Local de residência e Religião, 2011

		Católica	Ortodoxa	Protestante	Outra cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã	Sem religião	Não resposta	Total
Portugal	%	81,0	0,6	0,8	1,8	0,0	0,2	0,3	6,8	8,3	100,0
	Nº	7281887	56550	75571	163338	3061	20640	28596	615332	744874	8989849
Grande Lisboa	%	69,7	0,9	1,5	2,8	0,1	0,7	0,7	11,9	11,8	100,0
	Nº	1204830	16366	25373	47663	884	11933	11620	206272	203445	1728386

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

Processos de Contraordenação (PCOs) instaurados pela CICDR, por nacionalidade ou grupo étnico/cultural da alegada vítima, entre 2005* e 2016 (soma acumulada)

Grupo étnico ou cultural

- Etnia Cigana
- "Preto/Negro"***
- Imigrantes em geral
- Outros

***Os grupos étnicos/culturais indicados no quadro são retirados do teor das queixas, ou seja, são expressões utilizadas pelos denunciante."

	PCO's 2005-2015	% do total de PCO's 2005-2015
1. Nacionalidade		
Brasileira	57	25,3
Angolana	5	2,2
Cabo-verdiana	5	2,2
Guineense	6	2,7
São-tomense	4	1,8
Russa	3	1,3
Ucraniana	9	4,0
Moldava	3	1,3
Romena	5	2,2
Búlgara	2	0,9
Chinesa	3	1,3
Indiana	3	1,3
Outras nacionalidades	26	11,6
Não determinável na queixa	94	41,8
2. Grupo étnico ou cultural e outras categorias**		
Etnia Cigana	39	17,3
"Preto/negro"***	48	21,3
Imigrantes em geral	12	5,3
Outros	2	0,9
Não determinável na queixa	124	55,1
Total PCO's***	225	100,0

Fonte: Relatório Queixas de Discriminação Racial 2005/15, CICDR – ACIME/ACIDI/ACM

**A recolha de dados étnico-raciais:
Guarda Nacional Republicana (GNR)**

Caraterísticas inalteráveis

- Branca
- Amarela
- Preta
- Castanha
- Castanha clara
- Castanha escura
- Outra

Fonte: Impresso de registo de suspeito, Posto GNR de Sintra, 2015

A recolha de dados étnico-raciais: Serviços de saúde



Raça
Branca
Negra
Outra

Fonte: Formulário de registo em consulta de maternidade, Lisboa (2017).

A recolha de dados étnico-raciais: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)

O NÚMERO
DE INDIVÍDUOS
NOS MUNICÍPIOS

- Inquérito on-line a **308 autarquias** que contaram frequentemente com a **colaboração do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS)**,
- Das 308, 190 tinham população cigana, excepto Almada, Cascais, Loures, Porto e Setúbal.
- Estimam que em Portugal existem **37.346 indivíduos de origem cigana**.

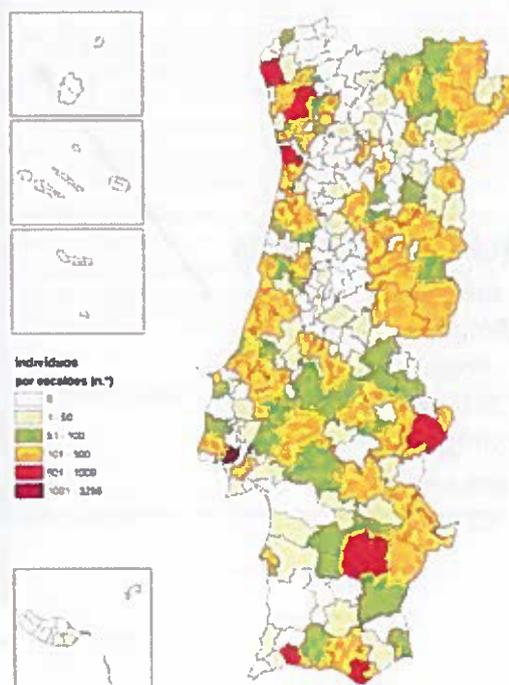


Figura 2 - Nº de indivíduos por município

FORNTE: IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, *Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal 2013-14*

A recolha de dados étnico-raciais: Observatório das Comunidades Ciganas/ACM

Figura 6
Número de ciganos reportados pelos municípios



- Inquérito por questionário a **1599** **peçoas ciganas**.
- Dados referentes a 113 de 278 autarquias de Portugal continental às quais foi enviado um inquérito via email.

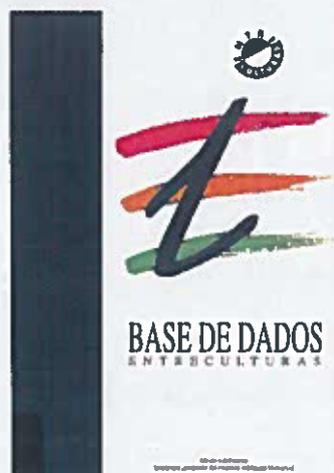
FONTE: *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas* (Mendes et. al. 2014/ OBCIG-ACM)

A recolha de dados étnico-raciais: Base de Dados Entreculturas, 1992-1999

Secretariado Coord. dos Programas de Educação Multicultural
GIASE - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo/ Ministério da Educação

Grupo Cultural/Grupo Étnico-Cultural

1. Cabo Verde
2. Guiné
3. S. Tomé e Príncipe
4. Angola
5. Moçambique
6. Índia – Paquistão
7. Macau
8. Timor
9. Cigana
10. Ex-emigrantes
11. Brasil
12. CE
13. Outros



A revisão de dados étnico-raciais:

Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2016/17

Ministério da Educação: Direção-Geral da Educação (DGE) e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

3. Retenção escolar anterior ao ano letivo 2016/2017

18. Total de alunos da comunidade cigana matriculados em escolas públicas do ME com retenção e sem retenção anterior ao ano letivo 2016/2017, por nível de ensino

Nível de ensino	Formos Básico			Total Formos Básico	Total	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
Total de alunos matriculados	5879	3078	1807	10762	236	13818
Sem retenção	3680	1107	739	5546	176	5722
Com uma retenção	1186	806	101	2127	57	2184
Com mais que uma retenção	1013	1165	967	3085	63	3148
% total sem retenção	62,8%	36,0%	40,9%	51,3%	68,0%	58,8%
% total com uma retenção	20,3%	37,7%	18,0%	19,0%	24,0%	20,3%
% total com mais que uma retenção	17,2%	38,3%	41,1%	30,7%	8,0%	20,9%

19. Nota: Dados relativos às Escolas que responderam ao presente questionário e que têm alunos de comunidade cigana.

18. Total de alunos da comunidade cigana matriculados em escolas públicas do ME com retenção e sem retenção anterior ao ano letivo 2016/2017, por nível de ensino e modalidade do ensino

Anos de escolaridade	Formos Básico					Formos Secundário					Formos Técnico		Total Básico	Total Secundário	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	4.º e 5.º Anos (1.º Ciclo)	6.º e 7.º Anos (2.º Ciclo)	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º			8.º
Total de alunos matriculados	3794	2808	1218	78	406	578	139	113	0	17	64	9	2	10762	236
Sem retenção	3681	956	543	88	126	211	81	71	0	11	23	3	2	5546	176
Com uma retenção	1177	128	261	6	77	36	19	17	0	1	1	0	0	2127	57
Com mais que uma retenção	1013	1124	414	2	303	231	18	23	0	5	30	4	0	3085	63

20. Nota: Dados relativos às Escolas que responderam ao presente questionário e que têm alunos de comunidade cigana.

Propostas para o Futuro

Conceitos, Variáveis e Categorias Étnico-Raciais em Censos Internacionais

Países que recolhem informação

- | | |
|---------------------|--------------------|
| <u>Brasil,</u> | <u>Austrália,</u> |
| <u>EUA,</u> | Bulgária, |
| <u>Reino Unido,</u> | Croácia, |
| <u>Irlanda,</u> | Chipre, |
| <u>Canadá,</u> | Republica Checa, |
| <u>Espanha*,</u> | Estónia, |
| <u>Itália*,</u> | Hungria, |
| Hungria, | Letónia, Lituânia, |
| Jamaica, | Polónia, Roménia, |
| Venezuela, | Ucrânia, |
| México, | entre outros. |
| Guatemala, | |
| Senegal, | |
| Porto Rico, | |
| Quénia, | |

*Perguntam pelo país de nascimento dos pais
(Morning, 2005; Simon, 2007)

Brasil, Censos 2010

6.06 - A SUA COR OU RAÇA É: <input type="checkbox"/> 1 - BRANCA <input type="checkbox"/> 2 - PRETA <input type="checkbox"/> 3 - AMARELA <input type="checkbox"/> 4 - PARDA <input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08)	
<small>(Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)</small>	
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)	
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE? <input type="text"/>	
Siga 6.09	
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)	
6.10 - QUAL(ES)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)	
6101	<input type="text"/>
6103	<input type="text"/>
Siga 6.11	
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
Siga 6.12	
6.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO? <input type="text"/>	

Reino Unido, Censos 2011

15 How would you describe your national identity?

Tick all that apply

English

Welsh

Scottish

Northern Irish

British

Other, write in

16 What is your ethnic group?

Choose **one** section from A to E, then tick **one** box to best describe your ethnic group or background

A White

English/Welsh/Scottish/Northern Irish/British

Irish

Gypsy or Irish Traveller

Any other White background, write in

B Mixed/multiple ethnic groups

White and Black Caribbean

White and Black African

White and Asian

Any other Mixed/multiple ethnic background, write in

C Asian/Asian British

Indian

Pakistani

Bangladeshi

Chinese

Any other Asian background, write in

D Black/African/Caribbean/Black British

African

Caribbean

Any other Black/African/Caribbean background, write in

E Other ethnic group

Arab

Any other ethnic group, write in

Irlanda, Censos 2011

11 What is your ethnic or cultural background?

Choose **ONE** section from A to D, then tick **one** the appropriate box.

A White

1 Irish

2 Irish Traveller

3 Any other White background

B Black or Black Irish

4 African

5 Any other Black background

C Asian or Asian Irish

6 Chinese

7 Any other Asian background

D Other, including mixed background

8 Other, write in description

EUA, Censos 2010

→ NOTE: Please answer BOTH Question 5 about Hispanic origin and Question 6 about race. For this census, Hispanic origins are not races.

5. Is this person of Hispanic, Latino, or Spanish origin?

No, not of Hispanic, Latino, or Spanish origin

Yes, Mexican, Mexican Am., Chicano

Yes, Puerto Rican

Yes, Cuban

Yes, another Hispanic, Latino, or Spanish origin — Print origin, for example, Argentinian, Colombian, Dominican, Nicaraguan, Salvadoran, Spanish, and so on. ↴

6. What is this person's race? Mark one or more boxes.

White

Black, African Am., or Negro

American Indian or Alaska Native — Print name of enrolled or principal tribe. ↴

Asian Indian Japanese Native Hawaiian

Chinese Korean Guamanian or Chamorro

Filipino Vietnamese Samoan

Other Asian — Print race, for example, Hmong, Laotian, Thai, Pakistani, Cambodian, and so on. ↴

Other Pacific Islander — Print race, for example, Fijian, Tongan, and so on. ↴

Some other race — Print race. ↴

Itália, Censos 2010

3.4 Where was your mother born?

[Indicate your mother's birthplace, whether or not she is a usual resident of this dwelling, or deceased]

1 In Italy

2 Abroad → specify the foreign country of birth

3.5 Where was your father born?

[Indicate your father's birthplace, whether or not he is a usual resident of this dwelling, or deceased]

1 In Italy

2 Abroad → specify the foreign country of birth

Austrália, Censos 2011

<p>7 Is the person of Aboriginal or Torres Strait Islander origin?</p> <ul style="list-style-type: none"> For persons of both Aboriginal and Torres Strait Islander origin, mark both 'Yes' boxes. 	<input type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/> Yes, Aboriginal <input type="checkbox"/> Yes, Torres Strait Islander	<input type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/> Yes, Aboriginal <input type="checkbox"/> Yes, Torres Strait Islander																				
<p>14 Was the person's father born in Australia or overseas?</p> <ul style="list-style-type: none"> Remember to mark box like this: <input type="checkbox"/> 	<input type="checkbox"/> Australia <input type="checkbox"/> Overseas	<input type="checkbox"/> Australia <input type="checkbox"/> Overseas																				
<p>15 Was the person's mother born in Australia or overseas?</p> <ul style="list-style-type: none"> Remember to mark box like this: <input type="checkbox"/> 	<input type="checkbox"/> Australia <input type="checkbox"/> Overseas	<input type="checkbox"/> Australia <input type="checkbox"/> Overseas																				
<p>18 What is the person's ancestry?</p> <ul style="list-style-type: none"> Provide up to two ancestries only. Examples of 'Other - please specify' are: GREEK, VIETNAMESE, HMONG, DUTCH, KURDISH, MAORI, LEBANESE, AUSTRALIAN SOUTH SEA ISLANDER. Remember to mark boxes like this: <input type="checkbox"/> Visit www.abs.gov.au/censushelp for more information. 	<input type="checkbox"/> English <input type="checkbox"/> Irish <input type="checkbox"/> Scottish <input type="checkbox"/> Italian <input type="checkbox"/> German <input type="checkbox"/> Chinese <input type="checkbox"/> Australian <input type="checkbox"/> Other - please specify <table border="1" style="width: 100%; height: 40px;"> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>											<input type="checkbox"/> English <input type="checkbox"/> Irish <input type="checkbox"/> Scottish <input type="checkbox"/> Italian <input type="checkbox"/> German <input type="checkbox"/> Chinese <input type="checkbox"/> Australian <input type="checkbox"/> Other - please specify <table border="1" style="width: 100%; height: 40px;"> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										

Portugal, Censos 2011

Resposta Facultativa (Decreto-Lei n.º 226/2009 de 14 de Setembro)

A resposta a esta pergunta implica a autorização para o tratamento dos respectivos dados

36 Indique qual é a sua religião

Católica <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 1	Judaica <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 5
Ortodoxa <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 2	Muçulmana <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 6
Protestante <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 3	Outra não cristã <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 7
Outra cristã <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 4	Sem religião <input style="width: 30px;" type="checkbox"/> 8

Muito obrigado pela sua colaboração!

Conceitos, Variáveis e Categorias

CONCEITOS	"Raça"	Pertença étnico-racial	Origem imigrante* <i>Não permite dar conta de pessoas ciganas e "descendentes de imigrantes de 3ª geração"</i>
VARIÁVEIS	• Côr ou "Raça"	• Grupo étnico-cultural • Ancestralidade • Raça	• Local de nascimento dos pais
CATEGORIAS	• Cores/ Indígenas	• Combinação entre dimensão fenotípica, origem nacional, origem étnica	• Países de nascimento
PAÍSES	• Brasil	• Reino Unido, Irlanda, EUA, Canadá, Austrália	• Espanha e Itália

* Não se incluíram as questões relativas às línguas faladas, religião, origem "arborígene"

Condições prévias

- Anonimização dos dados;
- Auto-classificação;
- Não-obrigatoriedade;
- Consentimento informado (exemplo: Canadá);
- Categoria aberta e para mestiços (exemplo: Irlanda e Reino Unido)

Que categorias?

- . Origem africana
- Negro
- Preto
- Afrodescendente
- Cigano
- Branco
- Lusodescendente
- Origem portuguesa
- Mestiços
- Outras: Quais?

Obrigada!

cristinaroldao1@gmail.com

Que categorías

- Organismo
- Medio
- Tipo
- Subcategoría
- Límite
- Estado
- Ubicación
- Organización
- Municipio
- Estado (Código)

Organismo

Organismo

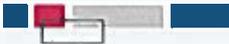


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

» Reunião GT Questões étnico raciais

Anabela Delgado
Coordenadora do Gabinete para os Censos 2021

17 setembro 2018



1. Cenários apresentados na última reunião do GT



Cenário 1	<ul style="list-style-type: none">• observação da pertença étnico-racial através da conjugação de categorias de raça, origem étnica e identidade nacional;• Abordagem semelhante à questão colocada no Reino Unido;• Necessário adequar as respetivas modalidades de resposta à realidade nacional.
Cenário 2	<ul style="list-style-type: none">• Inclusão de duas perguntas sobre pertença/perceção étnico racial;• Perceção do próprio vs. perceção dos outros.• Semelhante ao cenário 1
Cenário 3	<ul style="list-style-type: none">• Inclusão de pergunta sobre pertença étnico racial; Semelhante ao cenário 1.• Perguntas sobre naturalidade e nacionalidade dos pais para avaliar background migratório.



Reino Unido – Censos 2011	“Tradução” da pergunta do Reino Unido
<p>16 What is your ethnic group?</p> <p>Choose one section from A to E, then tick one box to best describe your ethnic group or background</p> <p>A - White</p> <p><input type="checkbox"/> English/Welsh/Scottish/Northern Irish/Irish</p> <p><input type="checkbox"/> Irish</p> <p><input type="checkbox"/> Gypsy or Irish Traveller</p> <p><input type="checkbox"/> Any other White background, write in</p> <p>B - Mixed/multiple ethnic groups</p> <p><input type="checkbox"/> White and Black Caribbean</p> <p><input type="checkbox"/> White and Black African</p> <p><input type="checkbox"/> White and Asian</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Mixed/multiple ethnic background, write in</p> <p>C - Asian/Asian British</p> <p><input type="checkbox"/> Indian</p> <p><input type="checkbox"/> Pakistani</p> <p><input type="checkbox"/> Bangladeshi</p> <p><input type="checkbox"/> Chinese</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Asian background, write in</p> <p>D - Black/African/Caribbean/Black British</p> <p><input type="checkbox"/> African</p> <p><input type="checkbox"/> Caribbean</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Black/African/Caribbean background, write in</p> <p>E - Other ethnic group</p> <p><input type="checkbox"/> Arab</p> <p><input type="checkbox"/> Any other ethnic group, write in</p>	<p>Qual é o seu grupo étnico?</p> <p>A - Branco Português Europeu Cigano</p> <p>... Outra origem branca, indicar</p> <p>B - Misto/mulato?/ Mestiço Branco e preto de origem africana Branco e preto de origem americana/sul americana Branco e asiático</p> <p>... Outra origem mista, indicar</p> <p>C - Asiático/ Asiático de origem portuguesa Indiana Chinês Paquistanês</p> <p>... Outra origem asiática, indicar</p> <p>D - Preto?/ Negro?/ Africano/ Preto de origem portuguesa Africano Americano</p> <p>... Outra origem africana, indicar</p> <p>E - Outro grupo étnico Árabe Outro grupo étnico, indicar</p>



Obrigada pela vossa atenção!
anabela.delgado@ine.pt



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



ANEXO 4.

Modelos de categorias de “origens e/ou pertenças étnico-raciais do GT:

Modelo 1 e Modelo 2

ANEXO A

10 de diciembre de 2021

10 de diciembre de 2021

Modelo 1:

A. Branco/Português branco/ De origem europeia

B. Negro/Português Negro/Afrodscendente/De origem africana

C. Asiático/Português de origem asiática/ De origem asiática

D. Cigano/ Português cigano/Rom/ De origem cigana

E. Outro grupo. Qual?

F. Origem mista. Quais?

Modelo 2:

A. Branco /Português branco /De origem europeia

- origem portuguesa
 - outra origem europeia
 - origem brasileira
 - origem africana
 - Outra. Qual?
-

B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana

- origem angolana
 - origem cabo-verdiana
 - origem moçambicana
 - origem guineense
 - origem são-tomense
 - origem brasileira
 - Outra. Qual?
-

C. Cigano português/Rom

- origem portuguesa
 - origem romena
 - Outra origem. Qual?
-

D. Asiático/Português de origem asiática/De origem asiática

- origem chinesa
 - origem macaense
 - origem timorense
 - origem indiana
 - origem goesa
 - origem paquistanesa
 - origem Bangladesh
 - origem nepalesa
 - Outra. Qual?
-

E. Outro grupo. Qual?

F. Origem mista. Especifique:

ANEXO 5.

Sessões de *Focus Groups* promovidas pelo GT

5.1. Guião das sessões de Grupos Focais

5.2. Relatórios de 8 sessões de Grupos Focais (total de 57 participantes)

- 3 sessões com comunidades afrodescendentes (+ 1 sessão com ativistas ciganos)
- 2 sessões com líderes e representantes de associações de imigrantes
- 2 sessões com ativistas e líderes de associações ciganas

ANEXO 2

Formulario de datos de la encuesta de hogares

1. Información general de la vivienda

2. Información de la vivienda
2.1. Tipo de vivienda
2.2. Construcción
2.3. Materiales
2.4. Servicios
2.5. Estado de conservación

5.1. Guião das sessões de Grupos Focais

GUIÃO DO FOCUS GROUP

1. Relevância da obtenção de informação estatística de base étnico-racial em Portugal através do Censos
2. Tipo de classificação étnico-racial mais adequada (posicionamento dos participantes face ao que consideram ser a sua própria descrição da sua origem ou pertença étnico-racial e apreciação/perceção acerca dos 2 modelos propostos e categorias inerentes)
3. Riscos e vantagens associados ao processo de recolha e ao uso dessa informação (recomendações para: a disseminação da nova pergunta no Censos 2021, a gestão do processo de recolha de dados, o processo de disponibilização e divulgação da informação recolhida, outros).

Modelo 1:

A. Branco/Português branco/ De origem europeia

B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana

C. Asiático/Português de origem asiática/ De origem asiática

D. Cigano/ Português cigano/Rom/ De origem cigana

E. Outro grupo. Qual? _____

F. Origem mista. Quais? _____

Modelo 2:

A. Branco /Português branco /De origem europeia

- origem portuguesa
- outra origem europeia
- origem brasileira
- origem africana
- Outra. Qual? _____

B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana

- origem angolana
- origem cabo-verdiana
- origem moçambicana
- origem guineense
- origem são-tomense
- origem brasileira
- Outra. Qual? _____

C. Cigano português/Rom

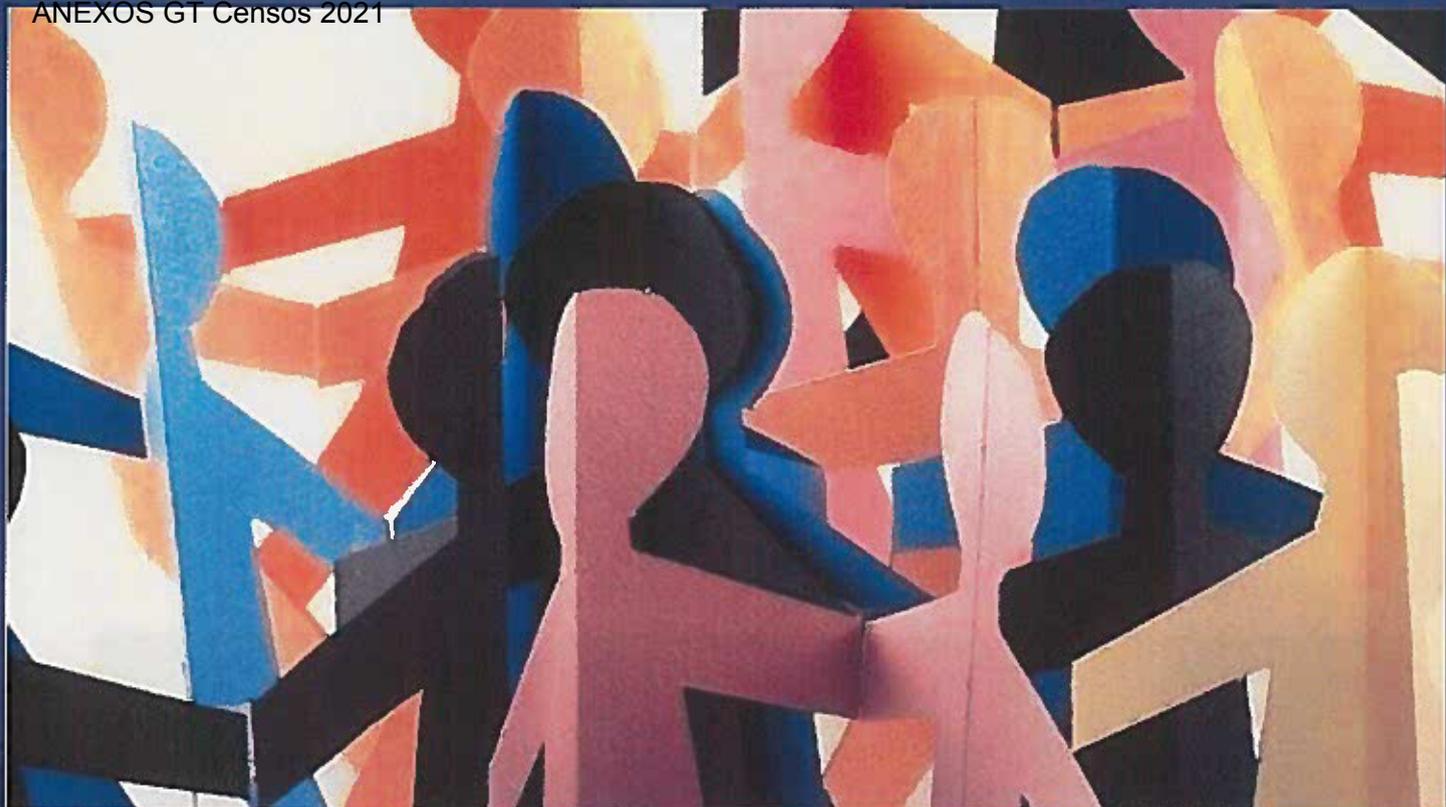
- origem portuguesa
- origem romena
- Outra origem. Qual? _____

D. Asiático/Português de origem asiática/De origem asiática

- origem chinesa
- origem macaense
- origem timorense
- origem indiana
- origem goesa
- origem paquistanesa
- origem Bangladesh
- origem nepalesa
- Outra. Qual? _____

E. Outro grupo. Qual? _____

F. Origem mista. Especifique: _____



**RECOLHA DE DADOS ÉTNICO-RACIAIS NOS CENSOS 2021
RELATÓRIO FOCUS GROUP DE AFRODESCENDENTES (LISBOA) E
FOCUS GROUP COMUNIDADES CIGANAS E AFRODESCENDENTES
(FIGUEIRA DA FOZ)**

Versão Provisória

**Movimentos e Coletivos Afrodescendentes membros do Grupo
de Trabalho Censos 2021 — Questões Étnico - Raciais**



INDICE	1
1. Introdução	2
2. Focus Group Afrodescendentes (Lisboa)	3
<i>2.1. Metodologia e características dos participantes</i>	3
<i>2.2. Sobre a pertinência da recolha de dados étnico-raciais através do Censos 2021</i>	5
<i>2.3. Sobre as categorias étnico-raciais e os dois modelos propostos pelo GT</i>	6
<i>2.4. Sobre os prós, contras e recomendações para a recolha de dados étnico-raciais</i>	12
3. Focus Group Comunidades Ciganas e Afrodescendentes (Fig. da Foz)	15
<i>3.1. Metodologia e características dos participantes</i>	15
<i>3.2. Sobre a pertinência da recolha de dados étnico-raciais através do Censos 2021</i>	16
<i>3.3. Sobre as categorias étnico-raciais e os dois modelos propostos pelo GT</i>	17
<i>3.4. Sobre os prós, contras e recomendações para a recolha de dados étnico-raciais</i>	19
Anexos	21

1. Introdução

No quadro do compromisso assumido pelos representantes dos Movimentos e Coletivos Afrodescendentes membros do Grupo de Trabalho Censos 2021 — Questões Étnico - Raciais, foram realizados, no dia 28 de Outubro de 2018 no ISCTE-IUL, entre as 14h e as 17h, Focus Group de Afrodescendentes (Lisboa) sobre a recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021. Foram envolvidos 27 participantes, divididos em 3 grupos de discussão.

Para além dos Focus Group acima indicados, a representante do grupo de Afrodescendentes, Anabela Rodrigues, solicitou apoio a Marta Araújo, investigadora do Centro de Estudos Sociais e também membro do Grupo de Trabalho, com vista à organização de um focus group com elementos das comunidades ciganas envolvidos no ativismo social e político. O focus group foi realizado no dia 3 de Novembro de 2018 na Figueira da Foz, entre as 16h e as 18h, com 9 ativistas, e teve como objetivo aprofundar reflexões e trocar experiências entre as comunidades Afrodescendentes e Ciganas sobre questões relacionadas com a recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021 (Focus Group de Reflexão Comunidades Ciganas e Afrodescendentes – Figueira da Foz).

Como é próprio desta metodologia, a seleção de participantes responde mais a critérios como a diversidade (sociodemográfica, social, etc.), as redes informais de interconhecimento e a adesão dos participantes, do que a qualquer princípio de amostragem estatística.

Seguindo o guião proposto para os outros grupos de discussão, a finalidade destes Focus Group foi recolher perspetivas sobre a Recolha de Dados Étnico-Raciais nos Censos 2021, designadamente:

- a) Debater a pertinência ou não desta recolha de dados;
- b) Discutir categorias étnico-raciais e os dois modelos propostos pelo GT;
- c) Identificar os aspectos favoráveis, desfavoráveis e as recomendações para a recolha de dados étnico-raciais.

2. Focus Group Afrodescendentes (Lisboa)

2.1. Metodologia e características dos participantes

Os 27 participantes, divididos em 3 grupos de discussão, foram envolvidos a partir da rede de contatos da Associação GTO Lisboa, da Solidariedade Imigrante, da DJASS – Associação de Afrodescendentes, do SOS Racismo e da FEMAFRO – Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes.

GRUPO 1 – Constituído por 8 pessoas, todas nascidas em Portugal, com idades compreendidas entre os 16 e os 39 anos, maioritariamente estudantes (à exceção da participante de 39 anos que é trabalhadora por conta de outrém), pertencentes, em geral, a classes economicamente mais desfavorecidas.

Quadro 1 – Caracterização Sociodemográfica do Grupo 1				
	Sessão	Idade	Sexo	Local de Nascimento
1	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	39	F	Portugal (Lisboa)
2	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	32	M	Portugal (Lisboa)
3	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	25	F	Portugal (Almada)
4	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	24	F	Portugal (Pragal)
5	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	19	F	Portugal (Madeira)
6	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	16	M	Portugal (Lisboa)
7	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	38	F	Portugal (Lisboa)
8	Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	23	F	Portugal (Lisboa)

GRUPO 2 - Constituído por 8 pessoas de classe média (docentes, investigadoras, médica, técnicos superiores) com idades entre os 30 e os 50 anos, de várias nacionalidades (inclusive Portugal).

Quadro 2 - Caracterização Sociodemográfica do Grupo 2				
	Sessão	Idade	Sexo	Local de Nascimento
1	Grupo 2 (Classe Média)	50	F	Senegal
2	Grupo 2 (Classe Média)	32	M	Angola
3	Grupo 2 (Classe Média)	31	F	Angola
4	Grupo 2 (Classe Média)	39	M	Portugal
5	Grupo 2 (Classe Média)	42	F	Portugal
6	Grupo 2 (Classe Média)	35	F	Brasil
7	Grupo 2 (Classe Média)	42	F	Cabo Verde
8	Grupo 2 (Classe Média)	50	M	Cabo Verde

GRUPO 3 - E por fim, um terceiro grupo constituído por 11 pessoas negras não nascidas em Portugal (3 não falantes de português: Francês, Inglês e Wolof), maioritariamente da classe trabalhadora (construção civil, serviços de limpeza e de cuidados à 3ª idade e infância), com idades entre os 24 anos e os 61 anos.

Quadro 3 - Caracterização Sociodemográfica do Grupo 3				
	Sessão	Idade	Sexo	Local de Nascimento
1	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	43	M	Senegal
2	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	55	F	Cabo Verde
3	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	61	F	Cabo Verde
4	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	29	F	Cabo Verde
5	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	32	F	Brasil
6	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	25	F	Angola
7	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	24	M	Cabo Verde
8	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	49	F	Cabo Verde
9	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	37	M	Gâmbia
10	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	37	M	Gâmbia
11	Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	35	F	S. Tomé e Príncipe

A sessão de cada um dos grupos foi dinamizada por 2 pessoas, uma responsável pela dinamização do debate e outra mais focada no registo dos dados relativos à discussão, inserindo-os numa plataforma (googledoc) e fotografando quando necessário. As pessoas responsáveis pela dinamização das sessões de focus group fazem parte do GT e organizaram previamente esta iniciativa através de reuniões, troca de e-mails e uma sessão mais intensiva de coordenação no próprio dia (da parte da manhã) da atividade.

Nos pontos seguintes apresenta-se a síntese dos principais resultados dos focus group, sendo que em anexo se podem encontrar as grelhas de registo relativas a cada grupo.

2.2. Sobre a pertinência da recolha de dados étnico-raciais através do Censos 2021

A totalidade das/os participantes, nos 3 grupos, manifestou concordância quanto à pertinência deste tipo de recolha de dados, sendo os argumentos favoráveis os seguintes (para uma análise detalhada, consultar anexo):

1. conhecer as desigualdades e discriminação das pessoas racializadas (trabalho e emprego; justiça; educação; no atendimento nos serviços públicos; saúde; participação política; acesso à cidadania; na área da cultura; etc.)
2. contribuir para elaborar políticas públicas e mudanças de lei para combater o racismo, designadamente: políticas de ação afirmativa, criminalização do racismo; abertura do acesso à nacionalidade portuguesa a todas/os aquelas/es que nasceram em Portugal;
3. caracterização étnico-racial da população portuguesa e da sociedade portuguesa nos seus diferentes setores;
4. contribuir, com a disponibilização de informação, para a capacidade de reivindicação e participação política dos coletivos e associações;
5. contribuir para o debate e reconhecimento público e político da diversidade étnico-racial, de existências e experiências diversas na sociedade portuguesa;
6. reconhecer, finalmente, no plano político, público e das instituições a existência de racismo na sociedade portuguesa (fim da minorização, ocultação e incertezas);
7. reconhecer o contributo económico que negras/os dão para o desenvolvimento do país;
8. conhecer a forma como as pessoas lidam com a sua identidade étnico-racial.

Foram salientados alguns riscos que poderão colocar em causa a pertinência deste tipo de recolha:

1. mal contextualizados, os dados podem contribuir para o reforço de imagens negativas sobre as populações racializadas;
2. pode contribuir para o reforço de práticas institucionais de "*racial profiling*" cuja finalidade não é o combate ao racismo e desigualdades étnico-raciais;
3. pode trazer à superfície conflitos identitários desnecessários;
4. pode ser desmobilizador no futuro, porque a recolha de dados não tem capacidade de, por si, resolver os problemas.

2.3. Sobre as categorias étnico-raciais e os dois modelos propostos pelo GT

Foi pedido aos/às participantes, numa primeira fase, que anonimamente redigissem num post-it a sua auto-identificação quanto à sua origem étnico-racial. Essas propostas auto-classificação foram recolhidas e posteriormente levadas à discussão de todas/os.

Numa segunda fase, pediu-se que se auto-posicionassem nas categorias propostas em cada um dos 2 modelos de categorização que têm vindo a ser trabalhados no GT. Após o preenchimento, foi solicitado a cada um/a participante que votasse num dos modelos. Houve um momento de discussão e partilha de opiniões sobre cada uma das designações escolhidas, bem como dos modelos apresentados.

Figura 1 - Propostas de auto-classificação étnico-racial (continuação)

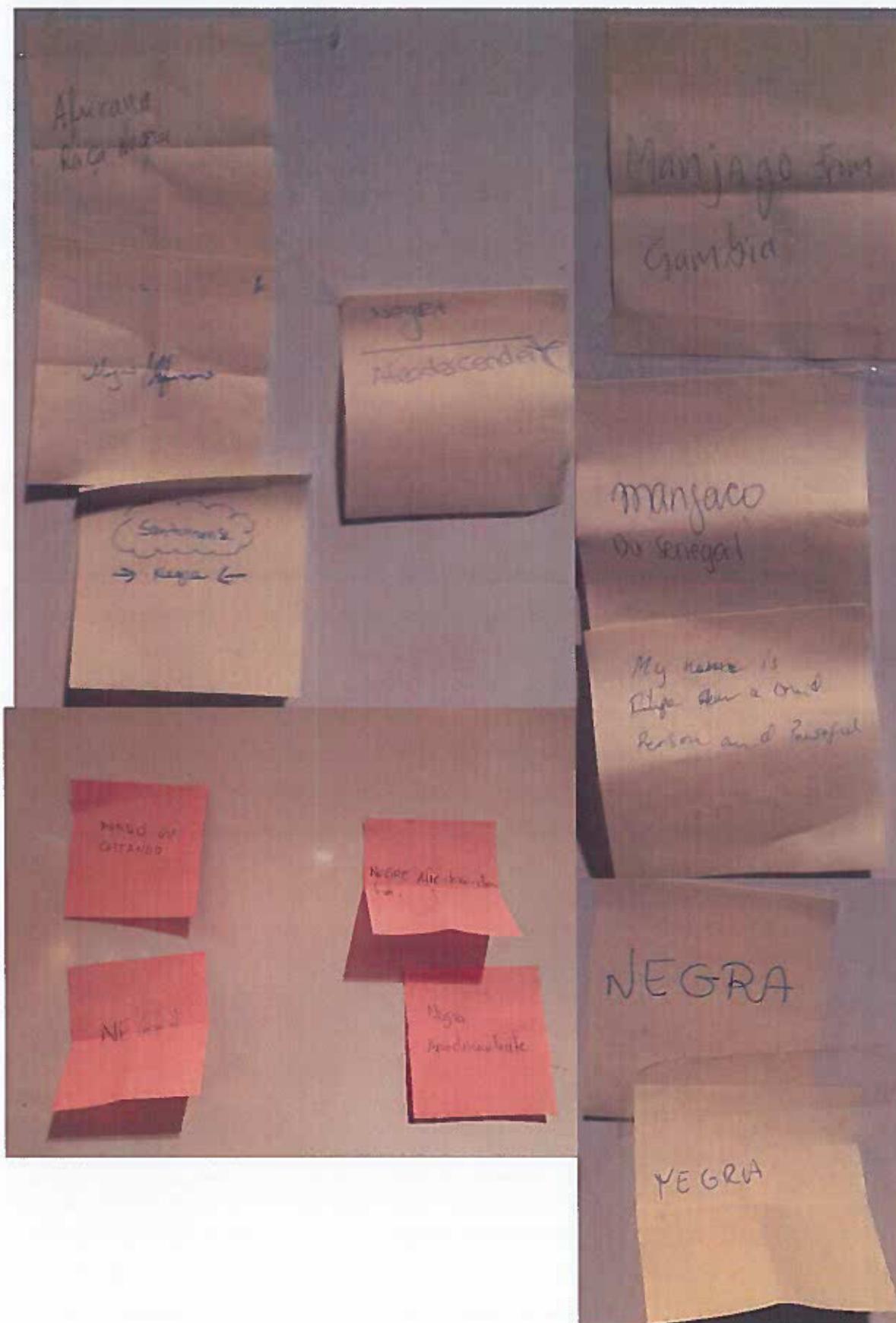
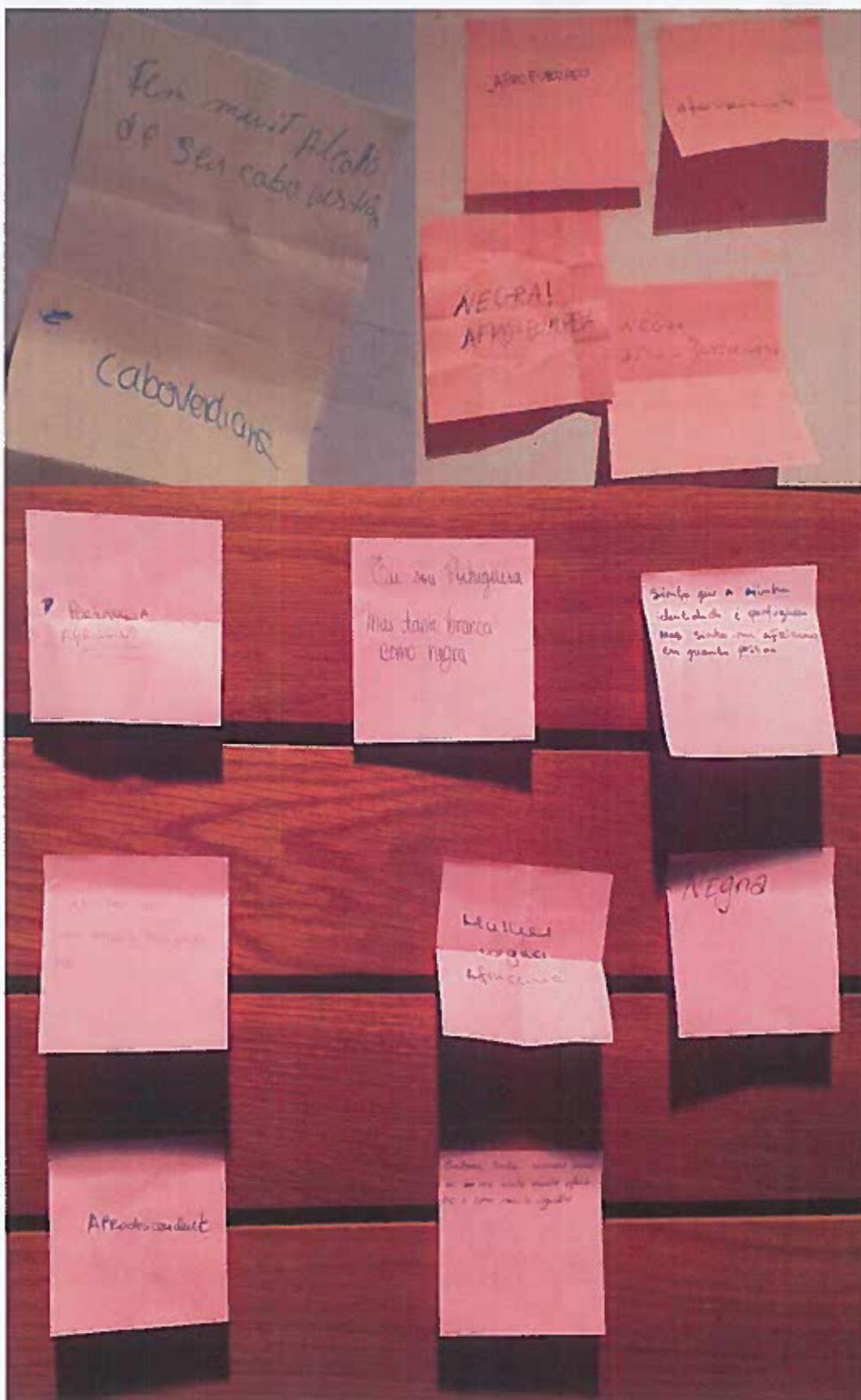


Figura 1 - Propostas de auto-classificação étnico-racial



Quadro 4 – Categorias de auto-classificação (pergunta aberta), categorias de auto-classificação escolhidas nos Modelo 1 e 2 e votação nos Modelos 1 e 2				
	Categorias Auto-propostas	Categorias Escolhidas Modelo 1	Categorias Escolhidas Modelo 2	Votação em Modelo Preferencial
Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	Negra Negra africana Negra portuguesa Afrodescendente Africana/o Portuguesa, branca e negra Portuguesa-africana	B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/ De origem africana (7) F. Origem mista. Quais? <i>Negro, Português, Latino</i>	B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana – origem angolana (1) – origem cabo-verdiana (6) F. Origem mista. Quais? <i>Negro, Português, Latino</i>	Modelo 1 (8) Modelo 2 (0)
Grupo 2 (Classe média)	Negra afrodescendente (2) Negra Pardo ou castanho Afrouropeu (2) Negra afroportuguesa Negra afrouropeia	B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/ De origem africana (7) E. Outro grupo. Qual? <i>Negro Afrodescendente, Negra</i>	B. Negro/ Português Negro/ Afrodescendente/ De origem africana – origem angolana (1) – origem cabo-verdiana (3) – origem guineense (1) – Outra. Qual? <i>Origem mista, Origem africana</i>	Modelo 1 (3) Modelo 2 (5)
Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	Santomense negra Negra (2) Afrodescendente Negro Africano Cabo-verdiana (2) Manjaco do Senegal Manjaco da Gâmbia (2) Africana Negra	B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/ De origem africana (11)	E. Outro grupo. Qual? <i>Afrouropeu, origem angolana</i> B. Negro/ Português Negro/ Afrodescendente/ De origem africana – origem angolana (1) – origem cabo-verdiana (5) – origem guineense (1) – origem são-tomense (1) – origem brasileira (1) – Outra. Qual? <i>Senegal, Gâmbia</i>	Modelo 1 (1) Modelo 2 (10)

As propostas de auto-classificação recolhidas no primeiro momento (em que foi pedido aos/às participantes que, anonimamente e de forma aberta, isto é, sem qualquer proposta prévia de categorização, redigissem num post-it a sua origem étnico-racial) e a discussão gerada em torno destas, apesar de distintas de participante para participante, mas também de grupo para grupo, permitem concluir que:

1. Em termos gerais, é transversal a articulação entre a dimensão racial-fenotípica, a dimensão étnico-nacional e dimensão diaspórica na construção das categorias, isto é, a opção por uma única dimensão em exclusivo não surge como a melhor opção;
2. Aqueles que não nasceram em Portugal e as gerações mais velhas tendem a dar maior relevo à origem nacional (Cabo-Verde), ou continental (Africana/o). Houve quem dissesse que a escolha pela origem étnico-nacional surge muito associada ao desejo de na sua auto-classificação valorizar e assumir raízes em África. Por outro lado, a não preferência pela tónica racial/fenotípica neste grupo prendeu-se com se considerar um termo simbolicamente carregado de herança colonial.
3. Entre aqueles nascidos em África e pertencentes a grupos étnicos específicos, são sublinhadas as pertenças étnica e nacional, exemplo disso são as categorias "Manjacos do Senegal e Gâmbia". Não foi possível auscultar participantes naturais da Guiné-Bissau a este propósito, mas pode-se pensar que entre esses a pertença étnica seja um elemento que queiram destacar na sua auto-classificação (Fulas, Mandingas, Balantas; Bijagós; Manjacos; Papéis; etc.).
4. A geração mais nova, que nasceu ou que vive há muito em Portugal ou que é brasileira, está mais disposta a aderir à dimensão racial/fenotípica. A menor adesão à dimensão étnico-nacional prende-se, em certa medida, com o desejo de contrariar tendências generalizadas que os colocam de fora do imaginário da "nação portuguesa". Contudo, também aqui existe uma grande adesão à dimensão nacional/continental e diaspórica, como "africano/a" e "afrodescendente".
5. As/Os participantes de classe média privilegiaram a dimensão racial/fenotípica e diaspórica, esta última num sentido cosmopolita ("afrodescendente", "afroeuropaia/eu", "afroportuguesa")
6. Ficou patente, em algumas propostas de categorias (pardo ou castanho; portuguesa, branca e negra) que as situações de múltipla pertença étnico-racial devem ser abrangidas por uma categoria específica, designadamente, a categoria origem mestiça, com a possibilidade de se especificar as várias origens.
7. Assinale-se que a categoria "mulata/o" não foi selecionada por nenhum/a participante, talvez por cada vez mais ser do conhecimento geral que essa palavra tem uma origem pejorativa.

8. Sublinhe-se ainda que a categoria “preta/o”, apesar de surgir ao longo da discussão, não foi selecionada em qualquer momento enquanto designação de auto-classificação para o Censos.

No segundo momento, pediu-se que se auto-posicionassem nas categorias propostas em cada um dos 2 modelos de categorização que têm vindo a ser trabalhados no GT (ver anexo) e que escolhessem o modelo que considerassem mais adequado. Os resultados, a discussão e partilha de opiniões permitiu concluir que:

1. O Modelo 2 foi o mais votado, por 15 em 27 dos/as participantes, por se considerar que este seria o mais capaz de traduzir a diversidade de posicionamentos existente. Leva em linha de conta a dimensão racial, mas também as origens nacionais e revela a história das populações em Portugal. Foram apontados como aspetos negativos do Modelo 2: o facto de promover uma associação às migrações, o que poderá reforçar a ideia de não pertença dos negros e negras ao tecido social nacional; contribui para divisões entre a população negra; na categoria A as subcategorias repetem, em parte, a categoria de origem europeia – outra origem europeia.
2. A adesão ao Modelo 1 foi de 12 em 27 e, sobretudo, entre aqueles nascidos em Portugal e da geração mais nova. As razões para a adesão remetem para o fato de, no entender dos participantes, ser um Modelo mais objetivo e fácil de compreender, com a vantagem de as categorias não estarem associadas à origem nacional, este modelo acompanha o reconhecimento de que existe uma geração de portugueses negros na luta pela sua afirmação política.
3. Em termos gerais foram criticados a ambos os modelos os seguintes aspetos:
 - ausência de abordagem inclusiva de género nas categorias e texto;
 - devem ser reformulados de modo a tornarem-se mais simples de aplicar, de mais fácil leitura e compreensão;
 - existe uma mistura entre categorias raciais (negrx/brancx), étnicas (ciganx) e de origem geográfica (asiático);
 - branco talvez devesse ser caucasiano;
 - na categoria B, talvez devesse estar incluída também a categoria “africano/a”;
 - na categoria C Asiático não há referência racial/fenotípica, enquanto nas restantes categorias essa dimensão está sempre presente.

2.4. *Sobre os prós, contras e recomendações para a recolha de dados étnico-raciais*

Os *focus group* foram concluídos com um debate final sobre as vantagens/oportunidades, desvantagens/riscos e recomendações para a recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021, debate esse que funcionou também como síntese de muitos dos aspetos que foram sendo convocados ao longo das discussões nos exercícios anteriores. Por exemplo, no primeiro exercício em que se perguntou pela pertinência deste tipo de recolha são avançados muitos dos argumentos sobre vantagens/oportunidades e desvantagens/riscos associadas a esta recolha.

VANTAGENS/OPORTUNIDADES:

1. conhecer as desigualdades e discriminação das pessoas racializadas (trabalho e emprego; justiça; educação; habitação; no atendimento nos serviços públicos; saúde; participação política; acesso à cidadania; na área da cultura; etc.);
2. conhecer a dimensão interseccional das desigualdades (origem étnico-racial, género, deficiência, classe social, estatuto legal);
3. contribuir para elaborar políticas públicas e mudanças de lei para combater o racismo, designadamente: políticas de ação afirmativa, criminalização do racismo; abertura do acesso à nacionalidade portuguesa a todas/os aquelas/es que nasceram em Portugal;
4. caracterização étnico-racial da população portuguesa e da sociedade portuguesa nos seus diferentes setores;
5. contribuir, com a disponibilização de informação, para a capacidade de reivindicação e participação política dos coletivos e associações;
6. contribuir para uma maior representatividade, pois levará a um reconhecimento público e político da diversidade étnico-racial, de existências e experiências na sociedade portuguesa;
7. reconhecer, finalmente, no plano político, público e das instituições a existência de racismo na sociedade portuguesa (fim da minorização, ocultação e incertezas);
8. reconhecer o contributo económico que negras/os dão para o desenvolvimento do país;
9. conhecer a forma como as pessoas lidam com a sua identidade étnico-racial e proporcionar o reconhecimento por parte do Estado da identidade étnico-racial destas populações.

DESVANTAGENS/RISCOS:

1. mal contextualizados, os dados podem contribuir para o reforço (oportunista ou não) de imagens negativas sobre as populações racializadas;
2. pode contribuir para o reforço de práticas institucionais de "*racial profiling*" cuja finalidade não é o combate ao racismo e desigualdades étnico-raciais;
3. pode ser transformado num instrumento de exclusão num Estado governado por políticas de extrema-direita;
4. pode levantar conflitos sociais, ao trazer à superfície questões identitárias desnecessárias e ao significar a perda de privilégios, sobretudo num quadro em que os populismos políticos procuram aproveitar-se deste tipo de polémica;
5. questão complexa e sensível, será difícil que a população em geral se sinta confortável em responder a esta questão;
6. Será um processo que irá sofrer contestação social, será preciso resistir a críticas constantes, estratégias de descredibilização e formas de aproveitamento político da questão;
7. Pode ser desmobilizador no futuro, porque a recolha de dados não tem capacidade de, por si, resolver os problemas.
8. Pode reforçar o antagonismo étnico-racial entre as pessoas.

RECOMENDAÇÕES:

1. Tendo em conta que uma parte das pessoas racializadas estão em condições de vida e legais sensíveis (irregulares, casas ocupadas, sobrelotação, não sabem escrever ou têm pouca literacia, etc.) é preciso que exista uma preocupação acrescida em ultrapassar estes problemas na resposta aos Censos;
2. Sendo o primeiro Censos com esta questão deveria existir uma preocupação acrescida com número de inquiridores, a sua formação específica para estas questões e a sua composição étnico-racial;
3. É necessária uma maior diversidade étnico-racial entre os inquiridores e coordenadores da aplicação do inquérito dos Censos, podendo isso ser um fator positivo para maior adesão das comunidades ao inquérito;
4. Na análise dos dados e publicação dos resultados deverão estar envolvidos técnicos das instituições competentes e coletivos de pessoas racializadas, assim como a composição étnico-racial da equipa deve ser representativa da diversidade étnico-racial da população;
5. É necessário uma campanha de sensibilização prévia para a população em geral e para as pessoas racializadas em particular, para explicar a importância da recolha destes dados e a necessidade das respostas de todos/as; informar sobre as condições de segurança (anonimato, acesso restrito aos dados, resposta facultativa, etc.);
6. A campanha deve ser de médio-longo prazo, financiada pelo Estado e promovida com a participação das comunidades, dos coletivos no terreno e com forte representatividade dos grupos racializados. Por exemplo, constituição de gabinetes de sensibilização e apoio nos bairros antes dos Censos e durante os censos nos bairros (apoio no preenchimento). Outro exemplo, é a promoção de debates públicos, tertúlias, folhetos informativos, etc.;
7. Os dados devem ser da responsabilidade de uma instituição pública (Observatório ou Comissão) e só o Estado deve ter acesso a esses dados. É portanto, necessária uma blindagem do acesso aos dados limitando-o ao uso no quadro de políticas públicas. Deve também ser tornado público quem teve autorização para aceder aos dados;
8. É necessário assegurar a articulação com experiências internacionais de recolha de dados étnico-raciais ao longo de todo o percurso para antecipar problemas e oportunidades;
9. Deve ficar explícito nos materiais de divulgação e na própria pergunta no Censos que as categorias em causa são sociais, não são biológicas ou genéticas e que o objetivo é o combate às desigualdades étnico-raciais e racismo.
10. A questão deve ser de fácil leitura, acessível, de fácil compreensão e aplicação.

3. Focus Group Comunidades Ciganas e Afrodescendentes (Figueira da Foz)

3.1. Metodologia e características dos participantes

Os participantes foram contactados e convidados a participar no focus group a partir da rede de contactos de Marta Araújo junto do programa ROMED do Conselho da Europa em Portugal, nomeadamente do núcleo da Figueira da Foz. Embora se tivessem feito contactos com outros elementos, nomeadamente do SOS Racismo na zona de Lisboa, estes não puderam estar presentes devido à distância.

Formou-se um único grupo de discussão, constituído por 9 pessoas, todas nascidas em Portugal, com idades compreendidas entre os 21 e os 42 anos, quatro homens e cinco mulheres, maioritariamente participantes do programa ROMED do Conselho da Europa, e ativos ao nível da ocupação profissional.

Quadro 4 - Caracterização Sociodemográfica do Grupo 4				
	Sessão	Idade	Sexo	Local de Nascimento
1	Grupo 4	42	M	Coimbra
2	Grupo 4	39	F	Figueira da Foz
3	Grupo 4	41	F	Coimbra
4	Grupo 4	38	F	Figueira da Foz
5	Grupo 4	38	F	Figueira da Foz
6	Grupo 4	21	M	Figueira da Foz
7	Grupo 4	26	M	Figueira da Foz
8	Grupo 4	23	M	Figueira da Foz
9	Grupo 4	27	F	Figueira da Foz

O grupo de discussão foi dinamizado por duas pessoas: Anabela Rodrigues ficou responsável pela dinamização do debate e Marta Araújo fez o registo dos dados relativos à discussão para serem incluídos no relatório dos Focus Group organizados pelos participantes do Grupo de Trabalho do Censos. É importante referir que foi seguido o mesmo modelo de discussão e de registo dos dados que os outros focus groups, ainda que não tenha sido utilizado o Google docs por falta de acesso à rede.

3.2. Sobre a relevância da recolha de dados étnico-raciais em Portugal através do Censos 2021

No início da sessão, foi realizado um enquadramento sobre o objetivo e âmbito de atuação do Grupo de Trabalho Censos 2021 — Questões Étnico-Raciais e o propósito da realização do referido focus group. Foi também indicado que, no âmbito da atuação do Observatório das Comunidades Ciganas no Grupo de Trabalho, este estaria a realizar um outro focus group com comunidades ciganas, e que a razão da organização deste grupo de discussão em particular seria: por um lado, aferir a opinião de ativistas da comunidade cigana, colocando-a em diálogo com a reflexão dos coletivos de Afrodescendentes; por outro, concretizar uma maior participação das comunidades mais racializadas em Portugal nos debates que as afetam particularmente, um aspeto abordado reiteradamente nas discussões do Grupo de Trabalho. De seguida, em formato de discussão alargada, os participantes do focus group pronunciaram-se individualmente sobre o que identificaram como sendo os aspetos positivos e negativos da recolha de dados sobre discriminação étnico-racial no Censos.

Aspetos positivos:

1. O debate é muito importante, dado que é preciso saber quem e quantos somos e o que fazemos para poder combater e diminuir o racismo estrutural;
2. Já há políticas relativamente ao racismo, mas elas não se cumprem - os dados poderiam ajudar a evidenciar o racismo;
3. É necessário combater o racismo secular neste país através do conhecimento e os dados podem ajudar nesse combate;
4. A recolha de dados já é feita, por exemplo, nas escolas, hospitais, segurança social, mas não é admitida pelo Estado - enquanto ativista, considero que é melhor ter os dados;
5. É uma forma de colocar “às claras” o que já se faz.

Aspetos negativos:

1. O momento, nacional e internacionalmente, exige cuidado, tanto relativamente à comunidade cigana, como afrodescendente;
2. Temos visto o crescimento da extrema direita, e as pessoas perderam o medo de ser racistas;
3. Temos uma opinião pública preconceituosa, é preciso ter cuidado com o uso dos dados; Corre-se o risco de alimentar ódios, com a possibilidade de os dados serem manipulação pela comunicação social ou usados negativamente em fake news, por exemplo como vimos nas eleições no Brasil;
4. Figuras políticas, como o André Ventura, poderão aproveitar dados desta natureza contra nós;
5. Não sei se a comunidade cigana compreende bem esta recolha e sua importância, pelo que pode ser mau também para a comunidade.

3.3. Sobre as categorias étnico-raciais e os dois modelos propostos pelo GT

Num primeiro momento, durante o grupo de discussão, cada pessoa presente auto-identificou-se a nível étnico-racial. Apenas depois preencheram os modelos criados a partir das discussões do Grupo de Trabalho dos Censos (ver Anexo). Após o preenchimento dos modelos, houve um momento para que pudessem pronunciar-se sobre cada um dos modelos.

No momento de auto-identificação, foram unicamente utilizados os termos:

- cigano (5)

- cigano português (4)

Como se pode observar, em termos de auto-identificação étnico-racial, este grupo revelou uma certa consensualização em torno das categorias. Possivelmente, sendo participantes do programa ROMED e ativistas, já existe um trabalho prévio de reflexão e discussão sobre estas questões.

Relativamente à escolha do termo “cigano” face a “português cigano”, um dos elementos masculinos disse que: “Levaram-nos a pensar durante séculos que não éramos portugueses, não tínhamos acesso à cidadania, por isso acabámos a escolher ser ciganos.”

Num momento posterior, um dos membros sugeriu que se deveria caminhar no sentido da adoção do termo ‘Roma’, referindo-se à conferência internacional de Londres em 1971, onde se consensualizou que se deveria abandonar o termo “cigano” pela carga negativa que o termo tinha adquirido historicamente.

Abriu-se então a discussão sobre a forma como a sua identificação enquanto ciganos influencia na procura de emprego, nas formações, nas situações do quotidiano. Por exemplo, uma das mulheres relatou como a sua tonalidade de pele e o vestuário que usa, por ser diferente da perceção comum da tonalidade de pele e da forma de vestir do cigano, é vista como “nem parecendo ser cigana”. No seu entender, essa expectativa que há sobre a “aparência” das pessoas ciganas – e a excecionalização daqueles que não se enquadram no estereótipo – é uma forma de racismo que acaba por aparecer camuflado.

De forma geral, este grupo revelou a consciência do preconceito social que existe em se ser visto e identificado imediatamente como cigano, sobretudo nos termos em que a Direita utiliza contra eles (por exemplo, como abusadores dos subsídios sociais). Foi também referido que os dados ajudariam a revelar como estes preconceitos se manifestam em diferentes áreas.

Após o preenchimento dos questionários, e de forma não declarada, o grupo foi preenchendo os modelos de forma conjunta, lendo uns para os outros em voz alta. A votação recaiu sobre o modelo 2. No entanto fariam uma alteração e não iriam subdividir demasiado ‘pois poderá ser complicado’. Assim, na alínea c) do Modelo 2, colocariam:

- Português Roma (ciganos).

A animadora que exercia o papel de facilitadora perguntou aos presentes sobre termos como “nómada”, “galegos” ou outros termos como “ciganos romenos”. A esta resposta seguiu-se a sugestão de não usar a categoria “nómadas”, uma vez que esta situação hoje em dia é residual. Além disso, foi referido que os censos são baseados numa morada fixa, pelo que não sabe se isso teria algum efeito. Foi dito também que não se deveria subdividir entre Galegos/Chabotos/Ciganos portugueses, pois são termos que refletem uma forma de auto-organização entre a comunidade cigana, até com alguma carga negativa, e que iria criar confusão nas pessoas da comunidade. Foi ainda proposto retirar a qualificação ‘De origem....’

3.4. Sobre os prós, contras e recomendações para a recolha de dados étnico-raciais

VANTAGENS/OPORTUNIDADES:

1. Conhecimento mais aprofundado da discriminação étnico-racial com vista ao combate do racismo institucional
2. É importante saber quantos somos, o que fazemos, quantos de nós estão escolarizados, na habitação social, entre outros;
3. Poderá minimizar o fosso a nível de desigualdade em várias áreas;
4. Identifica as fraquezas para combater o racismo estrutural;
5. Vai possibilitar ter os números reais de situação;
6. Amplia a voz das minorias;
7. Dar visibilidade (não seletiva/não negativa) à comunidade cigana;
8. Permitirá avaliar os impactos das medidas e iniciativas públicas que têm como alvo a população cigana.

DESVANTAGENS/RISCOS:

1. Podemos inadvertidamente contribuir para fazer uma campanha gratuita para ajudar a eleger um partido da direita ou de extrema-direita;
2. Aumento do ódio se os dados forem usados para discriminar (por exemplo, ao associar a população cigana aos subsídios sociais);
3. Aumento da discriminação;
4. Não arranja soluções a curto prazo;
5. Demasiada generalização dos resultados – pode fazer-se dos dados o que se quiser;
6. Manipulação da comunicação social;
7. Não há certeza que a recolha seja bem entendida pela própria comunidade: a eleição de Bolsonaro no Brasil (dias antes do focus group), possivelmente fizeram ampliar os medos;
8. Se fosse obrigatório, não permitiria esconder a identidade étnica (“clandestinidade étnica”).

RECOMENDAÇÕES:

1. Divulgação antecipada e ampla na sociedade portuguesa;
2. Maior representação dos vários movimentos da comunidade cigana - os focus groups deveriam ter sido organizados de forma diferente;
3. Maior participação das populações racializadas;
4. Havendo a recolha de dados no Censos, deveria futuramente vir a usar-se o termo Roma - já consensual em muitos contextos europeus;
5. Maior transparência nos processos de promoção e discussão sobre recolha de dados étnicos-raciais;
6. Possíveis contactos com as Igrejas Evangélicas - têm uma grande capacidade de mobilização e uma palavra a dizer dado a sua muito significativa expressão entre a comunidade cigana em Portugal.
7. Formação dos técnicos que irão aplicar os questionários dos censos e a recolha dos dados.

Quanto à divulgação dos dados dos censos:

8. Igual à que já existir para os restantes dados;
9. Com o crescimento da extrema direita, é necessário cuidado na leitura e tratamento de dados;
10. Possibilidade de ser concedido o acesso apenas a instituição e associações com estatuto legal.
11. Estado deve controlar o acesso por terceiros, de forma a garantir a proteção dos dados.

ANEXOS

Modelo 1

No caso de ser introduzida um questão nos Censos 2021, com qual das seguintes categorias se identificaria? Pode escolher uma ou mais das seguintes opções:

A. Branco/Português branco/ De origem europeia

B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana

C. Asiático/Português de origem asiática/ De origem asiática

D. Cigano/ Português cigano/Rom/ De origem cigana

E. Outro grupo. Qual?

F. Origem mista. Quais?

Modelo 2

No caso de ser introduzida essa questão nos Censos 2021, com qual das seguintes categorias se identificaria? Pode escolher uma ou mais das seguintes opções:

A. Branco /Português branco /De origem europeia

- origem portuguesa
 - outra origem europeia
 - origem brasileira
 - origem africana
 - Outra. Qual?
-

B. Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana

- origem angolana
 - origem cabo-verdiana
 - origem moçambicana
 - origem guineense
 - origem são-tomense
 - origem brasileira
 - Outra. Qual?
-

C. Cigano português/Rom

- origem portuguesa
 - origem romena
 - Outra origem. Qual?
-

D. Asiático/Português de origem asiática/De origem asiática

- origem chinesa
 - origem macaense
 - origem timorense
 - origem indiana
 - origem goesa
 - origem paquistanesa
 - origem Bangladesh
 - origem nepalesa
 - Outra. Qual?
-

E. Outro grupo. Qual?

F. Origem mista. Especifique:

Grupo	FOCUS GROUPS AFRODESCENDENTES (LISBOA) Pontos de vista sobre a recolha de dados étnico-raciais em Portugal através do Censos 2021
Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	<p>Há muito racismo em Portugal. Precisamos conhecer as desigualdades e discriminação das pessoas racializadas. Quantos somos em Portugal e o contributo económico que os negros dão. Os números iam mostrar àqueles que acham que os negros não trabalham que isso não é verdade. É importante elaborar políticas públicas e mudanças de lei para combater o racismo, no trabalho, na educação e na universidade, prisões, nas repartições, fim da minorização e incertezas das instituições quanto à existência . responsabilizar o estado. perceber como as pessoas lidam com a identidade.</p>
Grupo 2 (Classes Médias)	<ul style="list-style-type: none"> - Favor: Com dados podemos cobrar medidas aos governos (Bia Leonel) - Favor: Já existe recolha de dados mas não é transparente, nem é posta à nossa disposição, nem sabemos como é usada - Favor: Com dados o debate público passa a ser sustentado e pode-se clarificar apoios mal distribuídos, etiquetas mal utilizadas (Ariana) - Contra : Confrontar as pessoas com questões de identidade e trazer à superfície questões desnecessárias (Cátia) - Pensamento Inicial - Favor : Apesar de ter nascido em Portugal, Pele Clara ainda é confrontada com a não pertença a Portugal (Cátia) - Favor : Perceber como a população portuguesa se distribui a todos níveis. Ex: Carruagem de comboio às 06:00 é essencialmente Negra, o Porquê? Confrontar a sociedade e os conceitos existentes sobre o que é ser português (Cátia) - Favor: Nas escolas ainda existem muitos preconceitos que podem ser desmitificados com a recolha de dados (José Semedo) - Favor: A ciência fez vários contributos para muitos dos preconceitos que prosseguem à séculos passam para a escola (José Semedo) - Favor: Ainda somos todos não brancos estrangeiros (José Semedo) - Perceber porquê os alunos negros chegam ao 5º ano e já têm 2 ou 3 retenções (José Semedo) - Favor: Perceber se as condições sócio-económicas dos Pais tem efeito nas taxas de aproveitamento dos alunos (José Semedo) - Favor: Condições de Empregabilidade e Vida Social, que efeitos tem nos negros, cadeias cheias de negros... (José Semedo) - Contra: Contudo os dados podem ser utilizados para fazer mais profiles às pessoas e ter efeito negativo (José Semedo) - Favor: Combate ao racismo institucional, pedir políticas de afirmação positiva e mostrar diversidade da população portuguesa (Evalina) - Favor: Saber quanto somos, onde estamos e quem somos e dar resposta ao Governo quando diz algo. Saber onde está o sub-emprego. Mandava curriculum com foto e não era chamado e mandava sem foto e era chamado. Isto vai dar resposta a muitas questões que se julgam ultrapassadas e não existem. (Noé) - Favor: Sem estes dados as pessoas não terão noção do quão difícil é não estar no geral. Promover a inclusão. Ajuda a ter noção de diferentes existências (Karina) - Contra: Romantização que com as categorias e recolha de dados se vai resolver todos os problemas (Paulo) - Contra: Pode trazer direitos automáticos mas depois faz com que as pessoas não tenham consciência da necessidade que levou a criar estas leis. Como não é transmitido a todos o que motivou a necessidade de luta pela recolha de dados, as dificuldades da realidade caímos num clima de por exemplo já temos quotas são favorecidos então não necessitamos continuar a luta. (Paulo)
Grupo 1 (Nascidos em Portugal)	<p>A recolha de dados é importante porque permite que sejamos reconhecidos pelo Estado Português e deixemos de ser estrangeiros no nosso proprio país.</p>

Grupo	FOCUS GROUPS AFRODESCENDENTES (LISBOA) Tipo de classificação étnico-racial mais adequada (auto-categorização e apreciação Modelo 1 e 2)
Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	<p>PERGUNTA ABERTA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apenas 2 pessoas classificaram-se como negras apenas, 3 misturaram a questão racial com origem nacional (negra, afrodescendente, africana). A questão das etnias sobressaiu para as pessoas do Senegal, Gâmbia, enquanto Manjacos. - As pessoas mais velhas de caboverdeanas preferiram usar a descrição "caboverdeanos" e, em segundo Africano, mas colocam em questão a questão racial (termo pesado por causa do tempo colonial). A escolha pela origem nacional surge muito associada ao desejo de valorizar e assumir raízes em África. - A geração mais nova e que viveu mais tempo em Portugal ou que é brasileira está mais disposta a aderir à questão racial. As pessoas mais velhas e que chegaram há menos tempo preferem "africanos" e "caboverdianos" <p>MODELO 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quase todos preferiram o modelo 2. - (Brasileira), está repetitivo porque as sub-categorias repetem, em parte, a categoria maioria (de origem europeia - outra origem europeia) - Divide demais o grupo e arrasta-nos outra vez para fora de Portugal e para o debate das migrações. <p>MODELO 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Só uma pessoa prefere.
Grupo 2 (Classes Médias)	<p>Modelo 2 - Mais abrangente, mais sobre a origem e atualidade Modelo 2 - Para não ficarem demasiado rotulados Modelo 2 - Mostra de onde vieram os teus ascendentes e tua história Modelo 1 - Mais objetivo Modelo 2 - Dá mais informação que pode ser utilizado em diversos setores</p> <p>Falta incluir a 3ª geração que nunca foi a África e tem pouca ligação com África. Durante quanto tempo/gerações as origens irão ser considerados? Os teus avós são africanos e os teus pais não como devemos nos posicionar? O outros resolve estas questões, cada um se posiciona como quer.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilizar a origem pode ser mau pois está a dar argumentos ao outro lado. - Deveríamos ter uma categoria só de Português Negro pois estamos a chegar a uma geração que não se quer identificar pela origem - Branco talvez deveria ser caucasiano???? - Asiático é um Continente, Cigano é um grupo étnico e Branco e Negro uma identificação fenotípica. Deveria mudar-se isto

<p>Grupo 1 (Nascidos em Portugal)</p>	<p>1- Portuguesa Africana: Tenho sentimento de pertença nacional e posso ter uma dupla identidade. Daí considerar-me portuguesa africana</p> <p>2- Eu sou Portuguesa mas tanto branca como negra: Sinto que tenho uma identidade mista por pertencer a origens branca e negra. Sinto-me branca e negra.</p> <p>3- Sinto que a minha identidade é portuguesa mas sinto-me Africano enquanto pessoa. Cresci numa sociedade que nunca me considerou português. Sinto-me 100% africano apesar de ter nascido cá. Visto desta forma, posso dizer que tenho um problema de identidade. Ainda não adquiri a nacionalidade portuguesa por causa disso mesmo. Em primeiro lugar, sou preto.</p> <p>4- Sou Negra, Portuguesa não: Não ter tido nacionalidade portuguesa apesar de ter nascido cá, criou em mim um sentimento de não pertença à sociedade portuguesa. Sou orgulhosa das minhas origens. Os meus pais são angolanos mas não me sinto angolana. Sinto-me uma pessoa e Negra.</p> <p>5- Mulher Negra Africana: Estive numa fase anti-black quando vivia na Amadora, perto do bairro de Santa Filomena, onde me chamavam bolicão e na escola tratavam-me como oreo. A minha vida toda foi cabo-verdiana. Aos 18 anos, fui buscar a nacionalidade por razões de sobrevivência. Não me sinto totalmente portuguesa. Estou muito contente comigo porque estou a libertar-me. Tive de sair de Portugal e quando voltei compreendi qual a minha identidade e a minha cultura.</p> <p>6- Negra : A única certeza que tenho é que sou mesmo negra porque a sociedade portuguesa nunca me deixou pertencer a identidade nacional. Não podemos confundir identidade com cidadania. Identidade é o que sentimos e temos direito a ela e a nossa identidade é múltipla. Não gosto da palavra preta porque ela foi sempre usada para me diminuir ou humilhar. Acho uma contradição dizer Português/africano porque África é um continente. Afrodescendente não me satisfaz porque há afrodescendente branco.</p> <p>7- Afrodescendente: Sinto ligação com as minhas raízes mas também sinto o orgulho da minha origem. Sinto-me mais cabo-verdiana. Posiciono-me com base com o que as pessoas dizem e como me sinto.</p> <p>8- Embora tenha nascido aqui eu me sinto muito africano com muito orgulho. A minha vivência faz-me sentir africano</p> <p>O que pensam sobre os modelos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todos criticaram a falta da dimensão de género. - O modelo 1 é melhor porque o modelo 2 remete muito para fora da pertença nacional. É como se não estão lembrar sempre que viemos doutra parte. - Era melhor se não houvesse origem mista. - O modelo 1 é melhor porque as categorias são mais fáceis de ser apropriadas e ajudam a unir mai
---------------------------------------	--

Grupo	FOCUS GROUPS AFRODESCENDENTES (LISBOA) Prós, Contras e Recomendações da recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021
Grupo 3 (Não-nascidos em Portugal)	<p>É preciso melhorar a forma de inquirição porque muitas pessoas racializadas estão em condições sensíveis (irregulares, casas ocupadas, sobrelotação, não sabem escrever, etc.).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como é o primeiro Censos com esta questão deveria existir uma preocupação acrescida com número e formação de inquiridores. Se for autopreenchido vai ter muita não resposta. - É necessário uma campanha de sensibilização para as pessoas racializadas proveniente do movimento (financiada pelo estado) e do estado. É preciso pensar em campanhas específicas - Importante para a Formação de Políticas Públicas informadas (mostrar que os negros trabalham à sociedade geral e que muitas vezes sem contrato; estes números podem trazer políticas de acção afirmativa em áreas específicas acesso ao ensino superior e lugares de decisão). - Os dados nos Censos 2021 vão ajudar ao reconhecimento político do racismo - Com a ascendência da extrema-direita pode ser perigoso. - Quem vai tratar esses dados, fazer os relatórios e recomendações? Deveria ser um misto entre técnicos e coletivos de pessoas racializadas, porque os técnicos de estatística e o ACM são maioritariamente brancos e poderão não fazer a leitura desses dados da melhor forma.E3
Grupo 2 (Classes Médias)	<ul style="list-style-type: none"> - Deve ser de fácil leitura e acessível - Os dados devem ser recolhidos por instituições públicas e só o Estado deve ter acesso - Devem ser feitos relatórios sobre quem tem acesso a estes dados, finalidade, quem pediu... Deveria criar-se um observatório/comissão de ética para com regularidade monitorizar quem tem acesso a estes dado. Quem vai ter acesso, como e etc... deve estar à partida detalhado e explicito para evitar problemas - Devemos ver o que aconteceu em outros países para sabermos o que correu bem e mal - Deve-se fazer campanhas ativas de sensibilização para o maior número de pessoas responder - As campanhas devem ser dirigidas a todos brancos/negros/outros - A campanha nacional deve vir do Estado - Se a campanha não vir do Estado parece que estamos nós a vitimizarmos-nos - Deve-se explicar a ética do questionário e preparar as pessoas - Quando temos um governo e passa a ser Lei todos assumem apesar de não concordar e fazem então o papel do Governo é fulcral - Deve haver sondagem e debate mais universais para as pessoas refletirem. Tertúlias - Necessário aprofundar mais as categorias e estudar tudo mais. Contra - Mais categorização das pessoas e vai agrupar ainda mais as pessoas - Maior sensibilidade na altura de manipular os dados pois a maioria da população não tem a consciência deste grupo - Temos de perceber bem que uso vamos dar aos dados. Devem servir para aplicar-se medidas concretas de ação afirmativa positiva. - Campanhas nas comunidades para a inclusão de todos neste processo. - Termos os argumentos e conceitos bem definidos e não termos medo de os apresentar para os outros aderirem - Termos em atenção que este focus group é frequentado por privilegiados e temos de ver bem como apresentar à população em geral. - Colocar-se bem visível que estas categorias são sociais e não biológicas e genéticas

<p>Grupo 1 (Nascidos em Portugal)</p>	<p>Prós: Vantajoso ter dados objectivos para sabermos quantos e quem são fora dos inquéritos adhoc. Para poder exigir medidas concretas com políticas concretas. Estes dados ajudam a comprovar as realidades que os movimentos tem vindo a denunciar sobre as questões de educação, justiça, emprego como acontece com as comunidades lgbt, deficientes, quotas universidades e no emprego. São um instrumentos para futuras políticas públicas de afirmação positiva É sempre bom fazermos partes dos números gerais de uma sociedade onde estamos inseridos Fazemos parte disso sempre uma mais valia fazermos partes dos números de uma sociedade onde estamos inseridos. reconhecimento Acessibilidades aos nossos direitos, nomeadamente aos serviços públicos universais. Representatividade e retrato da sociedade onde nunca estamos representados Ajuda a mostrar que o país não é totalmente branco combatendo os mito e o racismo É uma vantagem porque sentimos que fazemos parte.</p> <p>Contras/Riscos: Isto pode ser usado contra nós. Não sabemos se isso pode ser utilizado para outros fins. Risco de se impor quotas de entradas para pessoas não brancas no país Risco de contestação social porque para haver igualdade, alguns terão de perder os seus privilégios e os populismos podem aproveitar-se disso</p> <p>Recomendações: Envolvimento das comunidades nos territórios tanto a nível de sensibilização e de operacionalização blindagem do acesso ao dados cuja utilização só pode mediante elaboração de medias políticas e monitorização do acesso. Sensibilização e divulgação dos censos para a sociedade em geral mas sobretudo nas comunidades formar especificamente os censores para as questões étnico-raciais.</p>
---------------------------------------	--

Focus group OM 1. Focus group com líderes e representantes de associações de imigrantes

Local: instalações do CNAIM (Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes)

Data: manhã de 29 de outubro de 2018

Convidados: representantes de associações imigrantes e mediadores de diferentes origens nacionais (Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau, Brasil, Moldávia, Roménia, Ucrânia, China, Índia, Nepal, Bangladesh), tendo globalmente os convidados de origem asiática declinado o convite ou não reagindo ao convite.

Participantes efetivos: 4 participantes

Sessão promovida por: Observatório das Migrações (Catarina Reis Oliveira).

TRANSCRIÇÃO

É identificado a verde os argumentos mais favoráveis que se extraem e a laranja e vermelho argumentos desfavoráveis ou preocupações dos participantes com o tema. A transcrição está estruturada segundo o próprio guião adotado pelo GT para os Focus Groups, sendo identificado o momento a partir do qual foram apresentados os dois modelos das classificações definidas neste GT. Na transcrição os participantes estão anonimizados, mas com identificação da origem pela qual foram convidados a participar. Embora tenham sido contactadas várias associações de imigrantes asiáticos (e.g. China, Nepal, Bangladesh, Índia) e de profissionais asiáticos (e.g. mediadores, associação luso-asiática de cursos de língua), insistentemente recusaram a participação, declarando alguns dos contactados ser contra a recolha e a participar desta reflexão (o que pode ser considerado em si um resultado).

I. RELEVÂNCIA DA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE BASE ÉTNICO-RACIAL

Participante moldava do sexo feminino: (00:04:10) “Para mim, há [necessidade] por motivo que sempre é bom ter informação sobre qualquer situação, mas depende de como é que é recolhida”; “daquilo que me informei, há países que já fazem a recolha. Já há experiência. Por isso, era lógico ter modelos de 4 ou cinco países para ver qual era a forma deles fazerem o inquérito para depois ver qual é mais intrusivo e qual é menos intrusivo”; “porque ter informação eu não estou contra”; “para não entrar em conflito com a pessoa, o inquérito deve ser muito bem feito, como é muito sensível”; “fui escolhida não sei como, isso que já para mim era intrusivo: porque é que sou eu? Porque é que eu sou diferente dos outros? Isso não me agradou nada.”; (00:07:55) “A pessoa devia primeiro ser informada de para quê, objetivos. Para a pessoa perceber que é para o bem (...) Para a pessoa compreender (...) e assim com uma linguagem não tão científica, para a pessoa aceitar”.

Participante brasileiro do sexo masculino: (00:08:35) “Eu acho que qualquer coisa que nós participemos (...) tem que haver liberdade para as coisas” [caráter facultativo da resposta].

Participante moldava do sexo feminino: (00:11:55) “E o que é que a pessoa ganha com isso? Ou o grupo, o que é que ganha com isso?”

Participante brasileiro do sexo masculino: (00:14:43) “Eu acho que é fundamental a recolha dos dados”; “temos que recolher esses dados todos para saber onde nós vamos”; [será útil para] “criar uma claridade na mente dos jovens, porque se não mudarmos a mentalidade dos jovens, esquece. Tudo isso que nós estamos fazendo aqui, esquece. Porque você já tem a sua personalidade formada, eu já tenho a minha e você já tem a sua”; “Tenta-se acabar com o racismo? Tenta, mas não é com adulto”; “eu sou indígena”; “temos que clarear [esclarecer] os jovens, porque é esta geração que vai crescer com uma mentalidade diferente”; “Esses dados, eu penso que é para conscientizar os cidadãos, a cidadania, as pessoas de uma forma global, de que não existe diferença entre os povos

por questão de raça, cor, ideologia... não existe"; (00:20:25) "questionar de forma neutra, pacífica e por questionadores muito bem treinados"; "os censos seria um caminho".

Participante moldavo do sexo masculino: (00:21:18) "é claro que existe uma necessidade de fazer este censo"; [o Ministério da Educação Moldavo perguntou-lhe quantos alunos moldavos há, o que ele perguntou ao ME Português, tendo-lhe sido negado acesso]; "não queria por nome, eu só queria só [saber] quantos moldavos estão a viver em Cascais"; [justificar projetos na Moldávia pressupõe uma quantificação que teria de assentar numa tal recolha]; (00:25:30) [sem estes dados é impossível fazer o planeamento de serviços e inscrever a despesa no Orçamento de Estado], "por esta parte [do planeamento], de certeza que há necessidade"; "os jovens descendentes, de um moldavo e de uma portuguesa, ou um moldavo ou um ucraniano e uma russa, isto já é uma caldeirada"; "De que maneira é que vai ser feito este inquérito?" [exprime ansiedade relativamente à maneira como vai ser feito o inquérito].

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:34:40) "INE pode ser uma sigla que não conheçam"; "A recolha de dados seria importante, um bocado, para combater a discriminação, ou seja, perceber até que ponto ou não existe discriminação e pensar em medidas públicas (...) para combater a discriminação"; "Na minha opinião, estes dados seriam muito úteis porque permitiriam fazer uma radiografia da sociedade portuguesa"; "Ao mesmo tempo, tenho receio... (...) Qual é o efeito prático? Na prática, esses dados vão, de facto, ter algum resultado?".

Participante moldava do sexo feminino: (00:38:10) "nunca vais saber como é utilizado (...) depende do governo que vai estar no momento, da política que vai prevalecer no momento"

Participante brasileiro do sexo masculino: (00:40:00) [fala sobre a partilha de dados quotidiana associada ao uso do telemóvel]; "temos que dar informação sempre na perspetiva de que vão melhorar" (00:43:50) "O risco? Há. Mas não vamos nem pensar nisso porque, se a gente pensar, eu não dou nem uma entrevista mais para ninguém".

Participante moldavo do sexo masculino: (00:46:15) "Quem vai ter acesso aos dados? Eles são públicos?"; "Você acha que ele bate certo?" [relativamente a um relatório estatístico]; "Em Portugal os mortos não vão votar, de certeza. Eu tenho certeza. (...) É muito difícil em Portugal um morto sair do cemitério e ir lá votar (...) Isto já é... é muito bom. E tem credibilidade".

II. TIPO DE CLASSIFICAÇÃO(ÕES) ÉTNICO-RACIAIS

Participante moldava do sexo feminino: (00:51:55) "Eu ponho as duas. (...) Sou de origem Moldava, mas sou Portuguesa, sinto-me Portuguesa. (...) Quando me estou a sentir mais feliz sinto-me mais Portuguesa do que Moldava. (...) É muito fino para ter uma definição assim...".

Participante brasileiro do sexo masculino: (00:53:15) "Quando respondo a isso, sempre coloco: natural do Brasil, Português."; (00:54:50) [para falar da sua herança nativa americana] "Eu teria que voltar um pouco mais à génese, a 50-60 anos atrás, não é? E, de repente, ninguém está interessado em voltar tanto tempo no passado."; (00:57:40) "É um caso ou outro. Em 30 anos eu consigo contar os racistas que encontrei por aqui".

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (01:01:10) "Eu digo que sou Cabo-Verdiano, mas também sou Português"; "Se eu tiver que responder a uma questão destas, eu diria que sou Cabo-Verdiano, sou Português, sou negro"; "Há momentos em que me sinto mais Cabo-Verdiano, há momentos em que me sinto mais Português"; (01:04:20) "eu diria que sou negro, porque... eu não consigo esconder que sou negro". (01:07:45) "Só para esclarecer: eu não digo "que sou negro" normalmente, só estou a dizer no âmbito deste grupo para, se tiver lá no censo, se eu tiver que preencher, preencheria com esta informação".

Participante moldava do sexo feminino: (01:14:05) “São três coisas: país de nascimento, origem ou descendência e cor de pele. Deve estar: origem... Para cada uma, uma pergunta e a pessoa, consoante... aquilo que está a sentir, a sua educação... o que está a sentir no momento, porque, quem sabe, daqui a um ano pode estar a sentir diferente. Devem estar as três perguntas, não é tipo tudo em conjunto. Por que assim, mesmo para uma pessoa que estudou e que investigou fica perdido porque nem é para ela, é para... [“os outros”] e cada um vê à sua maneira”; (01:15:40) “Isso é complexo, porque, por causa de como tu te estás a sentir e tu podes sentir tudo e mais alguma coisa”.

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:20:05) “deixa isso para lá” [disse-lhe alguém, talvez a polícia, quando quis apresentar queixa].

[DEPOIS DA APRESENTAÇÃO DOS MODELOS DE CLASSIFICAÇÃO PREPARADOS NO GT CENSOS]

Participante moldava do sexo feminino: (01:26:05) “Uma vez, estava eu no (...) refeitório e estavam três ou quatro, três, parece, de África e eu... já me avisaram antes, tipo no início, primeiro ou segundo mês quando eu entrei em Portugal, para não dizer negro, para não dizer preto, para não dizer castanho, porque mesmo a pessoa de origem africana pode gostar de ser chamado negro, pode gostar de ser chamado preto... e nunca vais conseguir chegar lá. E vais apanhar. E estavam três pessoas a conversar e uma disse: ‘Ah!, eu sou negro’; e outra disse: ‘Ah!, mas não és negro, és castanho’ e eu fiquei tão confusa, porque eu pensava que pelo menos eles sabem como é certo e... iniciou uma briga. (...) E eu, quando cheguei o meu filho, eu disse-lhe: ‘Olha, tu nunca vais dizer nenhuma destas palavras, para não ofender ninguém, porque tu não sabes como é que a pessoa está a sentir-se e como aceita. Pode aceitar... aquilo que uma aceita é assim, o outro é ensinado a aceitar de outra forma. Por isso é fugir de dizer cores”.

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:30:15) “Eu não sou branco, não sou preto, não sou amarelo: sou brasileiro [de origem indígena]”. (o participante explicou detalhadamente as suas origens indígenas, de “índios” do Brasil).

Participante moldava do sexo feminino: (01:33:19) “Sim: país de origem, nacionalidade dos pais. Se queremos chegar a se é branco ou é preto, se lá no fundo isso interessa, mas para não entrar em... numa parte mais sensível, porque cada um logo se pergunta: ‘E porque é que está... porque é que isso interessa?’ (...) Interessa saber, mas deve ser feito de uma forma tão suave que não...”.

Participante moldavo do sexo masculino: (01:34:45) [o problema é] “Como se pode evitar as palavras branco e preto?”; “Não há uma definição mais...? Como disse, tem que ser muito mais suave – não é? – para algumas pessoas chamar-lhe... e ele escrever lá no papel, no inquérito: ‘Sou negro’ é ofensivo. (...) Tem que dizer, como no atestado médico: ‘raça europeia’. Nos atestados médicos, escreve-se lá: nós somos raça caucasiana, está lá escrito. (...) O médico olha para ti, há critérios, e está a dizer é de raça caucasiana assim e assim”.

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:36:50) “Por exemplo, quando perguntar a sua nacionalidade, depois coloca em baixo: ‘cor de pele’. Aí você pode colocar: branco, negro, caucasiano, pardo... tá a ver? Uma segunda pergunta. Aí você pode. Assim é claro. Porque a pessoa pergunta a cor da sua pele e você aí coloca cinco, seis tipos ali em baixo”; “Nós somos aquilo que mais favorece” [conta que normalmente opta por um passaporte ou outro conforme o país no qual está a entrar – tem dupla nacionalidade].

Participante moldava do sexo feminino: (01:38:15) **“Mais uma por mim: não ser iniciada por branco. (...) Porque é que ele está primeiro?”**. [reação ao modelo 1 e 2 começarem com a classificação “Branco”].

Participante moldavo do sexo masculino: (01:38:40) **“Tem que ser origem – a primeira é origem – acho que é normal: é a origem”**.

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:38:48) **“Natural, nacionalidade e, depois, cor”**.

Participante moldavo do sexo masculino: (01:38:50) **“E o último, a cor”**.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (01:39:00) “Isto [a ordem das modalidades de resposta] é indiferente para quem vai preencher.

Participante moldava do sexo feminino: Não!

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: **O facto de o branco aparecer em primeiro, a pessoa pode pensar que é...**

Participante moldava do sexo feminino: ... **que é melhor, que é primeiro**. Sim! Eu fiquei a pensar o mesmo...

Participante moldavo do sexo masculino: (01:39:15) **“E eu, olhando para isto, sinto-me incomodado, logo, não é? Porque é primeiro o branco”**.

Todos: (01:39:40) [o modelo preferido é o segundo].

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:40:18) “São coisas diferentes. Eu posso não querer dizer qual é a minha origem por qualquer motivo, nada é obrigatório, mas digo ali: ‘eu sou preto’, ‘sou negro’, pronto. E outra ideia aqui: nunca começar com ‘branco’. Coloca: caucasiano, negro, branco, porque aquela ideia de que o branco é o branco [ênfase do participante], entendeu?”

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (01:41:10) Penos que o melhor seria ter **“Naturalidade, origem e, depois, cor da pele”** [como perguntas independentes e não tudo na mesma resposta].

Participante moldavo do sexo masculino: (01:41:20) **“O último é a cor da pele”**.

Participante moldavo do sexo masculino: (01:42:45) **“É complicado. Com asiáticos é complicado”** [em resposta a se a introdução dos asiáticos nas modalidades de resposta pré-codificadas complicaria as coisas]

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:47:00) [perguntar objetivamente pela cor da pele em último lugar] **“Porque às vezes a gente vem com subterfúgio e confunde muito”**.

III. RECOMENDAÇÕES

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:50:45) “O preparo (...) é a forma como esse consultor [inquiridor] vais buscar as informações. Tem que passar por uma sabatina muito boa e dizer o seguinte: ‘Você vai fazer isso, com amor e com prazer, ou então não faça’”.

Participante moldava do sexo feminino: (01:51:40) “Nas escolas, não dá para... para fazer publicidade antes dos censos e explicar, porque as crianças às mães e pais explicam”.

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:52:40) “Penso que era importante se essa ideia das escolas se fizesse através da seguinte forma: chega nas escolas e dá aos alunos na hora da saída: ‘Olha, diga para o papai que essa semana vai ter um censo – é mais uma lembrança – ‘Ah! Eu vi isso na televisão. Mandaram o aviso, ah foi, filho?’”.

Participante brasileiro do sexo masculino: (01:53:45) “No final tem ‘Outros’. ‘Eu não sou branco, não sou preto, não sou caucasiano, sou outros. E aí? Sou cigano’. O cigano, por exemplo, não se classifica como cor”.

*Participante moldava do sexo masculino: (01:56:00) “Para mim, o que eu acho que qualquer inquérito (...) **As pessoas que vão fazer isto têm de ser treinadas para chegar lá e conseguir (...) logo ficam cativado e fazes isto. Agora se chega lá alguém indiferente aquilo que está a fazer... isto não vai dar.** Tem que ter pessoas interessadas que deem face a isto, com prazer. (...) Depende muito da pessoa que vai fazer isto. Da maneira que ele faça”.*

Focus group OM 2. Focus group com líderes e representantes de associações de imigrantes

Local: instalações do CNAIM (Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes)

Data: tarde de 29 de outubro de 2018

Convidados: representantes de associações imigrantes e mediadores de diferentes origens nacionais (Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau, Brasil, Moldávia, Roménia, Ucrânia, China, Índia, Nepal, Bangladesh), tendo globalmente os convidados de origem asiática declinado o convite ou não reagindo ao convite.

Participantes efetivos: 5 participantes

Sessão promovida por: Observatório das Migrações (Catarina Reis Oliveira).

TRANSCRIÇÃO

É identificado a verde os argumentos mais favoráveis que se extraem e a laranja e vermelho argumentos desfavoráveis ou preocupações dos participantes com o tema. A transcrição está estruturada segundo o próprio guião adotado pelo GT para os Focus Groups, sendo identificado o momento a partir do qual foram apresentados os dois modelos das classificações definidas neste GT. Na transcrição os participantes estão anonimizados, mas com identificação da origem pela qual foram convidados a participar. Embora tenham sido contactadas várias associações de imigrantes asiáticos (e.g. China, Nepal, Bangladesh, Índia) e de profissionais asiáticos (e.g. mediadores, associação luso-asiática de cursos de língua), insistentemente recusaram a participação, declarando alguns dos contactados ser contra a recolha e a participar desta reflexão (o que pode ser considerado em si um resultado).

1. RELEVÂNCIA DA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE BASE ÉTNICO-RACIAL

Participante guineense do sexo masculino: (00:04:00) “**Não temos ideia de qual é a preocupação com isso**”; “a minha opinião pessoal, por experiência própria, é que é importante termos esses dados que é para podermos, se quisermos, fazermos um estudo mais aprofundado dos problemas, das causas”; “**eu sei também que a Constituição cria uma certa [dificuldade]... mas tudo tem a ver com o objetivo. Às vezes a Constituição não devemos interpretar assim à letra, o que interessa é o espírito da coisa, o que é que se pretende com esses dados, que objetivos é que se pretende alcançar**”; “**Para fazer um estudo bem aprofundado das problemáticas dos imigrantes, se quisermos, ou das minorias é preciso (...) para resolver os problemas dessas comunidades é preciso ir ao fundo. Para ir ao fundo é preciso ter esses elementos, que é para poder compreender melhor os problemas. Acho, para mim, acho positivo, acho necessário fazer a recolha de dados, porque mesmo ao nível da associação também eu tive a pensar numa situação, mas pronto, sobretudo com o problema da proteção de dados, agora, às vezes cria-nos limitações para... já discutimos isto também num outro... a nível, prontos, da União Europeia, do regulamento, cria aqui obstáculos para resolver certos problemas. Não podemos resolver problemas que não podemos estudar de forma mais aprofundada**”; (00:08:45) “**...identificar problemas em concreto, as suas causas, e para isso é preciso mais dados, mais dados, mais dados**”.

Participante romena do sexo feminino: (00:09:00) [Não têm dados para justificar projetos/políticas]; “**Temos que ter capacidade de diagnosticar realmente, de alguma forma, a realidade e nisto, realmente, os censos podem ajudar muito**”; [há cursos de línguas pagos pelo estado Romeno, mas quantas são as crianças descendentes?]; “**continua a haver proteção, mesmo recorrendo a este tipo de dados**”.

Participante guineense do sexo feminino: (00:17:30) “**Pode ser importante incluir esses dados para ver o peso, o retrato real... face até à conjuntura mundial (...) daquilo que aconteceu no Brasil (...)**

surgir algum político de extrema-direita, tipo Bolsonaro, que pudesse em Portugal também levantar estas questões de racismo...”; “É muito importante ao nível da comunicação. Não nego que é importante, sim, ser recolhido nos censos, até para saber quem são essas pessoas, não é, porque, lá está, quando a pessoa vai pedir a nacionalidade portuguesa ela é considerada portuguesa e pouco importa de onde é que veio [invisibilidade estatística] – não é?, pronto. Mas é muito importante que fique de forma muito clara qual é o objetivo para que não suscite aqui, não levante ondas de ‘Mas, porque é que nos estão a perguntar de onde é que nós somos?’ (...) Ao nível da comunicação é muito importante que fique claro o porquê da inclusão deste pormenor nos censos”.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:20:35) “Aqui o risco de que estava a falar, de ser mal usado, eu acho que isso já existe, não é, as pessoas já conseguem ver onde vivem determinadas pessoas sem que haja um documento a oficializar isso”; “...ser um primeiro passo, não sei se será o censo a ferramenta mais importante mas, pode ser assim o primeiro passo”.

Participante guineense do sexo masculino: (00:23:10) “Justamente por causa da proteção de dados, que é uma das preocupações da União Europeia, é importante que seja concentrado no instituto [INE] que fica como entidade responsável pela recolha desses dados”; “Mas só a Guiné tem 27 etnias”.

II. TIPO DE CLASSIFICAÇÃO(ÕES) ÉTNICO-RACIAIS

Participante guineense do sexo masculino: (00:25:45) “Uma coisa é a nacionalidade da pessoa. Outra é a sua etnia ou raça, sei lá”; “Guineense não diz tudo”; [em França conheceu descendentes que “passam” por brancos mas falam manjaco, que, sendo a sua etnia, ele próprio não fala].

Participante guineense do sexo feminino: (00:30:25) “O mais indicado, do meu ponto de vista, é – não sei se já vem, não me recordo, nos Censos já vem esta indicação ou não da nacionalidade de origem – acho que é o único...”; “Sabemos que existe esse estigma. Não dou importância”; (00:33:54) “A cor nos censos, não”; (00:36:50) “Porque até tendo em conta a própria conjuntura mundial, com algumas situações em alguns países como a América, o que foi a campanha que o Trump fez, agora no Brasil, pode ter aqui... um impacto negativo e que Portugal não merece que se vá porque apesar dos pesares ainda podemos dizer que nos sentimos bem neste país. Portanto, pode ter esse efeito negativo, referindo a cor da pele, pronto”; “Até porque há pessoas caucasianas de várias origens, como é que vão definir isso?”.

Participante guineense do sexo feminino: (00:40:39) “Eu acho que é melhor só a origem”;

Participante ucraniana do sexo feminino: “Origem”;

Participante romena do sexo feminino: “Só a origem”.

Participante romena do sexo feminino: (00:40:50) “Eu só respondo Romena”.

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:40:52) “E eu também [Ucraniana]. Nós também temos algumas etnias, mas quando começamos a falar sobre etnias...”.

Participante romena do sexo feminino: (00:40:59) “A etnia só faz sentido no nosso país, quando estás no teu país, eu também sou de etnia húngara, mas não vou dizer aqui: ‘Eu sou de etnia húngara’...”.

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:41:20) “Eu também, mas quando nos chamamos russinos [?] Oh! Política. Melhor não mexer nestas coisas”.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:41:50) “Eu acho que isto é uma coisa muito sensível, que vai muito devagarinho e, se calhar, começa-se com umas perguntas e, se calhar, daqui a uns anos muda-se a palavras... Vejo assim como uma coisa... muito devagarinho. Mas que não desaparece. Eu acho que sou Português de origens africanas. Se alguém perguntar mais alguma coisa dos africanos, consigo explicar mais (...) Para uma situação destas, para os dados estatísticos, não sei se interessa ir mais do que Português de origem africana ou Português de origem asiática, ou de origem judaica (...), não sei se faz sentido ir mais longe.”

[DEPOIS DA APRESENTAÇÃO DOS MODELOS DE CLASSIFICAÇÃO PREPARADOS NO GT CENSOS]

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:45:08) “Se calhar, [ter informação sobre o fenótipo] poderia ajudar a comentar e depois, também, com o que é que a pessoa se identifica. Porque a pessoa pode ser africana e achar que não tem nada a ver com... [encarnado a personagem diz] ‘não me identifico como africano’. Ou a pessoa pode ser uma pessoa branca que nasceu em África e identifica-se como africano... vive culturalmente como sendo africano e... mas não tem as feições. Portanto, essas questões é que, se calhar, todas, juntas – como a pessoa se identifica, qual é a sua origem, qual é a cor de pele... – se calhar, tudo junto é que nos pode dar um (...) Na mesma questão, não. (...) Seriam sempre questões diferentes.”

Participante romena do sexo feminino: (00:47:37) “Mas eu não consigo dizer... apontar-me aqui. Porque eu sou aonde? ?Outro grupo?” [reação perante o modelo 1 e 2 fornecido]

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:47:45) “Somos do ‘Outro grupo’”.

Participante guineense do sexo feminino: (00:47:55) “Não, está aqui: ‘Europeia’”.

Participante romena do sexo feminino: (00:48:03) [em resposta a se se sente Europeia] “Também, mas a Europa muda tanto”.

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:48:19) “Ucranianos... não são de origem europeia. Europeu é de... [tendo-lhe sido dito que é o continente e não a União Europeia] Ah! OK!”.

Participante guineense do sexo feminino: (00:48:45) “Os latino-americanos não entram aqui. (...) Porque há Brasileiros, por exemplo – não é? – que já têm aqui também várias gerações e que não são negros portugueses, negros... Podem ser aqui, pronto, enquadrar-se, mas que não se enquadram aqui na Europa [e] podem ser brancos, caucasianos que não são de origem europeia”.

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:49:55) [ao examinar a segunda proposta] “Agora já está mais concretizado”.

Participante guineense do sexo feminino: (00:50:28) “Isto é a realidade dos factos. Há portugueses negros, isso é um facto, assim como fui a um evento neste sábado da UI Africa [?] em que eram caucasianos, angolanos ou de outras nacionalidades e realmente esta é a diversidade que nós temos.”

Participante guineense do sexo feminino: (00:52:15) “Mas sim, acho que é importante. Não só para o governo português mas também para os países de origem, para saberem a população de origem (...), as gerações...” , (...) (00:54:00) [Mas] “Há muitos caucasianos que cabem aqui... brancos, são

brancos, é um facto, são Portugueses brancos, sim, que adotaram a nacionalidade portuguesa, mas não são de origem europeia”.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:55:53) “Primeiro viria nacionalidade, se isto é o censos...”

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:56:56) “Primeira coisa: nacionalidade. Depois: naturalidade”.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:56:00) “Depois origens, não é? Se é origem...”

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:56:14) “Porque senão, se nós metíamos ‘branco’, ‘preto’... significa logo que nós dividimos pessoas”.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:56:16) “E, por exemplo, ‘cigano português’. Português... de origens ciganas. Que era aquela questão de o cigano ter de achar que...”

Participante guineense do sexo feminino: (00:56:35) “Da forma como isto está feito, acho que a cor da pele [numa pergunta atónoma] era dispensável. (...) Aqui diz português negro, afrodescendente...”.

Participante ucraniana do sexo feminino: (00:58:04) “Naturalidade já é origem, não é?”

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (00:58:55) [respondendo se estaria a excluir a pergunta sobre cor da pele] “A cor da pele... Eu quase que fazia outras perguntas... Por isso é que acho que para o censos não sei se faz sentido ser assim tão grande. Eu fazia outras perguntas com a questão da cor e a questão de que é que a pessoa se identifica”.

Participante guineense do sexo feminino: (01:00:41) “Mas querem saber a cor da pele das pessoas ou... O que é que é importante para os censos terem colocado esta questão?”

Participante ucraniana do sexo feminino: (01:09:25) “Fazer separado origem racial... e pronto. E dar o máximo possível de possibilidades...”

Participante guineense do sexo feminino: (01:10:48) “Há muitos ‘mistos’. Tava a pensar aqui no meu sobrinho, onde é que eu o punha? (...) ‘Tu não és branco’, diz a minha filha ao primo que é mulato. O pai é português, a mãe é minha irmã. Pronto. ‘Tu não és branco’. Eu própria também digo ‘Tu és africano’. Mas ele também ‘Então porque?...’ Lá está, o pai é Português. Porque é que o hei de estar a puxá-lo? Não é? ‘Ele é africano. Não, não, tu não és caucasiano’ Não é só pela cor da pele. Ele deve-se sentir (...) A identidade, exatamente. Mas existem muitos ‘mistos’” (01:13:25) “Porque há aqui duas vertentes. É a cor da pele que define isso. Porque... (...) Não. Imagine que o meu sobrinho. Lá está, podem ser dois escuros, negros. Ou podem ser, por exemplo, dois mulatos, não é? Ou podem ser um mulato e um escuro. Por exemplo. Não é? [risos] Conclusão... [risos] Pois, é um bocado difícil, porque quando nós somos ou escuros ou caucasianos isto é simples. Depois há é esta complicação por causa dos ‘mistos’”.

Participante guineense do sexo feminino: (01:15:00) “Eu acho que nós podemos, para não... como é a primeira vez, como ali já está se é uma criança, por exemplo, em que os pais são de origens diferentes, já vem definido ali que a mãe é Indiana, por exemplo, e o pai é Moçambicano, ou Chinês, ou Português, eu acho que é suficiente. E não se coloca a cor da pele em si”.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (01:15:26) “No fundo, depois, o tratamento dos dados é: existem ‘x’ pessoas portuguesas de origem tal, ‘x’ de origem tal (...) ‘x’ pessoas de cor...” [é interrompido pela Participante guineense do sexo feminino]

Participante guineense do sexo feminino: (01:15:38) [interrompendo o que dizia que o tratamento de dados daria origem a frequências de categorias de cor] **“Não, de cor não.** Isso... a cor aqui é irrelevante, ou a cor... o que é que nós estamos aqui a falar? É da cor? Ou é da origem das pessoas? Porque através das respostas nós podemos lá chegar. Porque se eu digo que o meu sobrinho... o pai é Português, que por sua vez nasceu em Angola, por exemplo, que é branco... não é?” (01:16:31) “No fundo, o que se pretende saber aqui é a cor da pele das pessoas? (...) **os movimentos afrodescendentes não podem se basear na cor da pele porque eles são os primeiros a invocar que as pessoas são discriminadas em função da cor da pele. Porque é que não de obrigar as pessoas – isto é o meu ponto de vista... Porque é que não de sugerir que faça-se essa discriminação no próprio censo? Porque é isso que nós estamos aqui... – não sei se reparou – estamos aqui a tentar evitar precisamente. É isso que nós estamos aqui, com os nossos pontos de vista, estamos a tentar – pelo menos eu – a que haja essa discriminação a dizer: ‘Não, és preta ou és branca’, não é? (...) É discriminatório.** Porque é que havemos de pôr...? Porque... **a origem das pessoas, isso já define.** Não é? Se eu disser que o pai é Português e a mãe é Guineense, neste caso ela também, pronto, também nasceu cá por acaso, não é? Isto pressupõe já de que – das duas, uma – o miúdo até pode, podia ser branco, porque pode acontecer, ser branco, totalmente branco, e a mãe ser... Era o exemplo que o Participante guineense do sexo masculino, o Dr. Participante guineense do sexo masculino estava a dar, não é? Porque isso acontece? Pessoas que têm familiares brancos e negros, quando se misturam há várias gerações que ainda pode ser, podem ter os pais, por exemplo, assim brancos e terem filhos negros, negros, negros porque foram buscar a outros familiares. Não é? Pode acontecer. **Porque é que isso há de vir nos censos? O que é que eles querem, os movimentos afrodescendentes, porque é que eles querem, se falam tanto de questões raciais, porque é que há de haver esta discriminação? Porque a origem das pessoas já vem aqui definido. Daquilo que eu estava a falar há pouco, por exemplo, enquanto Guineense, isso é que me importa saber: quantos é que nós somos, descendentes de guineenses, cá em Portugal? E, se calhar, para o governo da Guiné Bissau também, de uma forma clara, aqueles que já não se enquadram... porque não nasceram na Guiné, por exemplo. Eu naturalizei-me Portuguesa mas eu sou Guineense e sempre que me perguntam eu digo: ‘Eu sou Guineense porque foi onde eu nasci’. Pronto. Agora, a minha filha nasceu cá, é um facto, mas eu digo-lhe, ainda assim, que ela é Guineense, que ela é africana, para que ela tenha a perceção de que, muito bem, até porque a cor da pele há de, em algum momento... ou por aquela questão de já lhe terem chamado de preta... na creche, para que ela cresça também a saber que somos de uma origem diferente. Não é? E que isso não é necessariamente negativo. **Eu acho que a origem das pessoas... isso já dá para nós, de uma forma soft, nesta 1.ª edição sabermos – a origem das pessoas sem ter que indicar a cor da pele. Pronto. Ou... Porque é isso que nós estamos aqui a discutir: se vamos ou não integrar uma pergunta da cor da pele. E acho que isso partir do movimento dos afrodescendentes, do meu ponto de vista, por si só é uma forma de discriminação também, que eles estão a promover”.****

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (01:20:07) [Explica que em Grândola há pessoas com fenótipo africano que estão lá há 500 anos e que não seriam captadas por uma pergunta sobre origem geográfica]

Participante ucraniana do sexo feminino: (01:21:38) **“Mas não podemos perguntar em concreto sobre cor”.**

Participante romena do sexo feminino: (01:22:06) [advoga a notação da origem com base em continentes sem dizer cores] “Porque aqui eu consigo pôr-me a mim própria, consigo pôr as minhas filhas, consigo pôr aquela situação que estava a dizer de indiano e moçambicano...”

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (01:26:24) “Acho interessante. Acho que não se deve ter receio. Porque ter receio é deixar que quem não tem receio de hostilizar entre e faça o que quiser. Portanto acho que deve-se precaver – não sabemos se é assim ou não, mas – tentar precaver da melhor maneira possível, porque quem quer saber quem são ou quem quer tratar mal... isso já acontece agora”.

III. RECOMENDAÇÕES

Participante guineense do sexo feminino: (01:29:45) “É ter essas dúvidas que nós também sentimos. Não é? Essencialmente aos riscos (...) Depois é das outras gerações. Não é? Que – lá está – depois já existem ‘mistos’ – como é que se vai catalogar? – tinha isso em atenção. E a questão da cor da pele... não vir assim tão... implícito logo. Não é? Para evitar más interpretações”.

Participante romena do sexo feminino: (01:30:30) “E, no momento da recolha dos dados, acho – isto também me lembra uma coisa de 2011 – implicar um pouco as associações também (...) porque eu sei que nos últimos censos a minha comunidade nem quis preencher o... [questionário do Censos].”

Participante ucraniana do sexo feminino: (01:31:38) “Nós podíamos preparar alguns panfletos, como já fizemos para as eleições. E quem não sabe, não tem internet, não tem computador, passa pela associação e nós ajudamos” (...) “E é preciso ter informação, o mais rápido possível, que é para as pessoas, para ler. Nós, imigrantes de leste gostamos de estar sempre alertas”.

Participante guineense do sexo feminino: (01:32:55) “Envolver também – neste caso – as associações, que é um recurso válido e importante, pode facilitar muito o processo. Mesmo que ainda assim venham a pôr a questão da cor da pele – branco... – onde existe uma grande concentração é que pode haver... dos nosso concidadãos. Não é? Nós já tivemos esta discussão e até nós que temos um nível de ensino superior – ou não – podemos ter uma perceção diferente de quem, por exemplo, só tem a quarta classe. A escolaridade também conta. Desconstruir algumas coisas. Não é? Pronto. O acesso à informação, que muitos não têm – por incrível que pareça – mesmo os naturais daqui. Pronto. E ter essa sensibilidade também de quando for feito envolver as associações que existem a nível local para poderem, elas também ajudar neste processo do recenseamento e dar informação para que se possam dissipar mais rapidamente estas dúvidas que nós também fomos tendo aqui”.

Participante cabo-verdiano do sexo masculino: (01:34:05) “Eu acho que seria importante essa comunicação ser muito sensível, muito bem estudada, e haver só explicação de para quê se está a recolher os dados: ‘Os dados estão a ser recolhidos para melhorar as condições de saúde, educação, emprego de algum destes grupos que esteja...’ Portanto, nós queremos estudar e ver onde é que os grupos estão: se estão todos iguais, então não haveria mais necessidade de fazer isto; se não estiverem, se, por acaso, se vir que há alguns grupos que em algumas áreas estão a ter desempenhos mais negativos, pronto, isto serve para tentar trabalhar com esses grupos e ajudar”.

Focus Group 1. Focus group com jovens e adultos activistas do distrito de Braga

Relatório¹

Local de realização: Instituto de Educação da Universidade do Minho, 29 de Outubro, 18h (por escolha dos/as participantes)

Foram convidadas oito pessoas ciganas, estudantes ou empregadas, das quais não compareceram quatro, três delas por razões de ordem familiar e uma por avaria de transporte.² São cidadãos/cidadãs portugueses/as, em termos habitacionais sempre viveram em apartamento e, com excepção da jovem de 20 anos, que se encontra a prosseguir estudos, todos trabalham: uma, por conta de outrem; dois por conta própria. Os/As participantes foram previamente informados/as da razão do convite.

Para além das 4 pessoas ciganas, participaram na reunião Maria José Casa-Nova (como *dinamizadora*) e a coordenadora de um projecto do Programa Escolhas (como *observadora*)

Caracterização

F- 20 anos, mulher, grupo de jovens activos

A - 25 anos, mulher, grupo de jovens activos

T – 46 anos, homem, feirante, participante num projecto do Programa Escolhas

H – 39 anos, homem, feirante, participante num projecto do Programa Escolhas

O *Focus Group* teve início com uma explicitação mais aprofundada da razão da realização da reunião, clarificando o funcionamento metodológico da mesma. Seguidamente foi colocada à discussão a *pertinência da recolha de dados étnico-raciais através de questões a integrar os Censos de 2021*.

A discussão iniciou-se com F e A a comentar que nunca tinham preenchido qualquer questionário dos Censos e que desconheciam o seu conteúdo e aplicabilidade. H explicou que nunca tinham preenchido porque na altura da aplicação dos últimos Censos, ainda não tinham idade para tal. T pediu a palavra para indagar acerca da

¹ Nota: o conteúdo do presente relatório foi validado por 50% dos/as participantes do Focus Group. Não foi possível o contacto atempado com os/as outros elementos, mas cientificamente o resultado do Focus Group é considerado válido a partir da sua verificação e concordância por metade dos/as participantes.

² Dada a ausência de metade dos participantes inicialmente confirmados, foi prevista a realização de um segundo Focus Group.

importância da inclusão daquele tipo de questões nos Censos dado já se terem realizado vários estudos sobre a população cigana e a situação da maior parte dela continuar igual. **H** pediu a palavra para responder a **T**, referindo que com aquela recolha se iria visibilizar muito mais a situação em que a população cigana vive, possibilitando uma intervenção adequada. **F** tomou a palavra, dizendo que a recolha podia agravar a hostilidade das pessoas não ciganas em relação aos ciganos. **A** referiu que a recolha de dados era muito importante para se perceber as condições em que as pessoas ciganas vivem. A discussão generalizou-se, cada um/a argumentando ou consensualizando em função da razoabilidade argumentativa apresentada.

No final da discussão, as quatro pessoas estavam de acordo quanto à incorporação de questões étnico-raciais nos Censos 2021, com **T** apenas a referir que não tinha nada a acrescentar ao que o/as colegas tinham dito.

Seguidamente a dinamizadora introduziu a *reflexão em torno do tipo de questionamento a incorporar no questionário*, não apresentando qualquer categorização *a priori* para possibilitar que aquela emergisse das ideias e vontade dos sujeitos. Lembrou apenas que em Portugal viviam pessoas ciganas nascidas em território português e com cartão de cidadão/cidadã e pessoas ciganas nascidas em outros países que imigraram à procura de melhores condições de vida. **H** referiu que eram todos ciganos e que o que importava era perguntar se a pessoa que estava a responder ao questionário era cigana. **A** e **F** falaram ao mesmo tempo para dizer que isso não estava certo dado viverem em Portugal ciganos romenos, húngaros, espanhóis e os galegos e que a realidade de uns não era igual à realidade de outros. **A** referiu que tinha ido visitar uns acampamentos de ciganos galegos e que nem sequer tinha conhecimento de que havia ciganos a viver naquelas condições. Nas palavras dela: “na minha inocência, como sempre vivi em apartamentos, nunca tinha pensado que havia ciganos a viver assim. Os galegos vivem em situação muito pior do que a nossa. Sinceramente.” Enfatizou que aqueles eram olhados “de lado” pelos outros ciganos. **H** pediu a palavra para dizer que já sabia que era assim e que também havia ciganos nómadas, mais no Sul de Portugal e que esses eram os que viviam em piores condições. **T** falou para dizer que não fazia ideia que ainda havia ciganos nómadas em Portugal. Pensava que era uma coisa do passado e que era importante acabar com essas situações. **F** disse que já tinha ouvido falar de todas essas realidades numa formação em que tinha participado.

No final da discussão, os/as participantes consideraram que se a introdução de questões étnico-raciais nos Censos de 2021 tinha por objectivo contribuir para a resolução de situações de discriminação, seria importante que ficasse no questionário todas aquelas designações, tendo consensualizado a seguinte categorização:

CIGANOS

Portugueses ciganos _____

Portugueses ciganos nómadas _____

Galegos _____

Romenos _____

Outra origem _____ Qual _____

No que diz respeito à divulgação dos dados, foi opinião do grupo que os mesmos fossem disponibilizados online, para que os/as restantes portugueses tivessem conhecimento das condições materiais de vida da população cigana, considerando que deveriam ficar no site do Instituto Nacional de Estatística.

El presente documento tiene como objetivo principal proporcionar información detallada sobre los resultados de los censos realizados en Guatemala durante el año 2021. Se detallan los aspectos metodológicos, el alcance de la muestra y los principales hallazgos demográficos y socioeconómicos. El estudio se basa en una muestra representativa de la población guatemalteca, permitiendo analizar tendencias y cambios en la estructura de la población y en las condiciones de vida de los habitantes.

Los datos presentados en este informe se basan en la información proporcionada por los encuestados durante el momento del censo. Se han realizado diversos análisis estadísticos para interpretar los resultados y se han incluido gráficos que facilitan la comprensión de la información. Este documento es una herramienta clave para la toma de decisiones políticas y sociales, así como para la planificación de políticas públicas que respondan a las necesidades de la población guatemalteca.

En conclusión, los resultados de los censos 2021 reflejan un panorama demográfico y socioeconómico complejo. Se observan importantes desafíos en materia de desarrollo humano, especialmente en lo que respecta a la educación, el acceso a servicios básicos y la generación de empleo. Sin embargo, también se identifican oportunidades para fortalecer la resiliencia de la población y promover el crecimiento sostenible. Este informe sirve como base para el análisis y la formulación de políticas que busquen mejorar las condiciones de vida de todos los guatemaltecos.

Focus Group 2. Focus Group com dirigentes associativos ciganos
Relatório¹

Local de realização: ACM, 23 de Novembro, 14h, sala de reuniões

O *Focus Group 2* reuniu líderes das seguintes associações ciganas: ACMET (Tomar), Letras Nómadas (Figueira da Foz), AMUCIP (Seixal), Sílabas Dinâmicas (Elvas), AMEC (delegação do Porto, dirigente associativo e Pastor), Associação Cigana de Coimbra e um Mediador Intercultural, num total de oito elementos (6 homens e 2 mulheres), com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos, todos nascidos em Portugal e com cartão de cidadão/cidadã.

Para além das 8 pessoas ciganas, participaram na reunião Maria José Casa-Nova (como dinamizadora), o Alto Comissário para as Migrações, Dr. Pedro Calado (para dar as boas vindas ao Grupo e introduzir a problemática) e a coordenadora do NACI (como observadora).

Tendo ficado previsto a realização de um segundo *Focus Group*, este *Focus Group* específico teve por objectivo obter uma visão mais global-nacional da população portuguesa cigana acerca da problemática em discussão.

Sendo líderes associativos, todos/as os/as os/as presentes estavam a par da existência do GT Censos, sem necessidade de uma contextualização aprofundada do assunto da reunião. Foi realizado um enquadramento inicial por parte do Dr. Pedro Calado em torno dos objetivos do *Focus Group* e dada a conhecer a categorização elaborada ao nível do GT Censos, passando-se seguidamente para a discussão da *pertinência da recolha de dados étnico-raciais através de questões a integrar os Censos de 2021*.

A discussão iniciou-se com o representante da ACMET a problematizar os riscos da incorporação de questões étnico-raciais nos Censos, reflectindo sobre o crescimento da extrema direita na Europa e o perigo que isso representava para a democracia e para a população socialmente mais vulnerabilizada, nomeadamente a população cigana.

¹ Nota: o presente relatório foi enviado via email para todos/as os/as participantes no *Focus Group*, tendo sido validado pela sua totalidade.

Lembrou as declarações de André Ventura e a sua intenção de criar um partido de extrema direita, bem como as declarações do primeiro ministro italiano, relativas à realização de um censo da população cigana com o intuito de expulsar todos aqueles que não tivessem cidadania italiana. Considerou que a recolha deste tipo de dados já era realizada através de estudos, nomeadamente o estudo nacional levado a cabo pelo ACM e complementado pelo OBCIG, não sendo necessário fazê-lo de outra forma. Referiu ainda ter procedido à recolha de informação junto de cerca de 150 pessoas ciganas, realizada quer através de sistema digital, quer através do contacto directo nas feiras e mercados e de a sua maioria se ter manifestado contra a incorporação de questões desta natureza nos Censos. O representante da AMEC, Pastor Evangélico, manifestou o seu receio face às consequências que poderão advir deste tipo de recolha e com a possibilidade de localização mais precisa e imediata da população cigana que, na sua opinião, face ao estigma negativo que a população maioritária criou sobre a mesma, poderia vir a ser alvo de perseguições no caso da formação de um governo de direita. Concordou inteiramente com a posição evidenciada pelo representante da ACMET, referindo também ter auscultado pessoas ciganas que participam no Culto, tendo estas manifestado o seu receio face às consequências negativas que poderiam advir deste tipo de recolha. A representante da AMUCIP manifestou-se absolutamente contra esta recolha, referindo que se eventualmente este tipo de questões fosse colocada nos Censos, a sua resposta seria que era portuguesa branca dado ser assim que se sentia. Referiu ainda que considerava que “a cultura cigana era apenas mais uma cultura portuguesa, assim como a cultura do Norte, do Alentejo e ilhas, partilhando todos a mesma identidade portuguesa.” O representante da Letras Nómadas referiu que reconhecia que o assunto não era de fácil decisão e que não sabia em que medida os riscos que pudessem advir deste tipo de recolha não suplantariam as eventuais vantagens dado esta recolha poder ter diferentes fins em função do tipo de força política que estivesse no poder. O representante da Sílabas Dinâmicas concordou com esta reflexão, referindo que era necessário pensar bem sobre a possibilidade desta recolha e dos riscos que a mesma poderá acarretar. A representante da Associação Cigana de Coimbra referiu que inicialmente tendia a ser a favor, mas face ao que tinha sido problematizado pelos restantes participantes no *Focus Group*, não se manifestava a favor daquela recolha. O Mediador Intercultural pediu a palavra para evidenciar a sua posição contra a introdução deste tipo de questões nos Censos, usando os argumentos já apresentados e referindo que esta recolha permitia saber onde vivia cada pessoa cigana.

O representante da Associação Cigana de Coimbra pronunciou-se para referir que concordava com as posições dos/as colegas.

Seguidamente foi introduzida a *reflexão em torno do tipo de questionamento a incorporar no questionário*. Foi lembrada a categorização que tinha sido dada a conhecer pelo Alto Comissário, passando-se seguidamente à discussão. Esta iniciou-se com o representante da AMEC a considerar que se devia ter em atenção as nacionalidades numericamente mais significativas presentes na sociedade portuguesa, nomeadamente a espanhola e a Romena, para além dos ciganos portugueses, entre os quais a população nómada por considerar ser a mais estigmatizada.

A representante da AMUCIP referiu que na eventualidade de estas questões serem incorporadas nos Censos, a sua resposta seria dada em função do seu sentimento de pertença e que esse sentimento era de portuguesa branca e europeia. O representante da ACMET referiu que se o Grupo não era a favor da introdução destas questões nos Censos, esta discussão não deveria ter lugar. Mas a fazer-se, considerava que o desejável era a menor divisão possível. O representante da Letras Nómadas referiu que a nacionalidade espanhola tendia a ser confundida com galegos e que esta era uma denominação que se dava ao grupo dos ciganos considerados inferiores pelo conjunto de ciganos portugueses, pelo que considerava que não devia ser colocada. Referiu ainda que fazia sentido a incorporação de “português cigano nómada” pela sua condição de extrema vulnerabilidade social. Considerou também que pedagogicamente, seria importante incorporar o termo “Roma” como forma de este ir sendo introduzido no vocabulário da população cigana. O representante da Sílabas Dinâmicas concordou com o posicionamento do representante da Letras Nómadas, o mesmo acontecendo com os restantes elementos presentes. Após a discussão ser dada por terminada, a categorização consensualmente proposta pelos membros presentes foi aquela que se segue:

Cigano/Roma

– português cigano

- português cigano nómada

–outraorigem. ____ Qual? _____

Relativamente à forma de divulgação dos dados no caso de estes serem recolhidos, foi unanimemente evidenciada uma preocupação com o acesso a estes dados, considerando que o acesso aos mesmos deveria ser restrito.

ANEXO 6.

Sondagem promovida pelo GT

6.1. Inquérito por questionário

6.2. Resultados da sondagem aplicada pelo CESOP a uma amostra de 1906 inquiridos

ANEXOS

2021

2021

2021

Vers.: Definitiva. Tel. do respond.: _____

Inquérito n° _____

Questionário

Data ____/02/2019 Hora do início ____:____ Hora do fim ____:____ Entrevistador: _____

O presente questionário é anónimo e de resposta voluntária e enquadra-se nas funções de um grupo de trabalho nomeado pelo governo. Tem como objetivo conhecer as perceções da população quanto à existência de racismo em Portugal. Tendo em conta o carácter sensível deste tema, pretende-se conhecer a sua opinião sobre uma eventual recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021.

As suas respostas irão ajudar a melhorar a formulação das perguntas relacionadas com a classificação étnico-racial da população.

Gostaríamos de contar com a colaboração da próxima pessoa a fazer anos residente em sua casa. Quer colaborar neste estudo respondendo a um breve questionário?

PEDIR PARA INQUIRIR O PRÓXIMO ANIVERSARIANTE (COM 18 OU + ANOS) RESIDENTE NA CASA

Freguesia (SEM PERGUNTAR)

- | | | | |
|---|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Silvares | <input type="checkbox"/> UF Sé, Santa Maria e Meixedo | <input type="checkbox"/> São Domingos de Benfica | <input type="checkbox"/> UF Alverca do Ribatejo e Sobralinho |
| <input type="checkbox"/> Labruge | <input type="checkbox"/> Molelos | <input type="checkbox"/> UF Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela | <input type="checkbox"/> Barrancos |
| <input type="checkbox"/> Abaças | <input type="checkbox"/> Pego | <input type="checkbox"/> UF Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas | <input type="checkbox"/> UF Sé e São Lourenço |
| <input type="checkbox"/> Ermesinde | <input type="checkbox"/> Pombal | | <input type="checkbox"/> Aljezur |
| <input type="checkbox"/> Águas Santas | <input type="checkbox"/> UF Covilhã e Canhoso | | <input type="checkbox"/> UF Lagoa e Carvoeiro |
| <input type="checkbox"/> UF Vila Nova de Famalicão e Calendário | <input type="checkbox"/> Santa Joana | | <input type="checkbox"/> Portimão |
| <input type="checkbox"/> Bonfim | <input type="checkbox"/> Alcabideche | | |
| | <input type="checkbox"/> Alhos Vedros | | |

P1. Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer aprofundadamente a discriminação e/ou as desigualdades baseadas em “raça” ou “etnia” em Portugal?

- Sim
 Não
 Não sei

P2. Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença “étnico-racial”?

- Sim
 Não
 Não sei

P3. Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.

P4. Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens “étnico-raciais” que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica? (MÚLTIPLA. MOSTRAR CARTÃO 1)

- A. Branco/ Português branco/ De origem europeia
- Origem portuguesa
- Outra origem europeia ocidental
- Outra origem da Europa de Leste
- Origem brasileira
- Outra origem. Qual? _____
- B. Negro/ Português negro/ Afrodescendente/ De origem africana
- Origem angolana
- Origem cabo-verdiana
- Origem moçambicana
- Origem guineense
- Origem são-tomense
- Origem brasileira
- Outra origem. Qual? _____

ANEXOS GT Censos 2021

- C. Cigano/ Roma
- Português cigano
- Português cigano nómada
- Outra origem. Qual? _____
- D. Asiático/ Português de origem asiática/ De origem asiática
- Origem chinesa
- Origem macaense
- Origem timorense
- Origem indiana
- Origem goesa
- Origem paquistanesa
- Origem Bangladesh
- Origem nepalesa
- Outra origem. Qual? _____
- E. Outro grupo. Qual? _____
- F. Origem mista. Especifique: _____
- G. Não me revejo nestas categorias

P5. Numa escala de 0 a 3, diga o grau de discriminação e/ou desigualdades baseadas na "raça" ou "etnia" que considera existir em Portugal? (MOSTRAR CARTÃO 2)

Não há		Há muito frequentemente	
0	1	2	3
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P6. Sexo do inquirido:

- Masculino Feminino

P7. Idade

P8. Qual a sua nacionalidade?

- Portuguesa
- Outra. Qual? _____

P9. Em que país nasceu?

- Portugal
- Outro país. Qual? _____

P10. Em que país nasceu o seu pai?

- Portugal
- Outro país. Qual? _____

P11. E em que país nasceu a sua mãe?

- Portugal
- Outro país. Qual? _____

P12. Qual o seu nível de escolaridade? (Grau mais elevado que completou) (LER)

- Menos do que o 1º ciclo
- Ensino Básico - 1º Ciclo
- Ensino Básico - 2º Ciclo
- Ensino Básico - 3º Ciclo
- Ensino secundário e pós-secundário
- Ensino superior

P13. Qual a sua condição perante o trabalho? (LER)

- Empregado/a
- Desempregado/a
- Estudante → Termina
- À procura do primeiro emprego → Termina
- Reformado/a
- Incapacitado/a para o trabalho
- Doméstico/a

P14. Qual a sua ocupação/ profissão? (DESCREVER)

(Se reformado/ pensionista ou desempregado registar a última que teve).

Muito obrigada pela sua colaboração.

Vers.: Definitiva. Tel. do respond.: _____

Inquérito nº _____

Questionário

Data ____/02/2019 Hora do início ____:____ Hora do fim ____:____ Entrevistador: _____

O presente questionário é anónimo e de resposta voluntária e enquadra-se nas funções de um grupo de trabalho nomeado pelo governo. Tem como objetivo conhecer as perceções da população quanto à existência de racismo em Portugal. Tendo em conta o carácter sensível deste tema, pretende-se conhecer a sua opinião sobre uma eventual recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021.

As suas respostas irão ajudar a melhorar a formulação das perguntas relacionadas com a classificação étnico-racial da população.

INQUIRIR INDIVÍDUOS COM 18 OU MAIS ANOS

Ponto de inquirição (SEM PERGUNTAR)

- Feiras/ Mercados. Qual? _____
- Hospitais. Qual? _____
- Escolas. Qual? _____
- Terminais. Qual? _____
- Espaços comerciais. Qual? _____
- Pontos de rua. Qual? _____
- Culto. Qual? _____
- Outros. Qual? _____

P1. Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer profundamente a discriminação e/ou as desigualdades baseadas em “raça” ou “etnia” em Portugal?

- Sim
- Não
- Não sei

P2. Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença “étnico-racial”?

- Sim
- Não
- Não sei

P3. Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.

P4. Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens “étnico-raciais” que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica? (MÚLTIPLA. MOSTRAR CARTÃO 1)

- A. Branco/ Português branco/ De origem europeia
 - Origem portuguesa
 - Outra origem europeia ocidental
 - Outra origem da Europa de Leste
 - Origem brasileira
 - Outra origem. Qual? _____
- B. Negro/ Português negro/ Afrodescendente/ De origem africana
 - Origem angolana
 - Origem cabo-verdiana
 - Origem moçambicana
 - Origem guineense
 - Origem são-tomense
 - Origem brasileira
 - Outra origem. Qual? _____
- C. Cigano/ Roma
 - Português cigano
 - Português cigano nómada
 - Outra origem. Qual? _____

ANEXOS GT Censos 2021

D. Asiático/ Português de origem asiática/ De origem asiática

Origem chinesa

Origem macaense

Origem timorense

Origem indiana

Origem goesa

Origem paquistanesa

Origem Bangladesh

Origem nepalesa

Outra origem. Qual? _____

E. Outro grupo. Qual? _____

F. Origem mista. Especifique: _____

G. Não me revejo nestas categorias

P5. Numa escala de 0 a 3, diga o grau de discriminação e/ou desigualdades baseadas na "raça" ou "etnia" que considera existir em Portugal? (MOSTRAR CARTÃO 2)

Não há			Há muito frequentemente
0	1	2	3
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P6. Sexo do inquirido:

Masculino Feminino

P7. Idade

P8. Qual a sua nacionalidade?

Portuguesa

Outra. Qual? _____

P9. Em que país nasceu?

Portugal

Outro país. Qual? _____

P10. Em que país nasceu o seu pai?

Portugal

Outro país. Qual? _____

P11. E em que país nasceu a sua mãe?

Portugal

Outro país. Qual? _____

P12. Qual o seu nível de escolaridade? (Grau mais elevado que completou) (LER)

Menos do que o 1º ciclo

Ensino Básico - 1º Ciclo

Ensino Básico - 2º Ciclo

Ensino Básico - 3º Ciclo

Ensino secundário e pós-secundário

Ensino superior

P13. Qual a sua condição perante o trabalho? (LER)

Empregado/a

Desempregado/a

Estudante → Termina

À procura do primeiro emprego → Termina

Reformado/a

Incapacitado/a para o trabalho

Doméstico/a

P14. Qual a sua ocupação/ profissão? (DESCREVER)

(Se reformado/ pensionista ou desempregado registar a última que teve).

P15. Em que município reside?

Muito obrigada pela sua colaboração.

CARTÃO 1

A. Branco/ Português branco/ De origem europeia

origem portuguesa

outra origem europeia ocidental

outra origem da Europa de Leste

origem brasileira

outra origem. Qual? _____

B. Negro/ Português negro/ Afrodescendente/ De origem africana

origem angolana

origem cabo-verdiana

origem moçambicana

origem guineense

origem são-tomense

origem brasileira

outra origem. Qual? _____

C. Cigano/ Roma

português cigano

português cigano nómada

outra origem. Qual? _____

D. Asiático/ Português de origem asiática/ De origem asiática

origem chinesa

origem macaense

origem timorense

origem indiana

origem goesa

origem paquistanesa

origem Bangladesh

origem nepalesa

outra origem. Qual? _____

E. Outro grupo. Qual? _____

F. Origem mista. Especifique: _____

G. Não me revejo nestas categorias

CARTÃO 2

Não há 0	1	2	Há muito frequentemente 3
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Estudo/sondagem sobre a pertinência da recolha de informação estatística de base étnico-racial em Portugal e da adequação da classificação étnico-racial – Censos 2021

Relatório Síntese

Lisboa, 12 de março de 2019


CATOLICA
 CESOP - CENTRO DE ESTUDOS
 E SONDAJENS DE OPINIÃO

Ficha técnica

Este inquérito foi realizado pelo CESOP–Universidade Católica Portuguesa para o Alto Comissariado para as Migrações entre os dias 5 e 20 de fevereiro de 2019. O universo alvo é composto pelos indivíduos com 18 ou mais anos residentes em Portugal continental. Com o objetivo de obter uma amostra representativa do país, foram selecionadas aleatoriamente vinte e três freguesias do país, tendo em conta a distribuição da população por regiões NUTSII e por dimensão das freguesias. Os domicílios em cada freguesia foram selecionados por caminho aleatório e foi inquirido em cada domicílio o próximo aniversariante maior de idade. Foram obtidos 1118 inquéritos válidos sendo 58% dos inquiridos do sexo feminino. Da amostra final, 39% das entrevistas foram realizadas na região Norte, 23% no Centro, 27% na Área Metropolitana de Lisboa, 7% no Alentejo e 4% no Algarve. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição de residentes em Portugal por sexo, escalões etários e região NUTSII na base das estimativas do INE. A taxa de resposta foi de 61%*.

Com o intuito de garantir a presença de um número mínimo de pessoas por grupo “étnico-racial”, a amostra foi completada com um inquérito realizado na AML (96% dos casos), Alentejo (1%) e Algarve (3%). Fazem parte desta amostra pessoas hetero-categorizadas pelos inquiridores como sendo Negras/Afrodscendentes, Ciganas/Roma ou Asiáticos. Foram obtidos 788 inquéritos válidos. A taxa de resposta foi de 62%**.

* A taxa de resposta foi calculada dividindo o número de inquéritos realizados pela soma das seguintes situações: inquéritos realizados; inquéritos incompletos; pessoa certa não está; e recusas.

** A taxa de resposta foi calculada dividindo o número de inquéritos realizados pela soma das seguintes situações: inquéritos realizados; inquéritos incompletos; e recusas.



Ficha técnica

Questionário: o questionário aplicado neste estudo foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais, estabelecido através do Despacho nº7363/2018, publicado no Diário da República nº 149/2018, Série II, de 3 de agosto de 2018.

Amostragem: tendo como base o Caderno de Encargos da Consulta Prévia nº6853235, o plano de amostragem foi realizado por João António (CESOP-UCP)

Coordenação geral da recolha e tratamento da informação: Tânia Correia (CESOP-UCP)

Análise de dados e elaboração do relatório: João António (CESOP-UCP)

Compilação das contribuições dos inquiridores: Filipa Rodrigues (CESOP-UCP)

Coordenadores de trabalho de campo e Inquiridores: Afonso Pinheiro, André Couto, António Graça, António Veloso, Aparecida Gonçalves, Augusto Pinto, Brizida Nunes, Filipa Rodrigues, Cacilda Oliveira, Carla Júlio, Catarina Silva, Cátia Lopes, Daniel Alves, Elísio Ribeiro, João Oliveira, João Sousa, Jorge Silva, Laura Dias, Lourenço Gouveia, Luís Monteiro, Maria João Silva, Maria Manuela Amorim, Marta Santos, Nídia Azevedo, Nuno São Pedro, Paulo Soares, Ralde Sicato, Renata Castro, Rúben Guerra, Rúben Domingues, Tânia Teles.



Objetivos (Caderno de Encargos)

- **Objetivo geral do estudo:** conhecer as perceções da população quanto à pertinência da recolha de informação estatística de base étnico-racial e testar a adequação da classificação étnico-racial, com vista a eventuais alterações no Censos 2021
- **Objetivo para a Amostra:**
 - População residente em Portugal (maiores de idade)
 - 1500 inquiridos
 - Branco/Português branco/De origem europeia: 750 casos
 - Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana: 450 casos
 - Cigano/Roma: 150 casos
 - Asiático/Português de origem asiática/De origem asiática: 150 casos
 - Representativa do país (750 casos)
- **Metodologia:** entrevista direta e presencial com garantia de privacidade e anonimato de todos os inquiridos

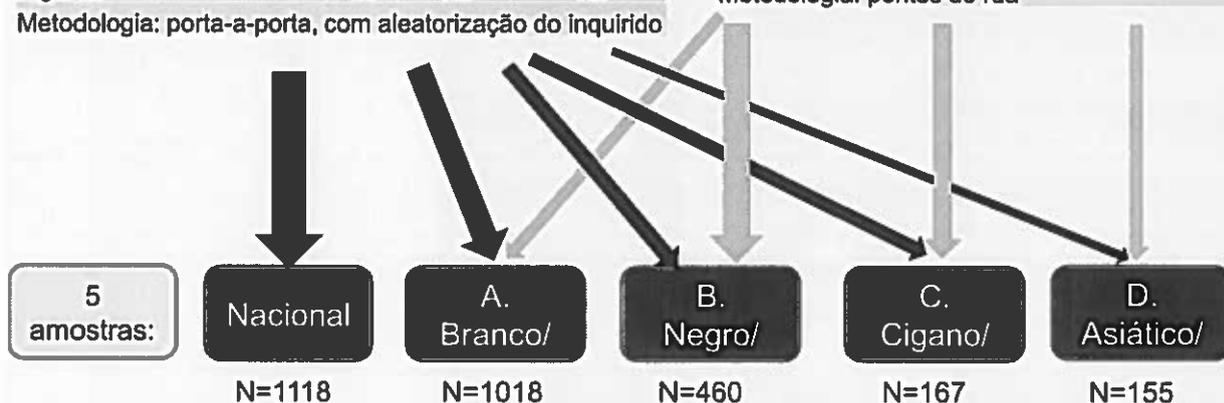
Amostra: duas abordagens

Amostra Nacional (representativa do país)	N	Obtida (%)	Ponderada * (%)
Região Norte	432	39%	38%
Região Centro	257	23%	24%
AM Lisboa	299	27%	27%
Alentejo	81	7%	7%
Algarve	49	4%	4%

Metodologia: porta-a-porta, com aleatorização do inquirido

Amostra centrada nas Minorias	N
Pessoas inquiridas	788
Pessoas que se identificam como:	
Negro/Português Negro/...	414
Cigano/Roma	162
Asiático/Português de orig...	152

Metodologia: pontos de rua



* Os dados foram ponderados por sexo, idade, região e dimensão da freguesia em função da distribuição real da população no país. Esta abordagem permite aproximar a distribuição da amostra à distribuição da população em análise.

Amostra nacional (representativa do país)

		Obtida	Ponderada		Obtida	Ponderada
Sexo	Mulheres	58%	53%	Nacionalidade e Naturalidade		
	Homens	42%	47%	Nacionalidade Portuguesa	95%	94%
Idade	18-24	5%	9%	Outra nacionalidade	7%	8%
	25-34	11%	14%	Naturalidade (Portugal)	88%	87%
	35-44	18%	18%	Naturalidade do pai (Portugal)	90%	89%
	45-54	20%	18%	Naturalidade da mãe (Portugal)	89%	88%
	55-64	18%	16%	Condição perante o trabalho		
	65 ou mais	28%	25%	Empregado/a	55%	56%
Escolaridade	< 1º ciclo	6%	5%	Desempregado/a	8%	8%
	1º ciclo	18%	16%	Estudante	4%	6%
	2º ciclo	10%	10%	À procura do 1º emprego	<1%	<1%
	3º ciclo	12%	13%	Reformado/a	29%	26%
	Secundário e pós-secundário	28%	31%	Incapacitado/a para o trabalho	<1%	<1%
	Superior	26%	25%	Doméstico/a	4%	3%

* Os dados foram ponderados por sexo, idade, região e dimensão da freguesia em função da distribuição real da população no país. Esta abordagem permite aproximar a distribuição da amostra à distribuição da população em análise.


Amostras étnicas

		Branco/...	Negro/...	Cigano/...	Asiático/...
N		1018	460	167	155
Sexo	Mulheres	57%	47%	51%	46%
	Homens	43%	53%	49%	54%
Idade	18-24	5%	19%	15%	12%
	25-34	11%	29%	22%	36%
	35-44	18%	20%	26%	29%
	45-54	19%	15%	16%	16%
	55-64	18%	10%	13%	6%
	65 ou mais	29%	6%	8%	1%
Escolaridade	< 1º ciclo	6%	2%	27%	2%
	1º ciclo	19%	9%	32%	6%
	2º ciclo	11%	9%	25%	10%
	3º ciclo	12%	16%	10%	23%
	Secundário e pós-secundário	27%	48%	5%	42%
	Superior	25%	16%	1%	17%


Amostras étnicas

		Branco/...	Negro/...	Cigano/...	Asiático/...
N		1018	460	167	155
Nacionalidade	Portuguesa	97%	49%	98%	21%
	Outra	4%	74%	2%	85%
Naturalidade (Portugal)	Próprio	93%	13%	98%	7%
	Pai	95%	6%	96%	3%
	Mãe	94%	4%	96%	3%
Condição perante o trabalho	Empregado/a	55%	65%	45%	90%
	Desempregado/a	9%	12%	28%	3%
	Estudante	3%	15%	2%	5%
	À procura do 1º emprego	<1%	<1%	3%	0%
	Reformado/a	30%	4%	6%	1%
	Incapacitado/a para o trabalho	<1%	2%	1%	0%
	Doméstico/a	3%	2%	14%	1%



Resultados



- Para cada pergunta, apresenta-se:
 - Informação resultante de comentários ao questionário
 - “Comentários dos inquiridos” (sempre em itálico)
 - “Comentários dos inquiridores”
 - Resultados das respostas ao inquérito
 - Frequências
 - Amostra nacional
 - 4 amostras “étnico-raciais”
 - Alguns cruzamentos



Questionário: comentários de inquiridos e inquiridores – Introdução

O presente questionário é anónimo e de resposta voluntária e enquadra-se nas funções de um grupo de trabalho nomeado pelo governo. Tem como objetivo conhecer as perceções da população quanto à existência de racismo em Portugal. Tendo em conta o carácter sensível deste tema, pretende-se conhecer a sua opinião sobre uma eventual recolha de dados étnico-raciais nos Censos 2021. As suas respostas irão ajudar a melhorar a formulação das perguntas relacionadas com a classificação étnico-racial da população.

Quem encomendou o estudo? “Que grupo de trabalho é esse?”

Relevância do tema. “O racismo é um não-assunto” / “Há temas mais relevantes”
“O tema é pertinente”

Objetivo do estudo. “Qual o verdadeiro objetivo deste estudo? Estudar racismo ou acrescentar pergunta ao Censos?”
(No fim da entrevista) “disse-me que o objetivo era conhecer as perceções da população quanto à existência de racismo em Portugal mas as perguntas que me fez foram sobre a minha origem.”

Associação do inquérito ao caso Jamaica. “Muito se falou do episódio ocorrido no bairro da Jamaica que, para muitos, terá potenciado a origem do estudo. A questão racial está na ordem do dia”

 Relevância da obtenção de informação estatística oficial 

Pergunta 1

Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer aprofundadamente a discriminação e/ou as desigualdades baseadas em “raça” ou “etnia” em Portugal?

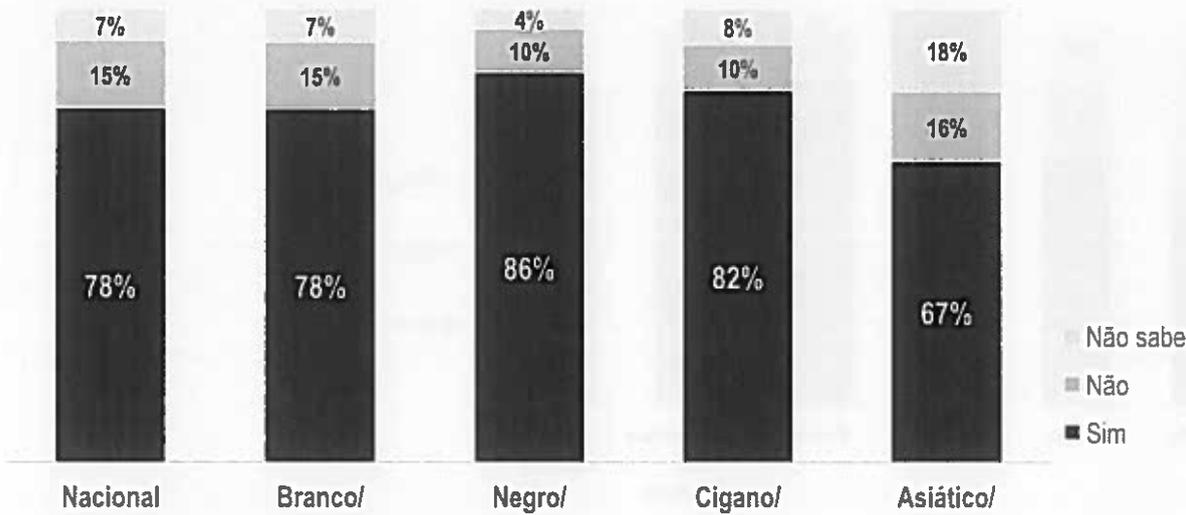
 Questionário: comentários de inquiridos e inquiridores – Pergunta 1 

Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer aprofundadamente a discriminação e/ou as desigualdades baseadas em “raça” ou “etnia” em Portugal?

Dificuldade de compreensão. “Mesmo quando o inquirido selecionado se tratava de um licenciado, houve necessidade de repetir a pergunta inicial. Inclusive 1 ou 2 casos tiveram que ler a pergunta, com seus olhos, fazendo pausas de interpretação, para depois responderem a questão. Pessoas menos instruídas ficavam alguns segundos em silêncio e responderam ‘não sei’, mesmo depois de nova leitura da pergunta. Após mostrar o cartão 1 a percepção era mais clara.”

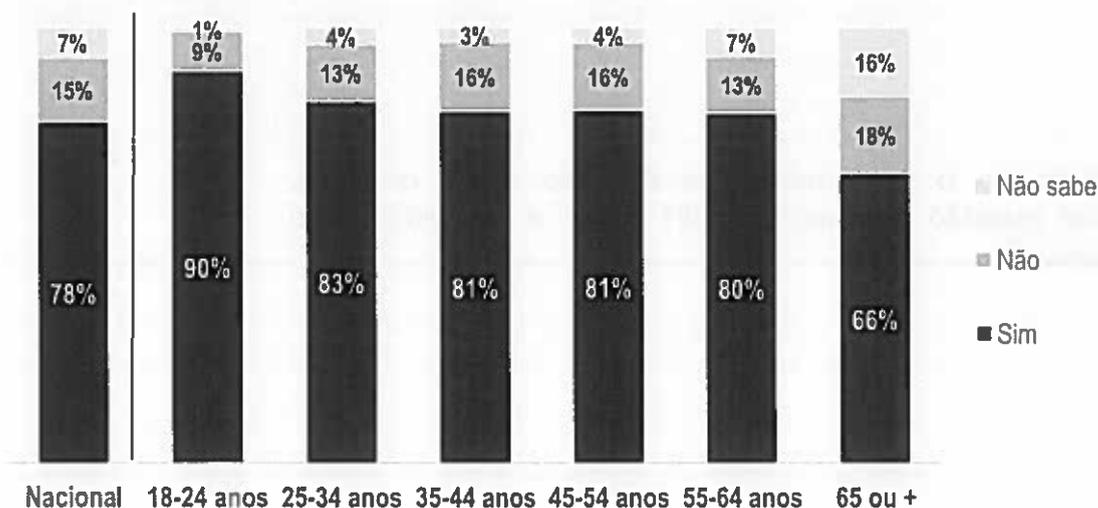
Relevância da obtenção de informação estatística oficial

- Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer profundamente a discriminação e/ou desigualdades baseadas em "raça" ou "etnia" em Portugal?



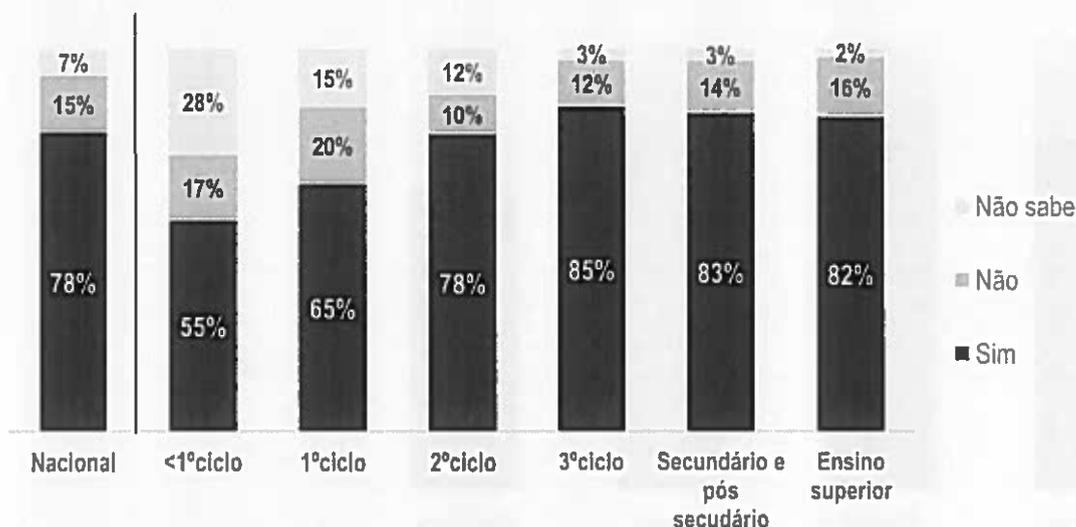
Relevância da obtenção de informação estatística oficial

- Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer profundamente a discriminação e/ou desigualdades baseadas em "raça" ou "etnia" em Portugal?



Relevância da obtenção de informação estatística oficial

- Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer profundamente a discriminação e/ou desigualdades baseadas em "raça" ou "etnia" em Portugal?



Predisposição para responder no Censos

Pergunta 2

Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença "étnico-racial"?

Questionário: comentários de inquiridos e inquiridores –
Pergunta 2

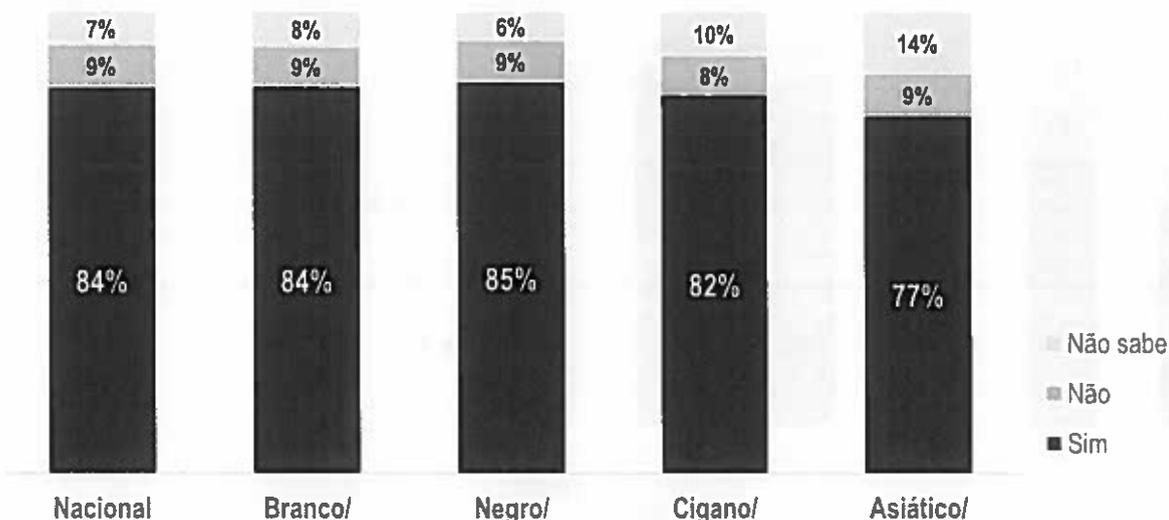
Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença “étnico-racial”?

O que significa étnico-racial? “No geral, o público a quem apliquei o inquérito mostrou-se pouco conhecedor do conceito étnico-racial. Não verbalizavam o desconhecimento mas também não questionavam o significado. Contudo, pelas respostas vagas e pouco concisas, foi possível perceber que não tinham entendido”

Anonimato. “Como se pode garantir o anonimato nos Censos?”

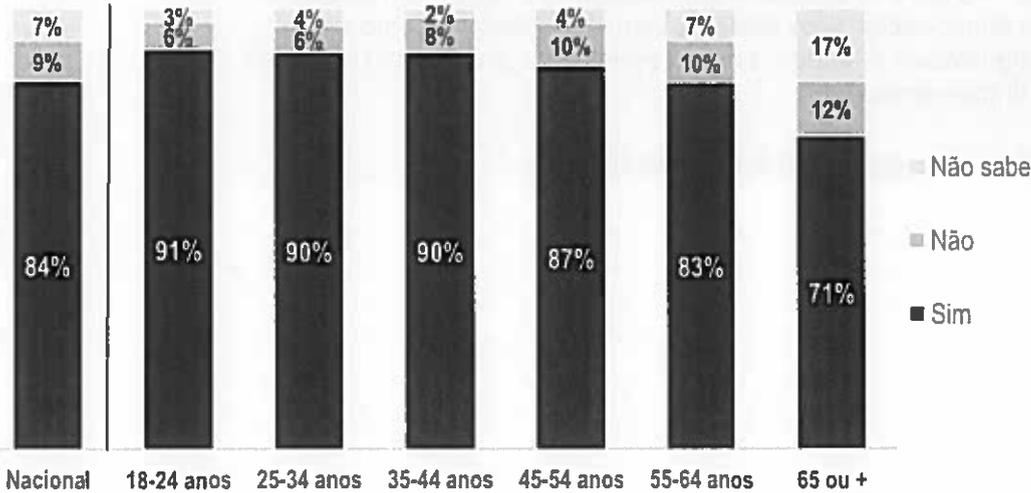
Predisposição para responder no Censos

• *Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença “étnico-racial”?*



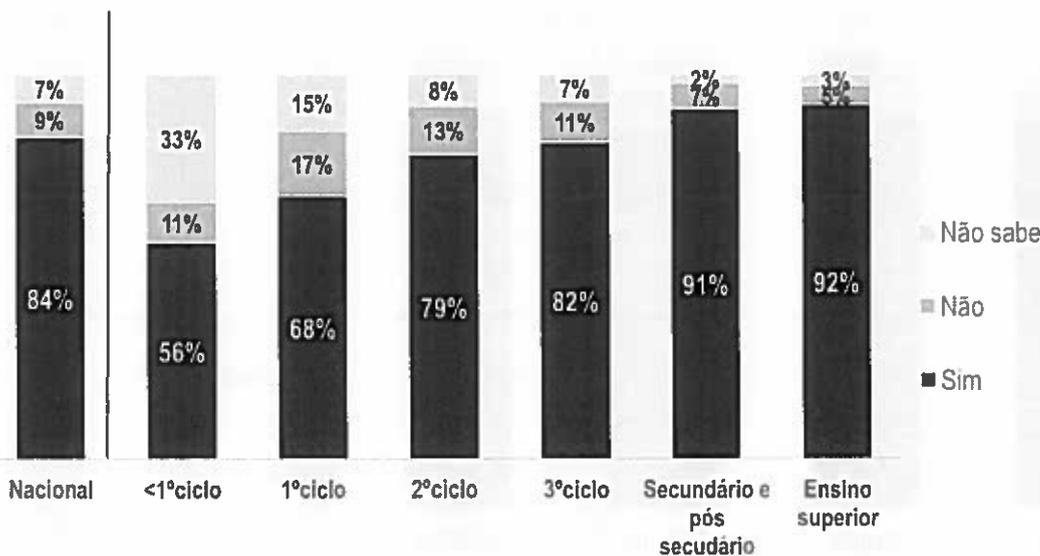
Predisposição para responder no Censos

- Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença "étnico-racial"?



Predisposição para responder no Censos

- Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença "étnico-racial"?




 Descrição livre quanto à origem ou pertença


Pergunta 3

*Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”?
 Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.*


 Questionário: comentários de inquiridos e inquiridores –
 Pergunta 3

Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.



Dificuldade de compreensão do objetivo da pergunta. “A maioria dos entrevistados não teve problemas em responder a qualquer possível pergunta sobre raça e etnia. No entanto, muitos deles questionados em resposta aberta fizeram questão de responder ‘*não sou racista*’ ou ainda ‘*sou humano, ponto final!*’”

“Algumas questões criaram confusão, como a terceira pergunta. Boa parte dos inquiridos não a percebeu, pediam para a repetir ou para a explicar”

“No entanto há algumas regularidades traçadas em todos os locais. A pergunta de resposta aberta trouxe sempre ao entrevistado um compasso de espera até à resposta, não percebendo a pergunta, pedindo na maioria das vezes para ser explicada pelo entrevistador. Sentia isso mesmo em diferentes classes sociais, mesmo vindo de pessoas mais instruídas, houve essa dificuldade de responder”

Questionário: comentários de inquiridos e inquiridores – Pergunta 3

Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.

Significado de étnico-racial. “O termo étnico-racial foi sempre um elemento problemático, pois não sendo palavra corriqueira, era perfeitamente visível a estranheza que causava e isso está patente nas respostas dadas, principalmente à questão numero 3”

“Mesmo os que respondiam mais rapidamente às duas primeiras perguntas, sentiam dificuldade em descrever-se na pergunta seguinte. A palavra ‘étnico-racial’ continuava a ser um obstáculo, principalmente para o público mais idoso.”

Pergunta como medida de racismo? “Na pergunta de resposta aberta as pessoas hesitavam, demoravam algum tempo a responder, perguntavam o que queria dizer e senti, em alguns inquiridos, o receio de dizerem algo de errado.”

“Algumas pessoas não percebiam a questão (poucas), a maior parte, estou convencido, percebeu, mas sentia-se desconfortável em caracterizar-se étnico-racialmente, surgindo respostas algo disparatadas de forma a não se assumirem racialmente. Houve quem percebesse a questão como se lhe fosse pedido para se caracterizarem como sendo racistas ou não”

Descrição livre quanto à origem ou pertença

- Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.



Descrição livre quanto à origem ou pertença

- Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.

B. Negro/

Nacionalidade
(44%)

Cor da pele / etnia /
raça
(19%)

Não sabe / não faz
sentido
(10%)

Reg.do mundo
(30%)

Região do país (<1%)



Descrição livre quanto à origem ou pertença

- Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.

C. Cigano/

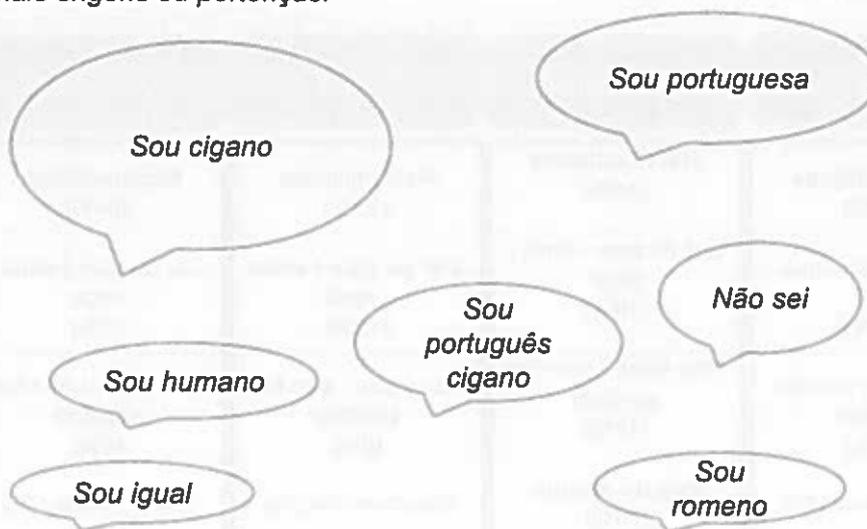
Nacionalidade
(29%)

Cor da pele / etnia /
raça
(72%)

Não sabe / não faz
sentido
(6%)

Reg.do mundo (0%)

Região do país (<1%)



Descrição livre quanto à origem ou pertença

- Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença "étnico-racial"? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.



Descrição livre quanto à origem ou pertença

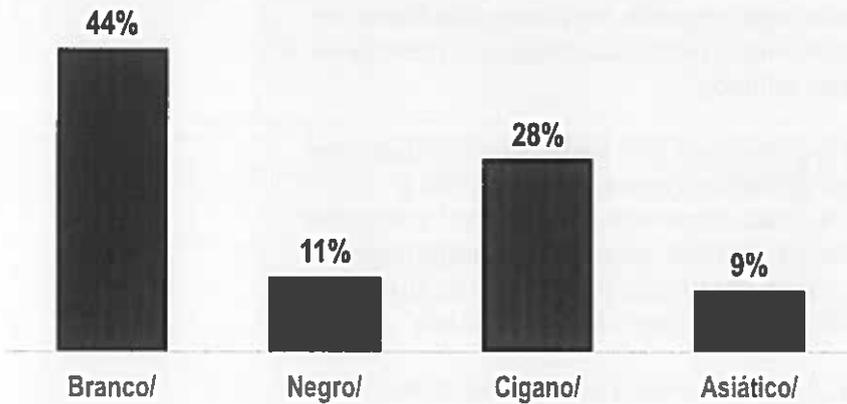
- Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença "étnico-racial"? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.

Nacional	A. Branco/	B. Negro/	C. Cigano/	D. Asiático/
Nacionalidade (55%)	Nacionalidade (46%)	Nacionalidade (44%)	Nacionalidade (29%)	Nacionalidade (84%)
Cor da pele / etnia / raça (31%)	Cor da pele / etnia / raça (33%)	Cor da pele / etnia / raça (19%)	Cor da pele / etnia / raça (72%)	Cor da pele / etnia / raça (1%)
Não sabe / não faz sentido (21%)	Não sabe / não faz sentido (19%)	Não sabe / não faz sentido (10%)	Não sabe / não faz sentido (6%)	Não sabe / não faz sentido (4%)
Reg.do mundo (6%)	Reg.do mundo (5%)	Reg.do mundo (30%)	Reg.do mundo (0%)	Reg.do mundo (7%)
Região do país (2%)	Região do país (3%)	Região do país (<1%)	Região do país (<1%)	Região do país (<1%)

Descrição livre quanto à origem ou pertença

- *Como se descreveria quanto à sua origem ou pertença “étnico-racial”? Pode indicar uma ou mais origens ou pertenças.*

Percentagem de inquiridos com nacionalidade portuguesa que se descreveram como “portugueses”, por grupo étnico



Autocategorização quanto à origem étnico-racial

Pergunta 4

Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens “étnico-raciais” que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?

Questionário: comentários de inquiridos e inquiridores – Pergunta 4

Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens “étnico-raciais” que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?

Cartão com opções de resposta revela o significado de “étnico-racial”. “De um modo geral, penso que o conceito étnico-racial que expomos no início do questionário não era bem assimilado, ficando apenas claro após mostrar o Cartão 1.”

“Diria que a maior parte das pessoas, chegadas a esta pergunta, não teve dificuldade em escolher a categoria com que mais se identifica, mesmo não tendo conseguido descrever a sua origem ou pertença étnico-racial na pergunta anterior.”

Algum desconforto. “Não creio que houvesse algum grupo com especial dificuldade em entender as categorias, e entrevistei pessoas de diferentes grupos étnico-raciais e socioeconómicos. Houve, sim, algum desconforto, mas como eram “obrigadas” a escolher uma das categorias do cartão acabavam por fazê-lo, embora, quase todos preferissem assumir-se em função da sua nacionalidade e menos em função da cor da pele (exemplo: português e não branco português ou cabo-verdiano e não negro cabo-verdiano)”

Da identidade... *“Identifico-me com os ciganos, porque vivo aqui ao pé deles todos”*

Autocategorização quanto à origem étnico-racial

- Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens “étnico-raciais” que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?*

CARTÃO 1

- A. Branco/ Português branco/ De origem europeia**
 - origem portuguesa
 - outra origem europeia ocidental
 - outra origem da Europa de Leste
 - origem brasileira
 - outra origem. Qual? _____
- B. Negro/ Português negro/ Afrodescendente/ De origem africana**
 - origem angolana
 - origem cabo-verdiana
 - origem moçambicana
 - origem guineense
 - origem são-tomense
 - origem brasileira
 - outra origem. Qual? _____
- C. Cigano/ Roma**
 - português cigano
 - português cigano nómada
 - outra origem. Qual? _____
- D. Asiática/ Português de origem asiática/ De origem asiática**
 - origem chinesa
 - origem macaense
 - origem timorense
 - origem indiana
 - origem goesa
 - origem paquistanesa
 - origem Bangladesh
 - origem nepalesa
 - outra origem. Qual? _____
- E. Outro grupo. Qual? _____**
- F. Origem mista. Especifique: _____**
- G. Não me revejo nestas categorias**

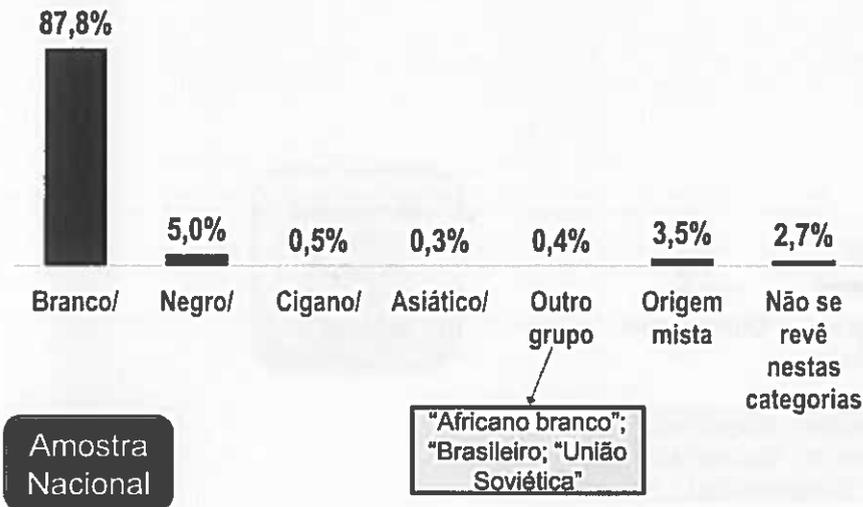
Português cigano
Ao contrário dos restantes grupos, o grupo C não tem Português cigano no nome da categoria (apenas como sub-categoria)

Origem portuguesa
Os grupos B e D não têm prevista a “origem portuguesa”

Ordem das categorias
Ordenar por ordem alfabética? Pelo menos dentro de cada grande categoria

Autocategorização quanto à origem étnico-racial

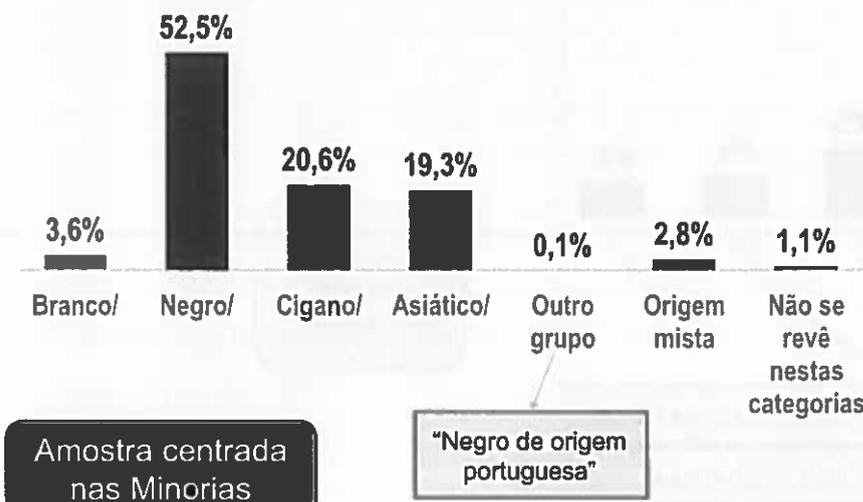
- Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens "étnico-raciais" que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?



Perante o cartão com as categorias, a grande maioria de pessoas não teve dificuldade em escolher uma das opções. Na amostra nacional, apenas 3% dos inquiridos disseram não se rever nestas categorias

Autocategorização quanto à origem étnico-racial

- Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens "étnico-raciais" que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?

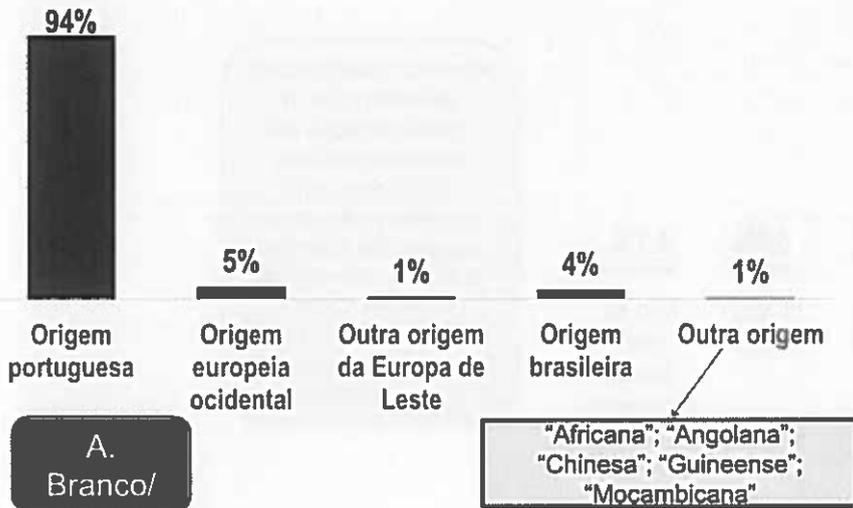


Perante o cartão com as categorias, a grande maioria de pessoas não teve dificuldade em escolher uma das opções. Na amostra centrada nas Minorias, apenas 1% dos inquiridos disseram não se rever nestas categorias

Autocategorização quanto à origem étnico-racial

- Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens "étnico-raciais" que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?

Branco/Português branco/De origem europeia

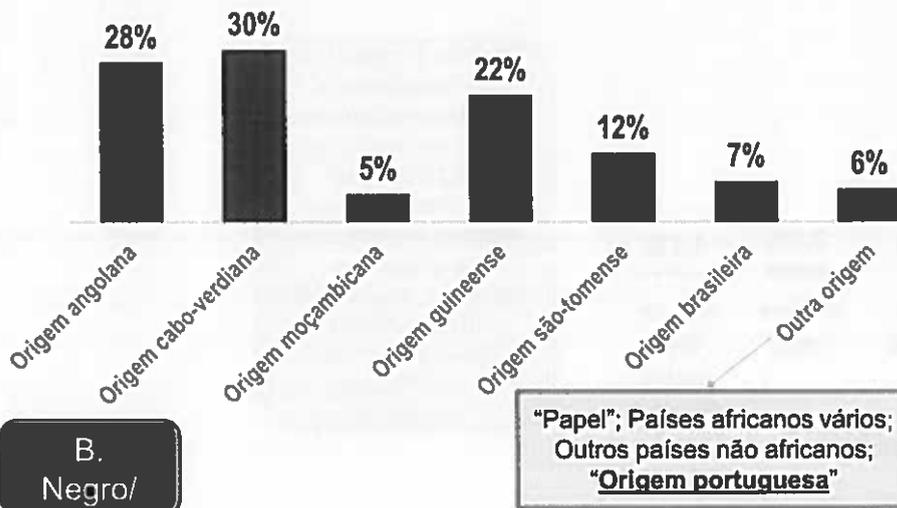


Acrescentar "origem africana"?
E "origem asiática"?

Autocategorização quanto à origem étnico-racial

- Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens "étnico-raciais" que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?

Negro/Português Negro/Afrodescendente/De origem africana

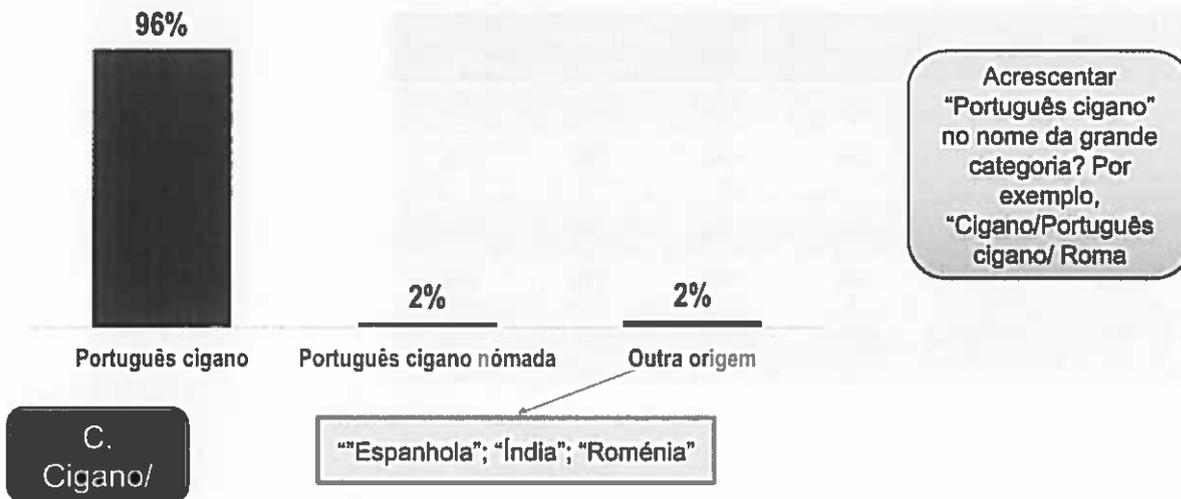


Acrescentar "origem portuguesa"?

Autocategorização quanto à origem étnico-racial

- Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens "étnico-raciais" que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?

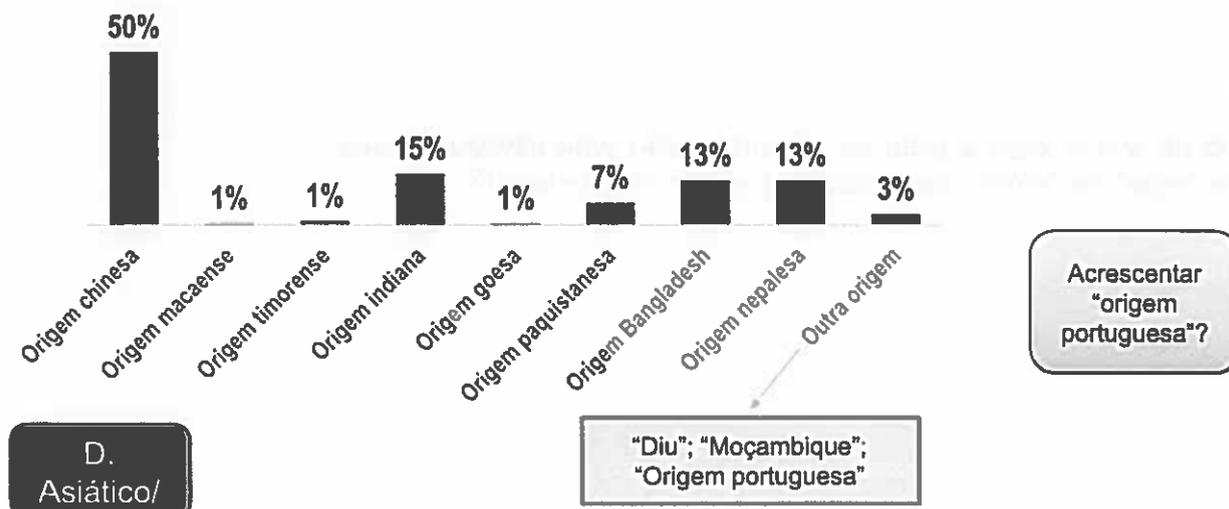
Cigano/Roma



Autocategorização quanto à origem étnico-racial

- Vou agora apresentar-lhe um cartão onde se referem diversos tipos de origens "étnico-raciais" que muitas pessoas costumam utilizar para se descreverem. Qual ou quais das seguintes opções considera que melhor descreveria as suas origens ou com qual ou quais delas mais se identifica?

Asiático/Português de origem asiática/De origem asiática




Descrição livre (Pergunta 3) x Categorias (Pergunta 4)

Que categorias de resposta na P4 foram mais escolhidas por quem na pergunta anterior se descreveu como português, originário de um país africano, cigano, africano ou originário de um país asiático?

Cruzamento das respostas livres mais vezes referidas com respostas à pergunta 4

Descrição livre	Branco/	Negro/	Cigano/	Asiático/	Outro	Origem Mista	Não me revejo
Português	87%	4%	7%	0%	0%	0%	2%
País africano	2%	95%	0%	0%	0%	2%	1%
Cigano	7%	0%	92%	0%	0%	1%	0%
Africano	2%	90%	0%	1%	1%	7%	0%
País asiático	1%	0%	1%	96%	0%	2%	0%


Perceção de discriminação
Pergunta 5

Numa escala de 0 a 3, diga o grau de discriminação e/ou desigualdades baseadas na "raça" ou "etnia" que considera existir em Portugal?

Questionário: comentários de inquiridos e inquiridores –
Pergunta 5

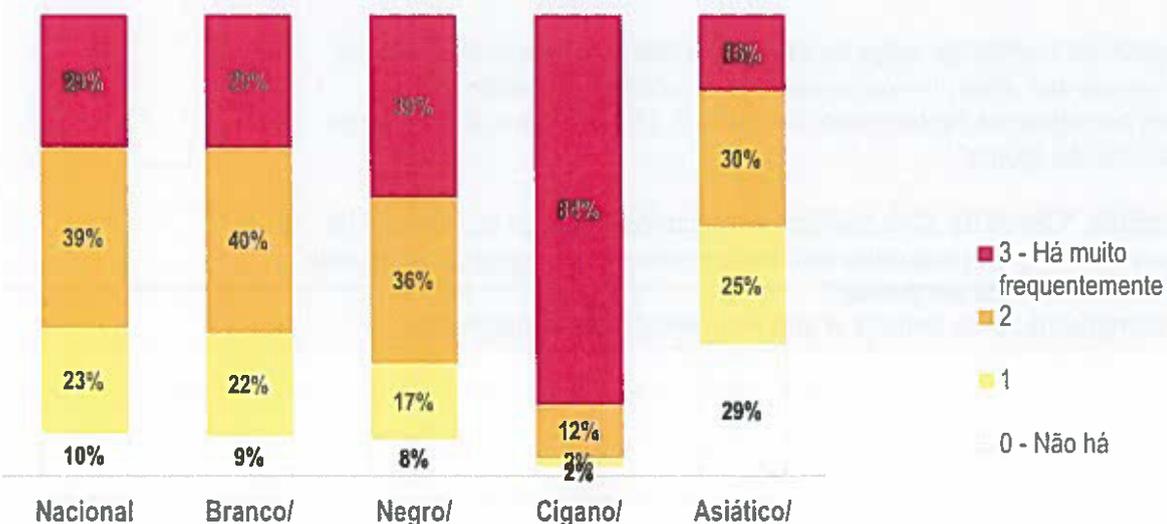
Numa escala de 0 a 3, diga o grau de discriminação e/ou desigualdades baseadas na “raça” ou “etnia” que considera existir em Portugal?

Algumas dificuldades de resposta em contexto rural. “Em Tondela e Vila Real foi referido por muitos inquiridos que não havia pessoas de outras raças a viver por essas zonas e, muitas vezes, por esse motivo as pessoas respondiam que a discriminação era 0 em Portugal, simplesmente porque não tinham pessoas de outras raças na sua zona/freguesia”

“A pergunta 5 causou dificuldade de posicionamento em termos abstratos ao nível nacional. Nos meios rurais ou de menor dimensão, respondiam “0” simplesmente por não conviverem com essa realidade”

Perceção de discriminação

• Numa escala de 0 a 3, diga o grau de discriminação e/ou desigualdades baseadas na “raça” ou “etnia” que considera existir em Portugal?




 Reações ao questionário – interpretação das perguntas
 

Linguagem difícil e pouco coloquial. “Penso que o uso de algumas palavras não tão comuns fez com que muitos inquiridos perdessem o fio condutor da pergunta. Pediam para a repetir”

“A resistência e dificuldade em entender as perguntas são transversais a todos”

“Grande parte dos inquiridos sentiu alguma dificuldade em perceber o conteúdo das questões. Pediam para repetir, porque não as entendiam”

“Na minha opinião, o questionário deveria ter uma linguagem mais acessível. Foi, de facto, a maior dificuldade que senti nas pessoas, o entendimento das questões.”

Muitas dificuldades para estrangeiros e pessoas com baixa escolaridade. “os estrangeiros com pouca fluência em português tinham maior dificuldade em perceber o vocabulário”

“As dificuldades nas respostas pareceu estarem mais associadas ao grau de escolaridade”

“O formato do inquérito para esta comunidade [ciganos], sobretudo na formulação das questões tal como estava, é algo impensável porque eles não compreendem sem uma explicação prévia, diziam: *‘Fale lá português!’*”


 Reações ao questionário – conteúdo e estrutura
 

Questionário racista? (pelo menos para uma inquirida) “A senhora brasileira que respondeu ao questionário, disse que o inquérito em si era racista pelos termos utilizados.”

Colocação de “Cigano” no cartão de origens étnico-raciais. “A comunidade cigana embora muito orgulhosa da sua etnia, indignou-se com as opções do cartão. Não percebiam, sendo eles portugueses (soberantemente repetido), por que haveriam de estar colocados juntamente com os Roma”

Objetivo do questionário: “Cerca de 30% pareceu mais curioso quanto ao objetivo da Universidade Católica expresso em perguntas insistentes como ‘mas para quê fazer este estudo?’ (...) do que com o teor das perguntas.”

Maior dificuldade de compreensão do tema (e a sua relevância) nas zonas rurais.



Aceitação geral do inquérito

Bem aceite por afrodescendentes e por residentes estrangeiros. “Os africanos e/ ou afrodescendentes tendem a ser muitos recetivos”

“Tendo entrevistado indivíduos de outras nacionalidades, senti sempre uma maior aceitação pela problemática, fazendo questão de responder.”

“Inquiri algumas pessoas emigrantes (brasileiros, ucranianos, russos) (...), sendo que todos eles aceitaram facilmente colaborar no inquérito.”

Níveis de aceitação varáveis entre ciganos

“Inquiri (...) pessoas de etnia cigana, sendo que todos eles aceitaram facilmente colaborar no inquérito.”

“Estive num bairro social em Ermesinde, onde moram várias famílias de etnia cigana, e foram estes que mais se recusaram a colaborar. As portas não se abriam, sabíamos que havia gente em casa, mas não atendiam.”

Maior dificuldade na inquirição de asiáticos. Os (...) asiáticos tornaram-se difíceis de abordar, dado a língua e por medo de estar perante agentes do SEF.

Recusas. Recusas raramente se deveram ao tema do inquérito.



Em resumo

Este estudo tinha dois objetivos principais: (1) conhecer as perceções da população quanto à pertinência da recolha de informação estatística de base étnico-racial; e (2) testar a adequação da classificação étnico-racial, com vista a eventuais alterações no Censos 2021.

Quanto ao primeiro, os resultados mostram que há apoio na sociedade portuguesa à obtenção de informação estatística oficial para conhecer aprofundadamente a discriminação e/ou desigualdades baseadas em “raça” ou “etnia” em Portugal. Este apoio é largamente maioritário no conjunto da população residente em Portugal e é também largamente maioritário em cada uma das amostras de grupos “étnico-raciais” analisadas. Uma grande maioria dos inquiridos, seja qual for a origem “étnico-racial” com que se identifica, afirma que responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença “étnico-racial”.

Quanto ao segundo objetivo, os resultados deste estudo indicam o seguinte:

- o conceito “étnico-racial” causa algumas dúvidas e dificuldades de compreensão junto um número significativo de inquiridos, principalmente entre as pessoas de escolaridade mais baixa;
- quando se lhes pede que se descrevam quanto às suas origens ou pertenças étnico-raciais, a maioria dos inquiridos refere uma nacionalidade ou país (e.g., “sou português”, “sou guineense”, “sou de Angola”). Entre as pessoas que se identificam com os grupos “Branco”, “Negro” e, principalmente, “Asiático” a referência a um país é a mais comum na descrição livre. No entanto, no grupo “Negro/”, se se somar as referências a “africano/a”, com referências à cor da pele, esta passa a ser a categoria mais comum. Entre as pessoas que se identificam com “Cigano” é mais comum a referência a “cigano” do que a “Portugal” ou “português”.
- perante o cartão com a classificação étnico-racial proposta, a quase totalidade dos inquiridos demonstrou compreender a classificação. Ainda assim, os comentários de alguns inquiridos sugerem que se possa afinar esta proposta de classificação étnico-racial, nomeadamente através da inclusão de: (1) “Português cigano” no grande grupo C; (2) da subcategoria “origem portuguesa” nos grupos B e D; (3) da subcategoria “origem africana” no grupo A.

ANEXO 7.

Cartas Abertas dos Coletivos Afrodescendentes e Antirracistas em Portugal

7.1. Carta Aberta de 22 Coletivos Afrodescendentes e Antirracistas ao Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD/ONU), 05/12/2017

7.2. Segunda Carta Aberta “Recolha de dados étnico-raciais sim, mas com quem, como e para quê?”, publicada no Jornal Público a 04/02/2018

ANEXO 7

ANEXO 7. RESULTADOS DE LA ENCUESTA DE CALIDAD DE VIVIENDAS Y SERVICIOS BÁSICOS

El presente anexo muestra los resultados de la encuesta de calidad de viviendas y servicios básicos, realizada en el marco del Censo de Población y Vivienda 2021. Los datos se presentan en forma de cuadros estadísticos, organizados por departamento y municipio. Los resultados se expresan en porcentajes y se refieren a la población de 15 años y más que vive en viviendas particulares.

CARTA ABERTA

COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF RACIAL DISCRIMINATION (CERD)

91 st session, 21 November – 9 December 2016, Geneva

Exmos/as. Senhores/as,

A presente carta aberta surge na sequência do relatório apresentado por Portugal na Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination), iniciativa das Nações Unidas (UN), e resulta do esforço de pessoas e colectivos que têm combatido o racismo, lutado pela melhoria das condições de vida e reivindicado uma cidadania plena para os afrodescendentes negros em Portugal.

Em plena Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), o estado português apresentou um relatório em que o racismo e a exclusão social de que os afrodescendentes negros são alvo não são reconhecidos na sua especificidade e gravidade, relegando-os para a condição de problema “global” que deve ser tratado de forma “holística”, isto é, subsistindo um silenciamento político do racismo e uma nociva abordagem “color blind”. Assim, não são propostas medidas excepcionais de ação afirmativa, contrariando os pressupostos da própria Década Internacional dos Afrodescendentes:

“Regarding people of African descent, Portugal has an integrated/holistic approach to combating racial discrimination, based on its deep-rooted belief that the phenomenon of racism is global. This problem requires a universal approach, which does not individualise a specific group. (...) Therefore, there are no special measures or positive actions for people of African descent.”

(International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, 2016. Fifteenth to seventeenth periodic reports of States, Portugal, CERD/C/PRT/15-17, 2015:21)

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/261/85/PDF/G1526185.pdf?OpenElement>

Perante a falta de um verdadeiro diálogo entre as autoridades portuguesas e as comunidades afrodescendentes negras nesse processo, cabe-nos aqui deixar patente a nossa indignação e discordância face à estratégia política

deliberadamente omissa do Estado português. Para além disso, indicamos alguns dados¹ sobre a situação dos afrodescendentes negros na sociedade portuguesa, que justificam, incontornavelmente, a implementação de medidas específicas e de ação afirmativa.

EDUCAÇÃO

A situação escolar dos afrodescendentes negros é reveladora da persistência de um imaginário colonialista, como é flagrante nos manuais escolares (Araújo e Maeso, 2012), e de processos de exclusão e segregativos insidiosos e racistas. Face aos alunos de nacionalidade portuguesa, os alunos de nacionalidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) reprovam 3 vezes logo no 1º ciclo e sofrem sistematicamente o dobro das taxas de reprovação no 2º e 3º ciclos e ensino secundário (Abrantes e Roldão, 2016). No ensino secundário, a esmagadora maioria (80%) encontra-se em “vias vocacionais”, vias escolares que raramente conduzem ao ingresso no ensino superior. Os afrodescendentes de origem caboverdiana, guineense e santomense acedem 5 vezes menos ao ensino superior (Seabra et al., 2016). Entre 2001 e 2011, não só a taxa de acesso dos afrodescendentes decresceu como o fosso da desigualdade aumentou. Para além disso, há uma quase total ausência de afrodescendentes negros nos lugares de produção e reprodução de conhecimento, como professores e cientistas.

JUSTIÇA E VIOLÊNCIA POLICIAL

A ausência de medidas estruturais e eficazes de combate às práticas de violência policial, “racial profiling”, criminalização da população negra e permanente estado de excepção em territórios com forte presença de afrodescendentes negros, é uma estratégia que perpetua a violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais num Estado Direito. É assim que as taxas de encarceramento de pessoas de nacionalidade dos PALOP são 15 vezes superiores aos de nacionalidade Portuguesa (Roldão, 2016) e há muito sinalizadas (Fonseca, 2010). É assim, também, que se assiste a permanentes agressões, por parte de agentes de segurança, a cidadãos desarmados dos bairros periféricos com forte presença de afrodescendentes negros. Disso são exemplo os atos de tortura e de ódio racial, como os praticados por agentes policiais na esquadra de Alfragide, contra habitantes do Bairro do Alto da Cova da Moura, no passado dia 5 de fevereiro de 2015. Desde da década noventa com o assassinato de Alcino Monteiro pela Extrema-direita até hoje, já morreram às mãos da polícia, dezenas de jovens negros sem que nunca tenha acontecido uma única condenação efectiva com pena de prisão. Entre eles,

contam-se as mortes de Elson Sanches (KUKU), Carlos Reis (PTB), Diogo Borges (Musso), José Carlos (Teti), Ângelo Semedo (Angoi), Manuel Pereira (Tony) e Nuno Rodrigues (Snake). Recordamos que no quadro jurídico português, o racismo apenas constitui uma contra-ordenação. Estes e outros acontecimentos vêm corroborar o descrito em vários relatórios internacionais e nacionais como, por exemplo, no Relatório Anual de 2014 da Amnistia Internacional e no Relatório da ONU sobre a situação dos afrodescendentes negros em Portugal.

CONDIÇÕES DE VIDA: TRABALHO, HABITAÇÃO E SAÚDE

As condições de vida são uma dimensão fundamental da inclusão social e aqui são múltiplos os sinais da exclusão, racismo estrutural e institucional que atingem os afrodescendentes negros. Sabe-se que muitos são fustigados pela precariedade laboral, trabalhando muitas das vezes sem vínculos de trabalho, especialmente an construção civil e nos serviços de limpeza. As pessoas com nacionalidade dos PALOP estão, em termos relativos, 3 vezes mais em profissões menos qualificadas (ISCO - Elementary Occupations), e para esse mesmo tipo de profissões, recebem, em média, menos 103 euros mensais (Roldão, 2016). Os dados disponíveis, mostram que têm o dobro da taxa de desemprego, embora estejamos em crer que se trate de um número bastante mais elevado, mas que o formato das estatísticas do emprego e relativas à diversidade não permitem dar conta.

No que toca à habitação, não só estão 7 vezes mais em alojamentos “rudimentares”, como muitos afrodescendentes negros vivem em territórios segregados, designadamente em bairros de realojamento social na periferia dos centros urbanos (Malheiros, 1998; Cachado, 2013). Algumas autarquias promovem demolições de habitações/bairros sem aviso nem alternativas de realojamento para a globalidade dos moradores (Alves, 2013).

Outro sinal incontornável refere-se à idade média de óbito dos idosos nascidos nos PALOP - 74 anos -, enquanto para os nascidos em Portugal situa-se nos 78 anos de idade (Machado e Roldão, 2010).

NACIONALIDADE E CIDADANIA

A lei que desde de 1981 serve de base para atribuição de nacionalidade promoveu desde da sua base um impacto negativo junto dos afrodescendentes negros. A lei n.º 37/1981 de 3 de outubro exclui do acesso imediato à nacionalidade portuguesa àqueles que, nascidos em solo português, são filhos de imigrantes, se os pais não estiverem legais em território nacional,

privilegiando o “jus sanguinis” em detrimento do princípio “jus solis”. Esta decisão mantém-os debaixo de um sistemático escrutínio administrativo-burocrático, como acontece aliás nos processos de regularização de imigrantes que tendem a ser morosos, dispendiosos e muitas vezes arbitrários. Mas, sobretudo veda o acesso dos afrodescendentes aos direitos em circunstâncias iguais aos de outras crianças nascidas em território português, ao mesmo tempo que se tem legislado no sentido de privilegiar os portugueses de “sangue”, mesmo que não tenham nascido, vivido ou estudado em Portugal. Embora a lei orgânica 2/2006 de 17 de abril tenha criado melhorias cirúrgicas para os filhos de afrodescendentes nascidos em Portugal continua a excluir e deixou excluídos muitos afrodescendentes nascidos nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Para além disso, crianças nascidas em Portugal podem estar ilegais até aos 3 anos, caso os pais sejam ilegais, sem mesmo direito a um título de residência. A concessão de nacionalidade a todos, independentemente da origem dos pais e do seu estatuto legal, é uma questão de direitos, liberdades e garantias, mas também de reconhecimento da diversidade de identidades e culturas que compõem a sociedade portuguesa.

MULHERES AFRODESCENDENTES NEGRAS

Portugal não está fora de um contexto mais lato em que a negritude e o feminino continuam a ser estruturalmente dominados e reprimidos. Para as mulheres afrodescendentes negras, para além do racismo, aliam-se as questões de género e de classe, sendo que essa interseccionalidade não tem sido considerada, nas medidas políticas do estado português, na sua especificidade. Da discriminação racial, à dominação em relações estruturais machistas e à exploração no mercado de trabalho, a mulher afrodescendente negra continua a estar sub-representada nas posições de poder nos espaços políticos, financeiros, sociais e culturais e, sobre-representada nos serviços (na limpeza, hotelaria e restauração) pouco qualificados, mal remunerados e com vínculos e condições de trabalho precários. Elas são muitas vezes o pilar das suas famílias e comunidades, com severos custos pessoais, porque suportam o peso da extensa e intensa marginalização a que as suas famílias e comunidades estão sujeitas. Num momento em que sobe ao poder, pela primeira vez, uma ministra da justiça negra - Francisca Van Dunem -, que poderia ser um sinal de abertura de uma agenda de políticas de acção afirmativa orientadas para estas questões, o silenciamento “holístico” dos desafios específicos das mulheres afrodescendentes e negras não poderia ser maior.

MÉDIA

Em matéria de luta contra o racismo e a intolerância, os meios de comunicação social têm um papel preponderante a desempenhar em Portugal, pela sua capacidade de influência junto da opinião pública. No relatório anual de 2005, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, adverte que determinando meios de comunicação, em particular a televisão, transmitem estereótipos e preconceitos racistas. Um exemplo paradigmático disso, foi o incidente que ocorreu na praia de Carcavelos, no dia 10 de Junho de 2005. Alguma comunicação social apresentou imagens de jovens negros a fugir e de agentes da polícia com armas na praia. O incidente foi relatado como um "arrastão", isto é, um roubo "por arrastamento" perpetrado por 500 jovens, principalmente afrodescendentes negros. Mais tarde, as forças policiais declaram que o problema foi causado por um máximo de 30 a 40 pessoas e que os jovens que foram mostrados em fuga estavam a fazê-lo em defesa de si mesmos e dos seus próprios bens. Sabe-se que este incidente mediático levou a uma onda de hostilidade contra os afrodescendentes negros, não só nos meios de comunicação social como também entre o público em geral. A propósito desde acontecimento existe o filme documentário intitulado "era uma vez um arrastão" (estreado na Internet e inédito até hoje na Televisão Portuguesa) produzido por Diana Andringa. As representações e a representatividade de pessoas negras nos média continuam limitadas ora a imagens que criminalizam, ora a imagens que exotizam as pessoas negras e o continente Africano (Domingues, 2014).

Assim, e ao contrário do defendido pelo estado português, reivindicamos um plano estratégico de ação especificamente orientado para os afrodescendentes negros que, com o envolvimento dos diferentes coletivos no terreno - das associações de imigrantes africanos aos coletivos de afrodescendentes negros, associações antirracistas e outras - recubra as dimensões do trabalho e emprego; educação; habitação e território; representação nos média e nas instituições; justiça e violência policial; nacionalidade e cidadania; proteção social e saúde; a situação particular das mulheres negras; herança e património cultural da diáspora africana. Estas orientações estratégicas não se poderão concretizar efetivamente sem a consagração da recolha de dados com base na pertença étnico-racial, recomendada em 2011 pela ONU.

Sem reconhecimento, é impossível uma estratégia de desenvolvimento e de superação dos problemas, é impossível que haja justiça, como bem salienta a Década Internacional dos Afrodescendentes.

Entidades Signatárias

- Afrolis - Associação Cultural
- Associação Caboverdeana de Lisboa
- Associação Cavaleiros de São Brás
- Associação Freestylaz
- Associação Lusofona para o Desenvolvimento Cultura e Integração
- Circulo de Leitores Moçambicanos na Diáspora
- Colectivo MUMIA Abu-Jamal
- Coletivo Consciência Negra
- Djass - Associação de Afrodescendentes
- Femafro- Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal
- Griot Associação Cultural
- Grupo Agô de Performances Negras
- KUTUCA - Associação Juvenil do Bairro das Faceiras
- Movimento Crespas e Cacheadas de Portugal
- Movimento Simentis D'África
- Muvimento Nu Sta Djuntu - Estamos Juntos
- Núcleo de Estudantes Africanos da Universidade de Lisboa
- Núcleo de Estudantes Africanos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Plataforma Gueto
- Queering Style
- Roda das Pretas
- Sos Racismo
- Tabacaria Tropical

- i Abrantes, Pedro e Cristina Roldão. 2016. Old and new faces of segregation of Afro-descendant population in the Portuguese education system: A case of institutional racism? Conferência Educação Comparada para Além dos Números: Contextos locais, realidades nacionais e processos, Lisboa.
- Alves, Rita (2013), Para uma compreensão da segregação residencial: o plano especial de realojamento e o (anti-racismo). Tese de Mestrado Migrações, Intereticidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Araújo, Marta; Maeso, Silvia Rodríguez (2012), "History textbooks, racism and the critique of Eurocentrism: beyond rectification or compensation", *Ethnic and Racial Studies*, 35 (7), 1266-1285.
- Cachado, Rita Ávila (2013), "O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social", in *Análise Social*, 206, XLVIII (1º): 134-152.
- Domingues, Nuno Batista (2014), "Media e construção da diversidade", Marques, Margarida M. (org.) *Lisboa Multicultural*, Lisboa, Fim de Século, pp. 117-155.
- Fonseca, Graça (2010), Percursos estrangeiros no sistema de justiça penal, Observatório da Imigração/ACIDI. http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/OI_43.pdf/6edc8294-6a57-441c-a125-daa9ee88b8f1
- Machado, Fernando Luís e Cristina Roldão (2010), *Imigrantes Idosos: Uma Nova Face da Imigração em Portugal*, Observatório da Imigração/ACIDI. ISBN: 978-989-8000-97-2 http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_39_atualizado.pdf
- Malheiros, Jorge (1998), "Minorias Étnicas e Segregação nas Cidades – uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica", in *Finisterra* XXXIII, 66: 91-118.
- Roldão, Cristina (2016), "Os afrodescendentes no sistema educativo português", *Encontros Mensais de Experiências Migratórias*, 27 de Abril, Núcleo de Estudos e Estudantes Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (NEEA-FLUL), Lisboa.
- Seabra, Teresa (coord.), Cristina Roldão, Sandra Mateus e Adriana Campos (2016), *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*, Observatório da Imigração/ACM (no prelo). ISBN 978-989-685-077-7

Recolha de dados étnico-raciais sim, mas com quem, como e para quê?

Não abrimos mão do direito de ser envolvidos nesse processo em igualdade de circunstâncias na tomada de decisão.

4 de Fevereiro de 2018, 6:46

Consideramos que a recolha de dados étnico-raciais, reivindicada há anos por pessoas e coletivos que têm combatido o racismo institucional, a discriminação racial e a xenofobia e recomendada por vários organismos internacionais, poderá ser um passo sem precedentes no combate ao racismo e às desigualdades étnico-raciais na sociedade portuguesa.

Se até há bem pouco tempo diferentes governos se haviam escudado no conveniente, mas falso, argumento da inconstitucionalidade, a resistência, crescente articulação e mobilização coletiva levaram a que o ano de 2017 se fechasse com o compromisso público do Estado português em avançar nesse sentido. No entanto, à medida que algumas opções tomadas vão sendo de conhecimento público, aumenta a nossa preocupação face à operacionalização desta decisão.

Convictos de que este processo deve respeitar, desde o seu início, os princípios da representatividade étnico-racial e da participação, rejeitamos que se inicie de

ANEXOS GT Censos 2021
maneira torta, correndo o sério risco de não mais se endireitar. Reiteramos que não o fazer é não só uma incoerência política gritante, como também enfraquece o potencial transformador dessa recolha de dados.

A esse propósito interessa sublinhar a decisão unilateral do Governo em avançar com a proposta para os Censos 2021, consultando, sem concertação prévia com as comunidades racializadas, o Instituto Nacional de Estatística (INE). Assinale-se ainda a composição do entretanto criado Grupo de Trabalho Censos 2021 — Questões Étnico-Raciais, sob a coordenação do Alto-Comissariado para as Migrações (ACM) e Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, cuja primeira reunião decorre a 5 de fevereiro. Exatamente nesse dia perfazem-se três longos anos sobre as brutais agressões, com motivações racistas, praticadas por agentes da esquadra de Alfragide contra moradores da Cova da Moura, sem que até hoje haja um veredicto sobre o caso. A importância desta data não permite que possa ser reescrita como um momento de diálogo e concertação.

Na composição do referido grupo de trabalho não foram incluídos coletivos afro-descendentes ou ciganos. Esta forma de fazer política é sintomática de um entendimento da democracia que coloca as comunidades racializadas na posição de “beneficiárias” e não de agentes de

ANEXOS GT Censos 2021 **certamente que atribuímos ao Estado a responsabilidade e o dever de levar a cabo a recolha de dados e formular políticas públicas, mas não abrimos mão do direito de ser envolvidos e representados nesse processo em igualdade de circunstâncias na tomada de decisão.**

Se esse envolvimento fosse efectivado, outras questões estratégicas, até ao momento ausentes da agenda do grupo de trabalho, estariam em cima da mesa: como envolver, de forma ampla, os sujeitos racializados e a população em geral por forma a que esta recolha seja por eles reconhecida e apropriada? Como garantir o bom uso dessa informação pela comunicação social? Como se articulam os dados dos Censos 2021 com outros inquéritos sectoriais, desde logo no domínio da Justiça e da Educação? Como se articula esse processo com a proposta de lançamento da Década Internacional dos Afro-descendentes feita em Outubro do ano passado pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, mas até agora sem sequência? Mas, sobretudo, que políticas estruturais de combate ao racismo e desigualdades étnico-raciais se prevê implementar articuladamente com a recolha de dados? Não é razoável esperar pelos resultados da recolha de dados para se começar finalmente a pensar numa agenda de políticas; antes, pelo contrário, essa agenda é que deveria conduzir o processo da recolha de dados.

ANEXOS GT Censos 2021

Mas o ponto onde este processo é mais problemático é exatamente a inscrição na pasta das migrações. Por um lado, as desigualdades étnico-raciais tocam várias áreas de acção política — Educação, Justiça, Habitação, etc. —, transversalidade que remete para o foro da cidadania e igualdade, extravasando a competência restrita da política migratória. Por outro, só quem tem estado muito alheado do debate que vem acontecendo em Portugal é que ainda não interiorizou o carácter fundamental da distinção, inequívoca, entre políticas de migração e políticas de combate ao racismo e desigualdades étnico-raciais. Em setembro passado, o então ministro adjunto Eduardo Cabrita dizia: “Os afro-descendentes e ciganos estão em Portugal há séculos [...]. São tão portugueses como eu.”

Não podemos continuar a ser relegados para fora do corpo da nação. Essa é também a mensagem da Campanha por Outra Lei da Nacionalidade, em que temos lutado para que todos aqueles que nascem em Portugal tenham a nacionalidade portuguesa. Não somos apêndices da sociedade portuguesa, pelo que, da mesma forma, as políticas voltadas para a garantia do nosso pleno acesso à cidadania e igualdade também não o podem ser. A recolha de dados pode ser uma ferramenta ao serviço da igualdade étnico-racial, mas somente se esta for resultado da participação activa daqueles que não têm voz, nem pegada estatística.

ANEXOS GT Censos 2021 **Os autores escrevem segundo o novo
Acordo Ortográfico**

Coletivos e indivíduos signatários:

Afrolis – Associação Cultural

Associação Cavaleiros de São Brás

Consciência Negra

Fundo de Apoio Social de Cabo-Verdianos
em Portugal (FASCP)

KUTUCA – Associação Juvenil do Bairro
das Faceiras

Núcleo de Estudantes Africanos – Instituto
Superior de Ciências Sociais e Políticas
(NEA-ISCSP)

Plataforma Gueto

SOS Racismo

Teatro Griot

We Love Carapinha

Alciony Silva

Alessandra Brito

Alexandra Santos

Ana Fernandes

Ana Rita Alves

Anabela Rodrigues

Apolo de Carvalho

Ariana Furtado

António Tonga

Beatriz Carvalho

Carla Fernandes

Carla Lima

Carla Moura

Carlos Dias

Carlos Graça

Cristina Roldão

Daniel Martinho

David Lima

ANEXOS GT Censos 2021 Diógenes Parzianello

Eduardo Jaló

Ianick Insaly

Iolanda Évora

Joacine Katar Moreira

Joana Mouta

José de Pina

José Semedo

José Semedo Fernandes

Lúcia Lopes

Maíra Zenun

Mamadou Ba

Maria da Graça

Marlene Nobre

Marta Araújo

Matamba Joaquim

Mojana Vargas

Myriam Taylor

Nádia Lima

Nuno Dias

Otávio Raposo

Raquel Lima

Silvia Maeso

Sofia Peysonneau Nunes

Susana Djiba

Telma Gonçalves

Vítor Sanches

O jornalismo livre e plural é um bem público

O jornalismo de referência faz falta para escrutinar os poderes. É preciso para garantir a liberdade de expressão e de pensamento. É indispensável para

ANEXO 8.

Declaração dos Dirigentes Associativos e Ativistas Ciganos

DECLARAÇÃO

Os dirigentes associativos e ativistas ciganos abaixo discriminados vêm, por este meio, manifestar a sua discordância quanto à introdução de categorias e questões “étnico-raciais” nos Censos 2021, nomeadamente pelas razões a seguir referidas:

- Portugal tem vindo a recolher dados sobre a população cigana portuguesa nas várias áreas da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas como forma de dar resposta aos objetivos da mesma, bem como através da realização de estudos que contribuem para o conhecimento da população cigana, considerando-se estas formas de recolha de dados como as mais adequadas tendo em conta os fins em vista.

- o ambiente sociopolítico que se vive atualmente na Europa, com o crescimento de movimentos populistas aos quais Portugal não é alheio (veja-se o caso da emergência de um novo partido de extrema direita em Portugal por parte de um político que já manifestou publicamente, por diversas vezes, o seu racismo em relação à população cigana portuguesa) faz antever um uso indevido e racializado dos dados que se pudessem vir a recolher através dos Censos.

- A recolha de dados “étnico-raciais” por parte do Estado quando esta recolha não é anónima (contrariamente ao que se quer fazer crer, dado que cada questionário inicia com a identificação da pessoa inquirida) e a sua posse pelos diferentes organismos do Estado, pode levar ao aumento da discriminação e do racismo, bem como à perseguição da população cigana dado esta ficar social e geograficamente totalmente caracterizada e “cadastrada”.

Consideramos, portanto, que a haver introdução de algum tipo de questões relativas ao conhecimento da diversidade da população existente na sociedade portuguesa, essas questões sejam relativas à nacionalidade e à ascendência e não à pertença “étnico-racial”, que tenderá a exacerbar o estigma que pesa sobre a população cigana portuguesa.

As associações Ciganas e ativistas subscritoras:

ACMET

AMUCIP

LETRAS NÓMADAS

RIBALTA AMBIÇÃO

ASSOCIAÇÃO CIGANA DE COIMBRA

SÍLABA DINÂMICA

GIPSY PRODUÇÕES

Almerindo Lima

Sónia Matos

Eduardo Cabeças

Olga Mariano

Luís Romão

Noel Gouveia

Oswaldo Grilo

Toya Prudêncio

Rafael Soares

Marlene Correia

Bruno Prudêncio

Vanessa Matos

Emanuel Ribeiro

José Fernandes

24 de Março de 2019

ANEXO 9.

Deliberação do GT de 26 de março de 2019

- membros que consideram haver **mais desvantagens e riscos** que vantagens e potencialidades na recolha de dados com categorias de “origens ou pertenças étnico-raciais”
- membros que consideram que a introdução de categorias de “origens ou pertenças étnico-raciais” nos Censos tem **mais vantagens e potencialidades** do que desvantagens e riscos

ANEXO 2

ANEXO 2.1 - Censo de Población y Vivienda 2021

El presente censo de población y vivienda tiene como objetivo principal determinar el número de habitantes que residen en Guatemala, así como las características de su vivienda y de su entorno.

Este censo es el primero que se realiza en Guatemala desde el censo de 1994, por lo que constituye un hito importante en la historia del país.

100

DELIBERAÇÃO

GRUPO DE TRABALHO (GT) CENSOS 2021 – QUESTÕES “ÉTNICO-RACIAIS”

26 de março de 2019

Na décima primeira reunião do GT Censos 2021 – Questões étnico-raciais, de 26 de março de 2019, os membros do GT procederam à votação quanto à apreciação de se a introdução de categorias de “origens e/ou pertenças étnico-raciais” nos Censos tem mais vantagens e potencialidades ou mais desvantagens e riscos.

Entre os participantes desta reunião, nesta votação inibiram-se de votar Pedro Calado (Alto Comissário para as Migrações, ACM, IP), Romualda Fernandes (Vogal do ACM, IP), Paula Paulino (Gabinete Censos - INE) e Paula Moura (Gabinete da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade). Por sua vez foram indicadas intenções de voto por email de participantes do GT que não estiveram na reunião de 26 de março de 2019.

Resultou a seguinte distribuição dos membros do GT quanto a esta deliberação, por ordem alfabética do primeiro nome:

I. membros do GT que consideram haver mais desvantagens e riscos que vantagens e potencialidades na recolha de dados com categorias de “origens e/ou pertenças étnico-raciais”:

- Almerindo Lima, representante das Comunidades Ciganas no CONCIG
- João Peixoto, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade de Lisboa
- Maria José Casa Nova, Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG)
- Rui Pena Pires, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

II. membros do GT que consideram que a introdução de categorias de “origens e/ou pertenças étnico-raciais” nos Censos tem mais vantagens e potencialidades do que desvantagens e riscos:

- Anabela Rodrigues, representante dos Movimentos e Coletivos Afrodescendentes
- Catarina Reis Oliveira, Observatório das Migrações (OM)
- Cristina Roldão, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) e Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
- Jorge Malheiros, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Universidade de Lisboa
- Jorge Vala, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa
- José Semedo Fernandes, representante dos Movimentos e Coletivos Afrodescendentes
- Mamadou Ba, SOS Racismo
- Marta Araújo, Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra
- Nataliya Khmil, representante das Comunidades Imigrantes no Conselho para as Migrações

III. abstenções:

- Péricles Pina, jurista da equipa de apoio à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)

ANEXO 10

DECLARAÇÃO

A presente Declaração tem por objectivo manifestar a minha discordância com determinadas asserções, descrições e categorias constitutivas do Relatório Final do GT Censos. Faço-o na dupla condição de Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas e de Cientista Social no campo da Sociologia das Desigualdades e dos Estudos Ciganos.

Sumariamente:

1. Não sendo consensual, dentro do GT, a introdução de categorias e questões “Étnico-raciais nos Censos, as pessoas integrantes do GT que defendem a introdução de uma categorização “étnico-racial” utilizaram o argumento da força numérica para fazer prevalecer a sua posição. Importa esclarecer que aquele GT tem na sua constituição representantes de duas minorias¹, a minoria afrodescendente e a minoria cigana, contando com 4 pessoas afrodescendentes e 1 pessoa cigana, o que introduz um viés significativo em qualquer votação a realizar.

A este nível, importa ainda reflectir sobre uma dimensão fundamental: num grupo de trabalho desta natureza, não existe maiorias ou minorias. Existem perspectivas diferentes entre os membros que o constituem, sendo todas elas igualmente válidas.

Outra dimensão a ter em consideração a este nível, deixo-a em forma de interrogação: sendo a minoria cigana contra a introdução daquele tipo de categorização e de questões e a minoria afrodescendente a favor, entre duas minorias, a opinião de uma vale mais do que a opinião de outra? *Existe uma hierarquização entre minorias?*

2. Os membros do GT Censos a favor da introdução de categorias e questões “étnico-raciais” usam como argumento os resultados da sondagem realizada. A este propósito, pode ler-se na página 6 do Relatório que “a larga maioria da população inquirida (78% da amostra nacional), independentemente da idade, nível de escolaridade, grupo étnico-racial, considera não só relevante esta recolha (86% da subamostra ‘negra’, 82% da

¹ Minorias entendidas no seu sentido sociológico, ou seja, grupos sociais que estruturalmente estão despossuídos dos diferentes tipos de poder que são socialmente valorizados, resultando esta despossessão de uma construção social.

‘cigana’, 78% da ‘branca’ e 67% da ‘asiática’), como a maioria mostra disponibilidade para responder a este tipo de questão nos Censos 2021 (84% da amostra nacional, 85% da subamostra ‘negra’, 82% da ‘cigana’, 84% da ‘branca’ e 77% da ‘asiática’).”

Significativamente e como tive oportunidade de manifestar, por variadas vezes, as minhas dúvidas e discordâncias com o conteúdo do questionário, a pergunta que foi elaborada para conhecer a opinião das pessoas inquiridas quanto à sua concordância ou discordância com a introdução deste tipo de categorias e questões nos Censos, é uma pergunta completamente indutora da resposta dos inquiridos, a saber: “1. Acha relevante obter informação estatística oficial para conhecer aprofundadamente a discriminação e/ou as desigualdades baseadas em “raça” ou “etnia” em Portugal?². Sendo uma pergunta indutora da resposta, *invalida cientificamente os resultados obtidos*. Com efeito, se a pergunta fosse elaborada com o seu contrário: “Acha relevante obter informação estatística oficial para aumentar a discriminação e/ou as desigualdades baseadas na “raça” ou na “etnia” em Portugal?”, certamente que os resultados seriam inversos, com uma maioria de resposta desfavoráveis.

3. Nas páginas 7 e 8 do Relatório é referido que “o objectivo da recolha é a monitorização da discriminação e/ou desigualdades baseadas na “origem e/ou pertença étnico-racial” na sociedade portuguesa”, algo que, sendo uma intencionalidade não é passível de garantia, induzindo em erro os inquiridos.

4. Na página 10 do Relatório pode ler-se “Para que esta recolha possa ir ao encontro das suas finalidades, ser melhor compreendida – nos seus objetivos, conceitos, condições de aplicação e relevância social e política – e acolhida pela população residente em geral, mais sugere este GT às entidades competentes (por exemplo, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade) que seja desenvolvida uma campanha de sensibilização prévia e ampla na sociedade portuguesa, nomeadamente envolvendo organizações antirracistas e representativas da diversidade étnico-racial da população portuguesa (ex: debates públicos, informação nos média, com destaque para a televisão, ações de sensibilização e informação ao nível nacional e concelhio, folhetos informativos).”

² Salienta-se, ainda, a questão 2 colocada: “Se lhe fosse garantido o anonimato e a questão fosse opcional, responderia a uma questão no Censos 2021 sobre a sua origem ou pertença “étnico-racial”?”, *induz em erro os respondentes* dado o questionário a preencher começar precisamente pela identificação do inquirido.

O conteúdo do parágrafo anterior remete para uma forma de colonização mental, querendo levar à “fabricação do consentimento”, sem possibilidade de garantia, aos inquiridos, do uso dos resultados com fins de diminuição da discriminação e do racismo.

5. Na página 5 do Relatório, a propósito da eventual substituição de categorias e questões “étnico-raciais” por questões relativas à “naturalidade dos pais” e “nacionalidade”, os membros do GT a favor da introdução de categorias e questões “étnico-raciais”, consideraram que

“A introdução de categorias relativas à “origem e/ou pertença étnico-racial” traz vantagens face a outras categorias, como “naturalidade”, “naturalidade dos pais” e “nacionalidade”, dado que estas últimas: 1) reforçam uma noção excludente do imaginário nacional, que entende as populações racializadas como imigrantes ou estrangeiros na sociedade portuguesa”.

Sabendo aqueles membros do GT que o inquérito do INE engloba questões relativas à nacionalidade, como referem na página 9 do Relatório (“A introdução da questão sobre a “origem e/ou pertença étnico-racial” não substitui ou é substituível por outras *questões já existentes nos Censos, tal como o “local de nascimento”, “nacionalidade”³ e “religião”, nem por novas questões a acrescentar como a “naturalidade” e “nacionalidade dos ascendentes”.*), a asserção contida no último parágrafo da página anterior tem subjacente que o INE, através das perguntas que formula, reforça “uma noção excludente do imaginário nacional”.

6. Finalmente, tendo sido entendimento dos líderes das principais Associações ciganas ouvidos em sede de *Focus Group* realizado, que não concordando com a introdução de categorias e questões étnico-raciais nos censos, se estas viessem a ser contempladas, a categorização que deveria constar é a abaixo discriminada,

C. Cigano/Roma

– português cigano

- português cigano nómada

–outraorigem. ____ Qual? _____

³ Itálico nosso.

os membros do GT a favor da introdução de categorias e questões “étnico-raciais” entendeu arrogar-se no direito de decidir por eles, alterando a categorização proposta.

Pelas razões elencadas (às quais poderia ainda aduzir um conjunto de outras) uma parte substancial do Relatório Final não merece a minha aprovação.

Maria José Casa-Nova

A handwritten signature in black ink, reading "Maria José Casa-Nova". The script is cursive and somewhat slanted to the right.

(Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas e Universidade do Minho)